Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CDPA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura
Período de Análise: 01 a 31 de Julho de 2007
Área Temática: Biocombustíveis

Mídias analisadas:
Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT

Assistente de Pesquisa: Karina Kato

Julho de 2007

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL 8
Etanol 8
Ação recorde resgata 1108 trabalhadores da cana no Pará - Iberê Thenório e Leonardo Sakamoto – Carta Maior – 03/07/2007 8
Petrobrás rejeita acordo de corte de CO2 - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007 9
Fusão cria nova gigante do etanol - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007 10
Cosan quer se tornar multinacional do álcool - Wellington Bahnemann – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007 11
Bioquerosene de aviação interessa à Petrobrás – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/07/2007 12
LOCALIZAÇÕES – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 05/07/2007 12
PROXIMIDADE – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 05/07/2007 12
Bioquerosene vai abastecer avião no Brasil – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/07/2007 12
Plantação e usina abrem perspectivas a pequenos – Carolina Rangel – Folha de São Paulo – Negócios – 15/07/2007 13
Demanda incerta causa temor de futura crise como a do Proálcool – Folha de São Paulo – Negócios – 15/07/2007 14
Petrobras não assina pacto para reduzir emissões - Deborah Berlinck e Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 07/07/2007 14
Para açúcar, o chão parece ser o limite – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2007 15
Cotações do álcool fecham em queda nos postos – Valor Econômico – Agronegócios - 03/07/2007 15
Investidores compram 15% da Louis Dreyfus Bioenergia - Vanessa Adachi e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico - 03/07/2007 16
Cooperativas do PR devem investir R$ 900 milhões em açúcar e álcool - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 06/07/2007 17
Independente da cana, Piracicaba agora procura mão-de-obra - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico - Especial - 10/07/2007 18
Cidade é mentora intelectual do setor sucroalcooleiro – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Especial - 10/07/2007 21
Açúcar e álcool, nova aposta do sócio da Reebok Fitness - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 10/07/2007 22
Safra de cana mantém-se alcooleira – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2007 23
Alemães visitarão canavial orgânico – Valor Econômico – Agronegócios - 11/07/2007 24
Equipav vai investir R$ 1 bi em usinas no Centro-Oeste - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 11/07/2007 24

Biodiesel.....25
Semestre positivo para preços dos grãos - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2007.....25
Bioenergia e fundos direcionam milho – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2007.....27
Mais biodiesel no RS – Valor Econômico – Agronegócios – 06/07/2007.....27
Brasbiofuel avança – Valor Econômico – Agronegócios – 06/07/2007.....27

POLÍTICA BIOCOMBUSTÍVEL.....27
Etanol.....27
Potencial eólico do Brasil não é aproveitado para produção de energia - Natália Suzuki - Carta Maior – 03/07/2007.....27
Estado fixa limite para queimada de canaviais - EFE – Estado de São Paulo- Economia e Negócios – 07/07/2007.....30
Jank garante: a cana não vai prejudicar outras culturas - Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007.....30
Etanol não encareceu alimentos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007.....32
Fornecedores independentes se enfraquecem – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/07/2007.....34
Biocombustíveis - oportunidade e riscos - Josef Barat – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/07/2007.....35
"Biocombustíveis são maior ameaça à diversidade na Terra" – Cláudia Trevisan - Folha de São Paulo – Brasil – 02/07/2007.....36
Metas do açúcar, etanol e bioeletricidade - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/07/2007.....39
Fidel x Lula = Açúcar – Folha de São Paulo – Opinião – 05/07/2007.....40
Biocombustível pode pressionar alimento, diz FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007.....41
Nordeste vê à distância explosão do álcool – Elvira Lobato - Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/07/2007.....42
Desempregados rurais saqueiam caminhões em AL – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – 08/07/2007.....43
Sem trabalho durante a entressafra da cana, famílias não têm o que comer – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/07/2007.....45
Efeito etanol torna ovos mais caros - Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia – 07/07/2007.....45
Em se plantando – Miriam Leitão – O Globo – Economia – 07/07/2007.....46
Brasil lançará certificado para etanol – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 05/07/2007.....48
Etanol acelera e diversifica economia de Araçatuba - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Especial - 05/07/2007.....49
Depois dos EUA, jovens abrem negócio na região – Valor Econômico – Especial - 05/07/2007.....52
Setor sucroalcooleiro cria empregos para baixa e alta qualificação – Valor Econômico – Especial - 05/07/2007.....53

Biodiesel.....54
Na Amazônia, sai a floresta, entra a soja - Fellipe Awii – O Globo – O País - 01/07/2007.....54
Udop cria CTBio – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/07/2007.....54
Assentamentos em Goiás iniciam produção de matéria-prima para biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 06/07/2007.....54

RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....55
Etanol.....55
PV alemão defende certificação internacional para etanol - Verena Glass - Carta Maior – 12/07/2007.....55
Lula viaja à Europa e tema dos biocombustíveis domina agenda - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007.....56
UE dá sinais de restrições ao etanol brasileiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007.....58
OCDE vê etanol em alta - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007.....58
Lula defende etanol e descarta risco de falta de alimentos - João Caminoto e Andrei Netto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007.....59
'Foi coincidência a divulgação de relatórios negativos?' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007.....60
'Precisamos de regulamentação', diz Gabrielli - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007.....61
China cria plano e busca terras para produzir etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007.....62
Lula ataca 'cartel dos poderosos' - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007.....63
Contra críticas, Brasil anuncia certificação do biocombustível – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007.....64
Lula diz que álcool não ameaça ambiente – Letícia Fonseca – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/07/2007.....65
Começa processo para mercado de biocombustível – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/07/2007.....67
GRUPO QUER DEFINIR CRITÉRIO PARA PRODUÇÃO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/07/2007.....68
Bionegociações – Folha de São Paulo – Opinião – 07/07/2007.....68
Acordo do álcool é só "começo", afirma Rice – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/07/2007.....69
Biocombustíveis elevarão preços agrícolas, diz OCDE – O Globo – Economia – 05/07/2007.....69
Lula contesta críticas sobre biocombustíveis - Vivian Oswald – O Globo – Economia – 06/07/2007.....70
A alternativa dos biocombustíveis - Luiz Inácio Lula da Silva – Valor Econômico – Opinião - 05/07/2007.....71
Brasil e UE juntam forças por clima e etanol - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 06/07/2007.....73

Lula reclama de críticas ao etanol do país - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 10/07/2007 74
Impacto de biocombustíveis ainda será pequeno – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 10/07/2007 75

Biodiesel 77
Petrobrás vai exportar biodiesel para a Europa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007 77
A "agroinflação"... - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 06/07/2007 77
...veio para ficar - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 06/07/2007 77

Segunda Quinzena

AMBIENTE ESTRATÉGICO EMPRESARIAL 78
Biodiesel 78
Paraná inaugura usina para biodiesel - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2007 78
Petrobrás diversifica matéria-prima do biodiesel - Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2007 78
Coplacana vai fabricar biodiesel - Rose Mary de Souza – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2007 79
Cidade do Tocantins terá usina de biodiesel – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 25/07/2007 80
Agroenergia estimula safra de grãos - Márcia De Chiara e Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/07/2007 80
Cultura de grãos puxa venda de fertilizantes - Márcia De Chiara e Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/07/2007 81
Soja quebra a unanimidade da cana-de-açúcar - Agnaldo Brito e Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/07/2007 82
Biodiesel pode elevar preços do sabão – Flávia Oliveira – O Globo –Negócios e cia – 20/07/2007 83
Petrobras inicia testes com biodiesel à base de mamona – Flávia Barbosa – O Globo – Economia – 25/07/2007 83
Petrobras aposta em biodiesel a partir de sementes brasileiras – Diário de Cuiabá – 24/07/2007 84
Etanol 85
Parceria põe R$ 100 milhões em pesquisa de etanol - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/06/2007 85
Governo prepara pacote para o etanol 'politicamente correto' - Adriana Fernandes e Renata Veríssimo –Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2007 86
Principais pontos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2007 87
Álcool chega a R$ 0,99. Finalmente - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2007 87
Goldman Sachs entra no etanol - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/07/2007 88
Estrangeiros injetam mais de US$ 3 bi na construção de usinas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/07/2007 89

Produto substitui petróleo em resinas plásticas – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/07/2007 90
BANCO VAI FINANCIAR GERAÇÃO A PARTIR DE BAGAÇO DE CANA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 19/07/2007 90
Goldman Sachs investe US$ 400 mi em álcool – JC- Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2007 90
Cresce fatia de grupo dos EUA na Cosan - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agroengócios - 16/07/2007 91
O vendedor ambulante que hoje também é dono de usina – Danielle Madureira – Valor Econômico – Empresas e Negócios - 17/07/2007 92
Consultoria estima aumento de 30% no consumo de álcool em 2007/08 - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 18/07/2007 92
Grupo Tonon construirá usina no Mato Grosso do Sul - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007 93
Aposta no Nordeste – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 23/07/2007 93
Preços do álcool deverão seguir firmes nas usinas – Valor Econômico – Agronegócios- 23/07/2007 93
Planos para o etanol ganham vulto em SC - Vanessa Jurgenfeld – Valor Econômico – Agronegócios - 26/07/2007 95
Hoje marginal, cana já foi mais relevante no Estado – Vanessa Jurgenfeld – Valor Econômico – Agronegócios - 26/07/2007 96
Südzucker investe em trading no país e mira aquisições - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 31/07/2007 97
Parceria põe R$ 100 milhões em pesquisa de etanol - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/06/2007 98
POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS 99
Biodiesel 99
Dezesseis empresas de biodiesel já possuem o Selo Combustível Social – MDA – 23/07/2007 99
Etanol 100
Para presidente, biodiesel é questão de soberania - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007 100
Serra critica política externa para o etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007 101
Frei Betto ataca biocombustíveis - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – 24/07/2007 101
ACORDO NO ÁLCOOL – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo- Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/07/2007 102
Investimento em álcool chega a US$ 19 bi até 2012 – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/07/2007 102
Governo veta plantio de cana na Amazônia – Iuri Dantas e Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/07/2007 104
Grupo discute manual para biocombustível – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/07/2007 105

Governo reage a pressões e decide proibir plantio de cana na Amazônia e no Pantanal - Eliane Oliveira e Luiza Damé – O Globo – Economia – 18/07/2007 106
Bahia à espera do PAC do Cacau – Flávia Oliveira – O Globo – Negócios e Companhia – 18/07/2007 107
Frei Betto critica 'necrocombustíveis' – Gerson Camarotti – O Globo – Economia – 24/07/2007 107
Não recuar – O Globo – Opinião - Editorial – 28/07/2007 108
Etanol na floresta – Liana Melo – O Globo – Economia – 29/07/2007 109
Ministro nega evidências e insiste que cana não chegou à Amazônia – Liana Melo – O Globo - Economia – 29/07/2007 111
Proibir é fácil, difícil é fiscalizar – Liana Melo – Entrevista com Paulo Adário – O Globo – Economia – Corpo-a-Corpo – 29/07/2007 112
Cassel representa governo brasileiro em seminário sobre biocombustíveis na África – MDA – 31/07/2007 113
Agrocombustíveis: plantio em pequena escala é a alternativa – Pedro Carrano – Brasil de Fato – No Sítio Eletrônico do MST – 17/07/2007 114
Dedini investirá em destilaria para produzir álcool a partir do bagaço - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 17/07/2007 116
Governo vai proibir o plantio de cana na Amazônia e no Pantanal - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 18/07/2007 117
Etanol não será tema ideológico, diz Amorim - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2007 118

RELAÇÕES INTERNACIONAIS 119
Etanol 119
UE quer só 20% de etanol importado - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2007 119
No exterior, etanol tem imagem comprometida – Liana Melo – O Globo – Economia – 29/07/2007 120
FMI constata alta de preços dos alimentos associada a etanol – Sítio Eletrônico do MST – 20/07/2007 120
Banco da UE apoiará projetos no Brasil - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007 121
Biocombustível importado, saída para a UE - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 25/07/2007 122
Brasileiros em disputa na Jamaica - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 26/07/2007 123
Etanol impulsiona exportações do setor – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/07/2007 123
Etanol também gera disputa política – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2007 124

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL
Etanol

Ação recorde resgata 1108 trabalhadores da cana no Pará - Iberê Thenório e Leonardo Sakamoto – Carta Maior – 03/07/2007

Na fazenda, trabalhadores dormiam em alojamentos superlotados com esgoto a céu aberto, recebiam comida estragada e água sem condições de consumo, além de salários que chegavam a R$ 10,00 por mês.

SÃO PAULO – O grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) flagrou, no último sábado (30), 1108 trabalhadores que se encontravam em condições análogas à escravidão. Eles faziam a colheita e plantio da cana para a fazenda Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), no município de Ulianópolis (PA), localizado a 390 km de Belém. A ação contou com a participação do Ministério Público do Trabalho, representado pelo procurador Luis Antônio Fernandes, e da Polícia Federal.

De acordo com o auditor fiscal do trabalho e coordenador da ação, Humberto Célio Pereira, havia trabalhadores que recebiam apenas R$ 10,00 por mês, já que os descontos ilegais realizados pela empresa consumiam quase tudo o que havia para receber de salário. O auditor informa ainda que a comida fornecida aos trabalhadores estava estragada e havia várias pessoas sofrendo de náuseas e diarréia.

A água para beber, segundo relato dos empregados na fazenda, era a mesma utilizada na irrigação da cana e, de tão suja, parecia caldo de feijão. O alojamento, de acordo com Humberto, estava superlotado e o esgoto corria a céu aberto. Vindos em sua maioria do Maranhão e do Piauí, não havia transporte à disposição dos trabalhadores para levá-los da fazenda ao centro de Ulianópolis, distante 40 quilômetros.

Os auditores ainda se encontram na propriedade para realizar o pagamento da rescisão contratual, que deverá ser feito nesta terça-feira (3).

O diretor da Pagrisa, Fernão Villela Zancaner, informa que ainda aguarda uma notificação oficial do MTE sobre as irregularidades trabalhistas para poder se pronunciar. "Cem por cento dos nossos funcionários têm carteira assinada. Sempre sofremos fiscalizações e nunca tivemos problemas. Estamos surpresos com essa fiscalização que não é corretiva, mas punitiva", afirma. O grupo produz cerca de 50 milhões de litros de álcool a cada ano em Ulianópolis. E mantém no mesmo local uma usina de açúcar com produção de 200 quilos por dia. O principal comprador de etanol da empresa é a Petrobras.

Se os números se confirmarem, esta será a maior libertação de trabalhadores realizada no país. Desde que os grupos móveis de fiscalização foram criados, em 1995, a maior libertação havia acontecido na Destilaria Gameleira, em junho de 2005, quando 1003 pessoas foram libertadas. Apesar da cana figurar entre as maiores libertações, esta não é a atividade que mais usa trabalhadores escravos no país - posto esse que pertence à criação de gado bovino.

O Pará é recordista no número de trabalhadores libertados da escravidão - foram mais de 8,7 mil desde 1995. Essa é uma das primeiras ações envolvendo a cana-de-açúcar no estado. A pecuária bovina, a produção de carvão para siderurgia, a extração de madeira e o cultivo de pimenta-do-reino são atividades nas quais a incidência de trabalho escravo no Pará tem sido mais freqüente.

** Da ONG Repórter Brasil, especial para a Carta Maior*

Petrobrás rejeita acordo de corte de CO2 - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007

Empresa diz que investimento em etanol basta como solução ambiental

A Petrobrás não vai aderir a um compromisso firmado entre 150 multinacionais para reduzir as emissões de CO2, um dos principais responsáveis pelo aquecimento global. A partir de hoje, as maiores companhias do mundo se reúnem na sede da ONU para discutir sobre como o setor privado pode contribuir para a redução dos níveis de pobreza, o respeito aos direitos humanos e a proteção ambiental.

A ONU confirmou ao Estado que a Petrobrás foi procurada para que fizesse parte da iniciativa ambiental. Mas, com planos de dobrar sua produção de petróleo em dez anos, a companhia optou por não aderir ao compromisso. Na conferência, a empresa deve insistir que seus investimentos em etanol são parte da solução ambiental.

O compromisso que será assinado em Genebra incluirá empresas como Repsol, a mineradora Rio Tinto, Unilever, ABB, Airbus, Alcan, Bayer, Dupont e Coca-Cola. A Brasil Telecom é uma das companhias nacionais que vão aderir à iniciativa. O acordo não fala em metas de redução de emissões e apenas cita o compromisso do setor privado em "diminuir" o volume de CO2 emitido nos próximos anos. Nem assim a Petrobrás aceitou faz parte do acordo.

A Petrobrás, que será representada por seu presidente, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, promete apresentar o etanol como uma "evolução para uma matriz energética mais limpa, com benefícios ambientais e avanços sociais".

O encontro entre Genebra será o maior evento entre lideranças empresariais já promovido pela ONU e cerca de 3,8 mil executivos farão parte dos debates. Mas organizações não-governamentais (ONGs) como Greenpeace e Anistia Internacional, acusam o encontro de ser uma plataforma de marketing para as empresas e que, na realidade, poucas estão tomando algum tipo de providência para contribuir para o meio ambiente ou redução de pobreza.

GLOBAL COMPACT

A iniciativa reunindo o setor privado mundial para lidar com questões sociais, conhecida como Global Compact, foi lançada em 2000 e estipulou dez princípios éticos que deveriam nortear todas as atividades das empresas envolvidas. Em 2006, a Petrobrás foi convidada a fazer parte do conselho do Global Compact, ao lado da Tata Steel, Goldman Sachs, entre outras.

Segundo um comunicado da empresa brasileira, os princípios do Global Compact são adotados por ela desde 2003. A empresa ainda garante que, somente em 2006, investiu mais

de R$ 176 milhões em projetos de educação, qualificação, direitos da criança e geração de renda.

Fusão cria nova gigante do etanol - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007

União da Vale do Rosário e Santa Elisa, que será oficializada em 10 dias, leva a disputa entre usinas a novo patamar

As companhias Vale do Rosário e Santa Elisa, duas tradicionais produtoras de açúcar e álcool do País, vão oficializar em dez dias a fusão que criará a segunda maior empresa do setor no País. A criação da nova companhia, que terá capacidade total para processar 18 milhões de toneladas, é parte de um movimento estratégico que promete mudar a indústria sucroalcooleira nos próximos anos.

As usinas independentes, com instalações para 1 milhão ou 2 milhões de toneladas, estão com os dias contados. As usinas do futuro vão processar cada uma de 3 a 4 milhões de toneladas por safra. "O importante é ter escala. As empresas precisam ter grande capacidade de processamento de cana. Podem com isso ter mais eficiência na organização da logística e da comercialização", diz Tarcilo Ricardo Rodrigues, diretor-geral da Bioagência.

A fusão depende de questões formais. Na prática, elas já vem atuando juntas. Desde abril, quando as cinco usinas iniciaram a safra 2007/2008, a estrutura de operação foi redistribuída. "A operação nesta safra já é conjunta", afirma Cícero Junqueira Franco, sócio da Vale do Rosário. Segundo ele, com a fusão concluída, a nova empresa abrirá o capital.

Caminho já trilhado pela Cosan e pela Usina São Martinho. A Cosan, a maior empresa do setor de açúcar e álcool do País, anunciou um passo adiante: a internacionalização via mercado de capitais. Com capacidade para processamento de 40 milhões de toneladas nesta safra, a Cosan informou que criará a Cosan Limited. Em agosto, deve fazer uma oferta primária global de ações na Bolsa de Nova York e de São Paulo.

O objetivo é captar US$ 2 bilhões, recurso que financiará os projetos de crescimento da companhia. Com aquisições, expansões ou construção de novas unidades, a Cosan quer alcançar a marca de 60 milhões de toneladas de capacidade de processamento de cana por safra, crescimento de 50%. A proposta foi mal recebido pelos acionistas na Bolsa, menos pela ousadia de listar a companhia no exterior e mais por uma diferença dos direitos dos sócios majoritários e minoritários.

A internacionalização da Cosan, na verdade, é um esforço para se equiparar a concorrentes que chegaram ao Brasil. A Infinity Bio-Energy, empresa criada e listada na Bolsa de Londres, é um dos exemplos mais fortes do novo mundo do açúcar e do álcool. A empresa tem em mãos US$ 850 milhões para criar uma super companhia sucroalcooleira. Com US$ 300 milhões, a Infinity comprou quatro usinas e possui hoje capacidade para processar 5,5 milhões de toneladas de cana, mas não vai parar por aí. A Infinity está investindo US$ 550 milhões neste momento na construção de seis, que juntas poderão processar 15 milhões de toneladas de cana até 2011.

Tamanho que a Odebrecht quer ter em até dez anos. Tradicional grupo do setor da construção e petroquímica, o grupo baiano Odebrecht é o mais novo competidor de peso a entrar no mercado sucroalcooleiro e a dividir espaço com os tradicionais usineiros. Sob o comando do ex-presidente da União da Indústria de Cana de Açúcar (Unica), Eduardo Pereira de Carvalho, o grupo quer montar três bases de produção de açúcar e álcool: em Mato Grosso do Sul, em Goiás e em São Paulo, no Ponta do Paranapanema - onde comprou esta semana a primeira unidade por R$ 290 milhões. Cada base terá entre 12 e 15 milhões

de toneladas de capacidade de processamento. “Queremos estar entre os grandes”, avisa Carvalho.

Cosan quer se tornar multinacional do álcool **- Wellington Bahnemann – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007**

O plano de reorganização societária anunciado pela Cosan na semana passada é a “semente para a criação de uma multinacional com DNA brasileiro” no setor de açúcar e álcool, disse ontem o diretor-vice-presidente financeiro e de relações com investidores da empresa, Paulo Diniz. “Do ponto de vista estratégico, a Cosan Limited (empresa que será criada) acessará de maneira ágil e a custos competitivos os principais mercados fornecedores e consumidores”, disse o executivo em teleconferência.

A Cosan Limited, que será listada na Bolsa de Nova York, atuará apenas no mercado internacional, segundo Diniz. Entre os mercados fornecedores e consumidores de cana-de-açúcar, açúcar e etanol citados pelo executivo como possíveis alvos de investimentos da nova empresa estão México, Estados Unidos, Austrália, África do Sul e Europa, entre outros.

O executivo também afirmou que a Cosan S/A permanecerá como veículo de investimento no Brasil. Para viabilizar recursos para a subsidiária brasileira, Diniz explicou que a Cosan Limited poderá realizar aumento de capital, operação de mútuo - negociação entre empresas coligadas - ou uma combinação de ambos. “No caso do aumento de capital, serão observadas as garantias de direito de preferência dos acionistas”, disse.

Segundo Diniz, esse modelo evitará que haja conflitos de interesse entre a Cosan S/A e Cosan Limited. O executivo também deixou claro que esse não é objetivo da operação. “A idéia não é que a Cosan Limited absorva o valor da Cosan S/A e sim criar um valor adicional com a operação internacional, que o veículo atual não dispõe hoje.”

PROTEÇÃO

Segundo Diniz, o plano de reorganização societária também visa proteger o controle de Rubens Ometto nessa fase de crescimento da Cosan. De acordo com Diniz, Ometto é considerado um administrador-chave no processo de crescimento do grupo. “Isso era claro antes da adesão ao Novo Mercado (da Bovespa) e continuará assim”, disse.

O executivo reconheceu que a companhia chegou a avaliar uma captação de recursos via Novo Mercado para seus planos de expansão, mas essa alternativa colocaria em risco o controle de Ometto. “Com isso, procuramos encontrar maneiras legítimas para alavancar o grupo sem afetar os acionistas”, justificou.

Apesar disso, Diniz descartou qualquer hipótese de que os acionistas minoritários estariam desprotegidos com a operação. Segundo ele, o estatuto social da Cosan Limited garante direito de venda conjunta em caso de alienação e mecanismo de proteção de dispersão acionária. Ele também negou que a operação teria como objetivo viabilizar uma venda da Cosan para outras empresas. “A Cosan não está à venda. Qualquer notícia sobre isso é especulação”, disse. “A proposta não permite que o atual controlador capture para si o prêmio da alienação de sua participação.”

Bioquerosene de aviação interessa à Petrobrás – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 07/07/2007

A Petrobrás Distribuidora (BR) tem interesse na distribuição de bioquerosene de aviação (bioQAV), tecnologia em desenvolvimento por um consórcio formado pela fabricante de aviões Boeing e pela Tecbio, empresa brasileira de tecnologia em biocombustíveis. Segundo o gerente de Aviação da BR, Francelino da Silva, o bioQAV poderá começar a ser misturado ao querosene derivado do petróleo já em 2009.

LOCALIZAÇÕES – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 05/07/2007

A Odebrecht, a mais recém-chegada no setor sucroalcooleiro, já tem em projeto a montagem de três núcleos de produção de cana-de-açúcar. O primeiro já está definido -será no Pontal do Paranapanema (SP). Os outros dois estão programados para o sul de Mato Grosso do Sul e o sul de Goiás.

PROXIMIDADE – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 05/07/2007

A proximidade desses núcleos, que devem atingir a moagem de 10 a 12 milhões de toneladas cada, é fundamental para a redução de custos da empresa. A proximidade promove uma sinergia entre as unidades, inclusive com a possibilidade de trocas de máquinas e peças.

Bioquerosene vai abastecer avião no Brasil – Folha de São Paulo – Dinheiro – 07/07/2007

DA SUCURSAL DO RIO

O biodiesel gerou o bioquerosene de aviação, produto que a BR Distribuidora pretende vender nos 120 aeroportos onde atua com a marca BR Aviation. O produto foi patenteado pela Tecbio, que tem contrato com a Boeing e a Nasa para desenvolver o produto. O presidente da empresa, Expedito Parente, disse à **Folha** que o bioquerosene será produzido a partir de oleaginosas (soja, mamona, algodão etc.), assim como o biodiesel. "Mas nem todas servem. Só algumas."

Os testes comerciais do produto estão previstos para 2008, de acordo com Parente, quando serão feitos vôos experimentais.

A presidente da BR, Graça Foster, disse que a companhia quer ser "pioneira e líder também neste segmento de mercado". Para isso, diz, conta com a melhor logística de combustíveis para aviação.

Plantação e usina abrem perspectivas a pequenos – Carolina Rangel – Folha de São Paulo – Negócios – 15/07/2007

Gestão e terceirização já rendem fruto, mas mercado pode encolher -

Não são só grandes empresas que bebem na fonte da expansão da produção de álcool, setor que movimentou US$ 6,2 bilhões no Brasil em 2006. Entre o agricultor e o usineiro, pequenos empresários também estão colhendo bons frutos nos galhos dessa cadeia produtiva.

Alguns dos ramos mais lucrativos são o metal-mecânico -como fabricar ferramentas para usinas-, a terceirização de mão-de-obra e a tecnologia de gestão de lavoura e indústria canavieira (veja quadro).

"A cadeia produtiva do álcool é composta por pequenas empresas", diz Antonio Carlos Ribeiro de Aguiar, gerente regional do Sebrae-SP (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), que aponta crescente terceirização.

João Pedro Matricardi, sócio da Assetel, pegou carona na terceirização de mão-de-obra em usinas da região de Ribeirão Preto (a 314 km de São Paulo) -95% do seu faturamento vem do setor sucroalcooleiro.

Oeste paulista

As melhores oportunidades estão em São Paulo, que produz 61% do álcool do país e concentra pólos industriais bem desenvolvidos, como as cidades de Sertãozinho (a 335 km da capital) e Piracicaba (a 162 km). E há outros despontando em cidades do oeste paulista (Araçatuba, a 530 km, e arredores) e da região Centro-Oeste.

Em Sertãozinho, José Vaz vê chances de crescer no setor metalúrgico. Há dez anos, ele criou a Stap, que faz peças para laboratórios de usinas. "Pretendemos lançar dois produtos para o setor até o final do ano."

No mesmo ramo está Osvaldo Mazer, sócio da empresa Fundição Água Vermelha. Ele iniciou o negócio em 1989, com um forno para fazer peças de alumínio, e hoje fabrica peças de reposição para equipamentos das usinas de Sertãozinho.

Com a possível ampliação das usinas, Mazer se prepara financeiramente para fazer outro produto. "Desejamos fabricar o equipamento, mas temos que investir por três anos ainda. É o tempo para os usineiros e o álcool se fortalecerem", diz.

Perspectivas

O otimismo dos empresários acompanha a perspectiva de ampliação do mercado interno de álcool (com aumento da frota de veículos bicombustíveis) e do externo, devido à busca por energia menos poluente.

Mas é essa corrida que pode virar o jogo, já que o desenvolvimento de outras fontes de energia, como o hidrogênio, pode roubar mercado do álcool.

Apesar de as empresas se deixarem embriagar pelas perspectivas do mercado de álcool, especialistas recomendam cautela para evitar uma ressaca como a do final dos anos 80.

Na época, o Proálcool, criado pelo governo em 1975 para estimular o consumo do combustível, entrou em crise devido a fatores como queda do preço do petróleo e diminuição da produção de veículos a álcool. Uma das principais precauções é ter bom capital inicial, pois o retorno virá a longo prazo.

Demanda incerta causa temor de futura crise como a do Proálcool – Folha de São Paulo – Negócios – 15/07/2007

Para se precaver de ressaca, especialistas indicam reunir bom capital inicial

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

Apesar de as empresas se deixarem embriagar pelas perspectivas do mercado de álcool, especialistas recomendam cautela para evitar uma ressaca como a do final dos anos 80.

Na época, o Proálcool, criado pelo governo em 1975 para estimular o consumo do combustível, entrou em crise devido a fatores como queda do preço do petróleo e diminuição da produção de veículos a álcool.

Uma das principais precauções é ter bom capital inicial, pois o retorno virá a longo prazo. Como a demanda por álcool não é concreta, não se sabe com que velocidade ela crescerá. "Faltam planos de ação", alerta Antonio Carlos Ribeiro de Aguiar, do Sebrae-SP.

"Não adianta crescer muito e não conseguir manter", acrescenta Mário Garrefa, presidente do Ceise (Centro das Indústrias de Sertãozinho e Região).

Já Rudinei Toneto, diretor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da USP em Ribeirão Preto, acha que o risco é baixo, pois hoje a discussão ambiental é mais forte do que na década de 80.

Petrobras não assina pacto para reduzir emissões - Deborah Berlinck e Ramona Ordoñez – O Globo – Economia – 07/07/2007

Mas empresa se diz disposta a colaborar

Executivos chefes de 153 corporações assinaram na ONU um documento comprometendo-se a adotar medidas para combater o aquecimento global.

Eles prometem reduzir emissões de carbono em processos e produtos das empresas e ser mais eficientes no uso de energia. A Petrobras, uma das mais ativas no chamado Pacto Global, lançado em 2000 para mobilizar empresas em torno de questões como combate à corrupção e proteção ambiental, não assinou o documento.

O presidente da Petrobras, José Sérgio Gabrielli, justificou a decisão dizendo que o petróleo, um dos principais responsáveis pelas emissões de carbono, é a essência da empresa. E que não se comprometeria com o que sabe não poder cumprir: reduzir as emissões no produto. A espanhola Repsol foi uma das poucas do setor a assinar o documento, mas a dificuldade não é só da Petrobras: apenas 153 empresas de um total de 3.200 se comprometeram.

Gabrielli disse que a estatal está pronta a assinar se houver uma mudança no texto, para aceitar como contribuição, por exemplo, o fato de estar aumentando seu envolvimento com gás e etanol, menos poluidores. Ele propôs criar um grupo de trabalho para discutir outras formas de contribuição: — Podemos reduzir as emissões no mix de produtos, melhorando a eficiência energética de processos, desenvolvendo biocombustíveis e outras fontes renováveis, mas não o teor de carbono do petróleo.

Georg Kell, diretor do Pacto Global, disse que a idéia é boa e que vai criar o grupo de trabalho.

Muitos ativistas criticam o pacto por não ter criado um mecanismo forte para cobrar das empresas o cumprimento das promessas. Até agora, 742 empresas foram eliminadas por

não prestar contas, entre elas 40 brasileiras. No encontro, a ONG AccountAbility divulgou seu ranking de competividade responsável, liderado pela Suécia. O Brasil ficou em 56olugar.
A Petrobras Distribuidora (BR) quer ser a primeira a vender, em 2008, o BioQAV (biocombustível adicionado ao querosene da aviação). O produto foi desenvolvido pelo engenheiro químico Expedito Parente, o pai do biodiesel. A presidente da BR, Graça Foster, disse não conhecer a tecnologia, desenvolvida em processo sigiloso na TECbio, empresa de Parente com a Nasa, mas afirmou que a BR quer ser a pioneira.

Para açúcar, o chão parece ser o limite – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2007
A relação entre oferta e demanda globais sugerem que dificilmente as cotações do açúcar vão recuperar, no segundo semestre, as fortes perdas observadas na primeira metade do ano.
Em recente entrevista ao Valor, Julio Maria Martins Borges, da Job Economia e Planejamento, lembrou que o excesso de oferta mundial chegou a quase 10 milhões de toneladas na safra 2006/07, e que para 2007/08 as previsões apontam para novo superávit. Da queda de preços advinda desse desequilíbrio salvou-se praticamente apenas o Brasil, que tem a produção mais competitiva do mundo, mas o desestímulo provocado em outros países - "esse nível de preços não remunera investimentos e inibe aportes na expansão da oferta" - ainda deve demorar para fazer efeito no mercado.
Com observou na semana passada Martin Todd, diretor-gerente da consultoria britânica LMC International, o açúcar entrou em queda livre sobretudo a partir da recuperação da oferta da Índia, que na produção de cana só perde para o Brasil. Os sucessivos recordes na própria produção brasileira também ajudaram bastante a pressionar o mercado, o que pode mudar com o avanço do álcool.

Cotações do álcool fecham em queda nos postos – Valor Econômico – Agronegócios - 03/07/2007
Os preços do litro do álcool combustível registraram uma queda média de 2,34% no país, entre os dias 24 e 30 de junho em relação à semana anterior, de acordo com levantamento da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP). Nas últimas quatro semanas, a baixa chega a 6,95%.
Nas usinas paulistas, os preços do hidratado recuaram 1,66%, negociados em média em R$ 0,57985 o litro (sem impostos), na semana encerrada no dia 26 de junho. O anidro encerrou a R$ 0,66914 (o litro), sem impostos, com baixa de 0,66%. A queda nos preços reflete o avanço da safra de cana no centro-sul do país.
No país, o abastecimento com álcool compensa em 18 Estados.

Investidores compram 15% da Louis Dreyfus Bioenergia - Vanessa Adachi e Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico - 03/07/2007

Um grupo de investidores estrangeiros vai injetar cerca de US$ 180 milhões na Louis Dreyfus Bionergia, braço de açúcar e álcool da gigante francesa Louis Dreyfus Commodity (LCD) no Brasil. O dinheiro ingressará na forma de aumento de capital e dará ao grupo uma fatia de 15% da companhia. Segundo apurou o Valor, os recursos serão usados para novas aquisições que servirão para engordar a empresa de açúcar e álcool antes da sua planejada abertura de capital, prevista para o início de 2008.

O grupo de investidores é liderado pelo sírio Wafic Saïd, bilionário polêmico, com conexões políticas na Arábia Saudita e na Inglaterra, freqüentemente apontado pela imprensa internacional como um negociador de armas. Chama a atenção que alguém tão próximo do governo saudita se interesse agora pelo negócio do etanol. A Louis Dreyfus Bioenergia é uma das maiores empresas do setor de açúcar e álcool do país, atrás da Cosan e da empresa resultante da fusão em andamento entre as usinas Vale do Rosário e Santa Elisa.

A informação do acordo foi confirmada ao Valor por Marcelo Bacci, diretor financeiro da LCD. De acordo com ele, que não quis confirmar valores e nem a identidade dos investidores, a operação será concluída nos próximos dias.

No início deste ano, a Dreyfus anunciou a compra dos ativos do grupo Tavares de Melo, que inclui quatro usinas em operação e uma em construção. Este investimento foi avaliado em R$ 1 bilhão.

No Brasil desde 2000, o grupo Louis Dreyfus Commodities quer se tornar um dos maiores players em açúcar e álcool do país e do mundo. Segundo Bacci, o movimento de expansão deverá continuar. Gigante em grãos e suco de laranja, os negócios de açúcar e álcool do grupo estão concentrados apenas no Brasil e, segundo Bacci, não há planos do grupo fazer investimentos na área fora do país.

Além das unidades recém-adquiridas, a Louis Dreyfus controla as usinas Cresciumal, de Leme (SP), São Carlos, instalada na cidade paulista que leva o mesmo nome, e Luciânia, em Minas Gerais. Outra unidade está em construção no Mato Grosso do Sul.

Com uma moagem em torno de 12 milhões de toneladas, o grupo quer expandir o processamento de cana para quase 20 milhões de toneladas em pelo menos três anos.

Em recente entrevista ao Valor, o grupo informou que planeja fazer investimentos da ordem de US$ 800 milhões no país, sem incluir as recentes aquisições.

Presente em 53 países e com faturamento de US$ 20 bilhões, a LCD está no Brasil desde 1942, quando adquiriu a Comércio e Indústrias Brasileiras Coinbra. O grupo tornou-se um dos maiores produtores de soja e suco de laranja do país, onde seu faturamento gira em torno de US$ 1,9 bilhão.

O bilionário Wafic Saïd é figura discreta, que raramente concede entrevistas. Recentemente, foi apontado como o 65º homem mais rico do Reino Unido em uma lista do 'Sunday Times', com uma fortuna estimada em 1 bilhão de libras (US$ 2 bilhões). Nascido em Damasco, capital da Síria em 1939, Saïd se mudou para a Inglaterra nos anos 60 onde se formou em contabilidade. Foi nessa época em que se tornou amigo dos herdeiros do trono saudita. Trabalhou por alguns anos em um banco em Genebra e em 1969 mudou-se para a Arábia Saudita. Fez fortuna no ramo da construção e infra-estrutura. Suas conexões com a família real saudita, para quem atuou como consultor e negociador, impulsionaram seus negócios.

Ele é dono da Saïd Holdings, uma companhia de investimentos com sede nas Ilhas Bermudas, cujo portfólio inclui renda fixa, ações, fundos hedge, private equity e ativos imobiliários. Seu nome está profundamente ligado ao maior acordo de venda de armas já fechado, batizado de Al-Yamamah. Em 1986, durante o governo de Margaret Thatcher, de quem era muito próximo, a Arábia Saudita comprou o equivalente a US$ 31 bilhões em armamentos fabricados por empresas inglesas. O caso gerou inúmeras acusações de pagamento de comissões a membros dos dois governos. Hoje, Saïd admite ter sido um negociador do acordo, mas nega ter recebido um tostão sequer.

Cooperativas do PR devem investir R$ 900 milhões em açúcar e álcool - Marli Lima – Valor Econômico – Agronegócios - 06/07/2007

As oito cooperativas do Paraná que atuam no segmento sucroalcooleiro planejam fazer investimentos que somam R$ 900 milhões nos próximos cinco anos. O volume de recursos indica que essas cooperativas não querem ficar para trás na produção de biocombustíveis. Só para efeito de comparação, no ano passado, elas investiram, juntas, R$ 46 milhões.

O levantamento de quanto será aplicado nas destilarias foi feito pela Organização das Cooperativas (Ocepar). Hoje, as oito respondem por 34,4% do álcool e 12% do açúcar fabricados no Estado. Nesta safra, a 2007/08, as cooperativas devem produzir 319 mil toneladas de açúcar (de um total de 2,7 milhões de toneladas no Estado) e 583,2 milhões de litros de álcool (de um total de 1,694 bilhão de litros). Com a expansão, essas cooperativas devem gerar 4,6 mil empregos no campo e nas cidades.

De acordo com a Ocepar, quando os investimentos estiverem concretizados, em 2012, a estimativa é de que a produção de álcool das cooperativas cresça 50%. No caso do açúcar, a capacidade produtiva deve aumentar 147%. O gerente técnico e econômico da instituição, Flávio Turra, disse que só nos próximos 12 meses estão previstos investimentos de R$ 159 milhões.

O maior projeto é o da Corol, que vai instalar em Sertaneja, no norte do Estado, uma unidade que exigirá aportes de R$ 330 milhões e que poderá gerar 1,7 mil postos de trabalho.

Turra disse que todos os investimentos serão feitos por cooperativas que já estão no setor sucroalcooleiro. Não há previsão de aportes de outras cooperativas. Ele observou que duas cooperativas que produziam açúcar e álcool decidiram sair do negócio. Casos da Cocamar, de Maringá, que decidiu vender suas instalações para o grupo Santa Terezinha, da mesma região, e da Coamo, de Campo Mourão, que também chegou a ter destilaria no passado.

Além da Corol, farão investimentos as cooperativas Copagra, Cofercatu, Coopcana, Cooperval, Cocari, Nova produtiva e Coocarol. A Coopcana vai implantar uma unidade em Amaporã, também no noroeste, com início das atividades previsto para 2010. A cooperativa desembolsará R$ 150 milhões na usina. Para aproveitar o aumento da demanda, os cooperados da Coopcana irão ampliar em 6 mil hectares a área de cana plantada neste ano e planejam o acréscimo de outros 5,6 mil hectares no ano que vem.

Segundo Turra, um terço dos investimentos deve ser bancado com recursos próprios e o restante poderá ser financiado pelo BNDES. Também há previsão de financiamento do banco para cooperativas que atuam na área de grãos e carnes. O levantamento completo da Ocepar será divulgado hoje, quando a instituição irá comemorar o 85º Dia Internacional do Cooperativismo.

Independente da cana, Piracicaba agora procura mão-de-obra - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico - Especial - 10/07/2007

"Procuram-se aposentados para trabalhar em metalúrgicas." A notícia corre de boca em boca nas principais indústrias de transformação e autopeças da cidade de Piracicaba. E a demanda por mão-de-obra especializada tem levado parte das indústrias locais a contratar trabalhadores aposentados ou de fora da cidade para compor seu quadro de funcionários.

Cesário Brossi Neto, 51 anos, é um deles. Aposentado, recebeu uma proposta para voltar a trabalhar na NG Metalúrgica. Aceitou o convite na hora. Brossi, que já tinha trabalhado na empresa, experimentou carreira solo no início de sua aposentadoria, mas decidiu pendurar as chuteiras para ficar mais perto da família. Há sete meses, voltou à NG e assumiu o cargo de controle de qualidade. Com salário de R$ 1.300, dobra sua renda.

Coordenador de Recursos Humanos da NG, Nilson Furoni disse que a metalúrgica possui 10% de aposentados em seu quadro de funcionários (de um total de 1.000). "Não há profissionais especializados no mercado. Temos que buscá-los com lupa", afirma. Além dos aposentados, a NG procura no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) novos talentos para a linha de produção da empresa. É o caso de Gilvan da Silva, 23 anos, recém-formado no Senai. Ex-feirante, Silva decidiu ser metalúrgico de olho nos benefícios que a empresa oferece.

Na Dedini Indústria de Base, a situação é parecida. Márcia Mendes, 28 anos, ex-operadora de caixa, formou-se no ano passado como soldadora no Senai e logo foi absorvida pela companhia. Márcia foi a primeira mulher contratada pela Dedini para ocupar este cargo. Sérgio Leme, vice-presidente da companhia, dá uma explicação poética para a contratação da jovem. "As mulheres têm maior aptidão para o trabalho manual, parecido com a função do soldador." Leme pode até ter razão sobre as aptidões femininas, mas ele mesmo admite que este tipo de profissional está em falta no mercado.

A corrida por mão-de-obra especializada em Piracicaba ocorre há pelo menos três anos. O reaquecimento do setor sucroalcooleiro, devido ao boom do etanol, é um dos fatores que impulsionam a economia. Mas não é só isto. O prefeito Barjas Negri (PSDB/SP) lembra que a cidade teve forte investimento com o Proálcool nos anos 70, mas passou por uma crise provocada pelo próprio álcool no fim dos anos 80 e durante os anos 90. Para não fechar as portas, a indústria teve de se adaptar à realidade.

Expansão acelerada

Perfil da cidade de Piracicaba



- **População**
  366.000
- **Localização**
  160 Km de São Paulo
- **Área territorial**
  1.368,40 Km², o 19º maior em extensão territorial do Estado
- **Indústrias**
  7.943
- **Atividades econômicas**
  - Indústrias de transformação, voltadas para o setor sucro-alcooleiro, cervejarias e metal/mecânica
  - Agropecuária
  - Autopeças
- **Produção de cana**
  13,1 milhões de toneladas, envolvendo 15 municípios da região de Piracicaba
- **Principais universidades**
  - Esalq/USP
  - Odontologia/Unicamp
  - Unimep

Fonte: Prefeitura Municipal

É o caso da Dedini, que nos anos 80 tirava quase 100% do seu faturamento do açúcar e álcool, diz Sérgio Leme, vice-presidente da empresa. Atualmente, são quatro os principais ramos de negócio e açúcar e álcool tem peso de 50%. Os segmentos de papel e celulose, térmicas e indústrias em geral, abocanham 20%; os equipamentos para cervejarias, alimentos e tratamentos de afluentes, outros 15%; e equipamentos para siderurgia, mineração, petróleo e gás, 15%. A diversificação ocorreu pela crise do açúcar e álcool. "Muitas empresas que trabalharam para a Dedini àquela época quebraram", afirma Leme, lembrando que a própria companhia passou por uma das piores crises naquela época. A busca por mão-de-obra não se restringe apenas ao chão de fábrica, Leme conta que já foi sondado várias vezes por "head hunters".

Apesar de considerada um celeiro intelectual e de mão-de-obra especializada - a cidade abriga três grandes universidades, escolas técnicas profissionalizantes, duas unidades do Senai e a promessa de abrigar uma Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec), Piracicaba não tem dado conta da demanda. Levantamento da Universidade Metodista de Piracicaba, com base nos dados do Ministério do Trabalho, mostra que o saldo de empregos na cidade ficou em 4.590 vagas de janeiro a maio deste ano, alta de 160% em relação a igual período de 1997. Segundo Francisco Crocomo, coordenador do curso de Ciências

Econômicas da Faculdade de Gestão e Negócios (FGN) da Unimep, a demanda por trabalhadores em alguns setores, como metal/mecânica, é maior que a oferta. "Muitas indústrias buscam mão-de-obra de fora da cidade."

Sérgio Fortuoso, diretor-executivo da Associação Comercial e Industrial de Piracicaba (Acipi), acredita que uma eventual crise no setor sucroalcooleiro hoje não provocaria o mesmo efeito devastador na região como no fim dos anos 80 e 90. "A cidade cresceu, expandiu as atividades, tem várias universidades e várias empresas varejistas e de serviços na região."

Luciano Almeida, secretário de Indústria e Comércio da cidade, faz o coro. "Temos três pilares de sustentação econômica. Além do setor sucroalcooleiro, autopeças é forte, com empresas como Delphi, como grande empregadora, além de uma cadeia múltipla de companhias, como a Belgo Mineira, Votorantim, Kraft Foods, Klabin, entre outras", diz. "Há pelo menos sete anos, Piracicaba descolou-se de Campinas e faz parte de um pólo, que abrange outros 14 municípios (1,5 milhão de habitantes)."

Neste segundo semestre, entra em operação na cidade a primeira fábrica da coreana Cheil Jedang (CJ) Corporation, um investimento inicial de US$ 100 milhões para produzir lisina (aminoácido para ração). "Boa parte dessa produção será exportada", diz Almeida. "Eles sinalizaram que os investimentos na ampliação da fábrica podem chegar a US$ 500 milhões."

Maior empregadora da cidade, com 4.800 trabalhadores, a Caterpillar Brasil, fabricante de máquinas e equipamentos de construção, está formando um cluster na região, que deverá incluir outras cerca de 20 empresas. José Carlos Maranha, diretor industrial da empresa, faz parte de um grupo de empresários da região que trabalha no programa Piracicaba 2010, traçando planos estratégicos para a região nos próximos anos. "Esse programa abrange aspectos socioambientais e planos de desenvolvimento para a região, em uma parceria com o setor público e privado."

A agropecuária, que dominou a atividade econômica da região há algumas décadas, também passa por diversificação. A pecuária foi transferida para outras regiões, como Centro-Oeste. O avanço da cana, devido ao álcool, ainda encontra certa resistência na região. Além das terras mais caras, Piracicaba encontrou seu perfil na indústria. As usinas de açúcar e álcool não têm presença maciça na cidade, que tem apenas uma usina, a Costa Pinto, do grupo Cosan. A região, que abrange 14 municípios, processa em torno de 13,2 milhões de toneladas de cana, 5% do que é colhido no Estado. O pólo de Ribeirão Preto responde por 60%.

O forte da atividade sucroalcooleira na região está nas indústrias que fornecem equipamentos para as usinas da região (10 unidades). Por isso que Aparecida de Jesus Pino, presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Piracicaba, diz que os problemas deflagrados pelo Ministério Público do Trabalho em canaviais como trabalhadores em péssimas condições de trabalho em outros pólos do Estado não atinge sua região. Mesmo assim, a cana inflaciona os salários de Piracicaba. O rendimento médio do cortador de cana da região gira em torno de R$ 700, 40% mais que de um lavourista de laranja.

Cidade é mentora intelectual do setor sucroalcooleiro – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Especial - 10/07/2007

Apesar de não fazer parte dos grandes pólos produtores de cana de São Paulo, Piracicaba carrega o produto em seu DNA. É nela que estão instalados os principais institutos de pesquisa voltados para o setor sucroalcooleiro. E esses centros são responsáveis pela utilização das principais variedades de cana plantadas no país. Desde 2004, a cidade sedia o Pólo Nacional de Biocombustíveis.

A expertise tecnológica nas áreas agrícola e industrial da cana colocou Piracicaba no mapa internacional. O "tour da cana", como é conhecida a visita de empresários nacionais e, sobretudo estrangeiros, às principais regiões produtoras de açúcar e álcool do país, começa pela cidade. "Já fomos visitados por empresários e representantes de universidades de mais de 58 países. A cidade recebe mais de 6 mil pessoas por mês", diz Luciano Almeida, secretário de Indústria e Comércio da cidade, um dos coordenadores do Arranjo Produtivo Local do Álcool da Região de Piracicaba (Apla), criado para agregar valor tecnológico à cadeia sucroalcooleira e fomentar negócios.

Antes mesmo do álcool ganhar toda sua notoriedade, sobretudo a partir dos anos 70, com a criação do Proálcool, Piracicaba já atuava nos bastidores do setor sucroalcooleiro. Os primeiros passos nesse sentido foram dados pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (Esalq), da Universidade de São Paulo (USP).

A centenária instituição é responsável por várias colaborações, não somente para cana, mas também para outras culturas agrícola. Fundada em 1901, a Esalq é definida como uma ilha cercada de cana, segundo o coordenador da universidade, Antonio Roque Dechen. "Luiz de Queiroz idealizou a Esalq para ser um centro de referência em algodão no final do século 19, mas a universidade tornou-se referência para outras culturas, como café e cana no início do século 20", lembra. "Não é nenhum exagero dizer que Piracicaba é a mentora intelectual da cana."

A Esalq foi responsável por pesquisas pioneiras de utilização do solo para a cana e pelo destino dado para a vinhaça (subproduto da cana), que era largamente abandonado nos rios. Esse subproduto passou a ser aproveitado como nutriente para ração animal. Da universidade saíram várias "celebridades", como o ex-ministros da Agricultura Roberto Rodrigues e Luiz Carlos Guedes Pinto.

Outra referência para o setor sucroalcooleiro é o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC), que pertencia à Copersucar. O CTC foi responsável pelo lançamento de boa parte das variedades de cana plantadas no centro-sul do país a partir da criação do Proálcool. Segundo Tadeu Andrade, diretor de pesquisa e desenvolvimento do CTC, novas variedades da matéria-prima mais produtivas e resistentes a doenças estão para sair do forno a partir deste segundo semestre.

Além da expertise agrícola, a cidade é apontada como um grande pólo industrial para o setor. A Dedini Indústria de Base, com três unidades na cidade, entrega usinas inteiras de açúcar e álcool, os projetos "chave na mão", e conta com uma lista de espera de mais de um ano. Com o boom do etanol, há cerca de 100 novos projetos em andamento. E a Dedini não trabalha sozinha. A região de Piracicaba conta com mais de 100 empresas que fornecem equipamentos e peças para ela. (MS)

Açúcar e álcool, nova aposta do sócio da Reebok Fitness - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 10/07/2007

O empresário Alexandre Candido de Paula, sócio da Reebok Fitness, divisão de equipamentos de ginástica para academias, decidiu diversificar seus negócios. Em parceria com sua família, proprietária da ACP Agropecuária, uma das maiores fornecedoras independentes de cana do país, Candido planeja investir R$ 250 milhões em uma usina de açúcar e álcool no Mirante do Paranapanema (SP).

A usina, batizada de Conquista do Pontal, terá suas obras iniciadas a partir de setembro, e deverá entrar em operação na safra 2009/10. A expectativa inicial é processar 1,8 milhão de toneladas de cana até atingir os 4,5 milhões de toneladas em sua fase final do projeto, previsto para 2012.

Com faturamento de R$ 35 milhões, a ACP Agropecuária está nas mãos da família Cândido há pelo menos 20 anos. Inicialmente com vocação para pecuária, a empresa agrícola decidiu buscar novos rumos há seis anos.

A decisão foi converter suas terras dedicadas às pastagens para cana-de-açúcar. Atualmente, a família possui uma área plantada de 15 mil hectares com a cana e uma produção estimada em 1 milhão de toneladas. Os planos da família são aumentar a área plantada com a matéria-prima até atingir cerca de 60 mil hectares. "A ACP já está negociação para arrendar outros 25 mil hectares de terra para plantar cana na mesma região", disse Candido.

A decisão de se investir em uma usina estava nos planos da família há pelo menos três anos. "Chegamos à conclusão de que precisaríamos crescer verticalmente [com a usina] para ficarmos competitivos na região do Pontal", disse. Uma das tradicionais regiões do Estado voltadas para a pecuária, Pontal tem recebido vários investimentos em usinas. "Nossa família fornecia cana na para as usinas da região. Agora vamos ser nossos fornecedores exclusivos", afirmou ele.

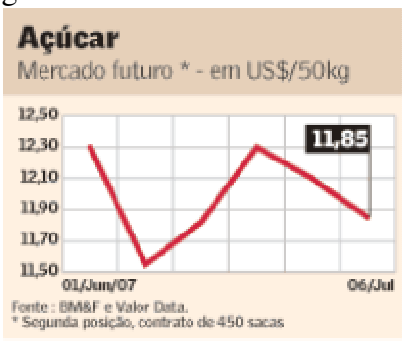
Segundo Candido, cerca de 40% dos investimentos projetados para a construção da usina serão feitos com recursos próprios. Outros 60% serão financiados. "Estamos em negociação com investidores estratégicos nesta usina." A expectativa com este projeto é a criação de 4 mil empregos diretos e indiretos. Caso a negociação com esses investidores estratégicos não saia, a família manterá o aporte na usina. "Os planos de crescimento, contudo, não serão neste mesmo ritmo." No mercado, há rumores de que o empresário poderia se associar com a CZRE, empresa recém-criada pelos executivos Clayton Miranda (ex-Coimex), e Eduardo Pereira de Carvalho (ex-Unica), parceira estratégica do grupo Odebrecht. O empresário e os grupos negam possível parceria.

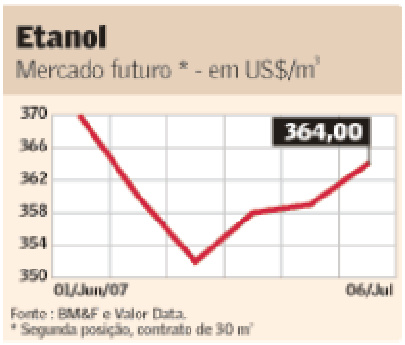
Os investimentos voltados para área sucroalcooleiro não devem desviar a atenção do empresário dos seus negócios fora do campo. A Reebok Fitness, com faturamento estimado em R$ 70 milhões para este ano e 32 lojas em todo país - boa parte franqueada -, está investindo US$ 5 milhões para abertura de uma loja na Argentina. "A inauguração está prevista para outubro", informou Cândido.

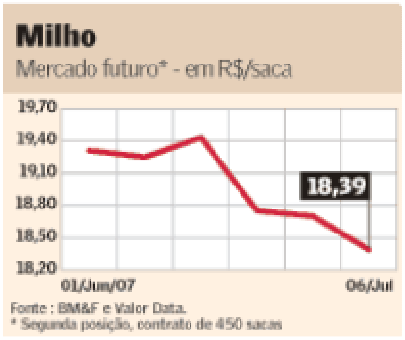
O empresário deverá ocupar a presidência da nova usina, mas vai continuar tocando os negócios da Reebok Fitness. "Vou para o conselho de administração da empresa", disse ele ao Valor.

Safra de cana mantém-se alcooleira – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 09/07/2007

A safra 2007/08 de cana-de-açúcar no centro-sul do país tem se confirmado mais alcooleira. Segundo Júlio Maria Martins Borges, da Job Economia e Planejamento, o mix atual de produção está em torno de 53% para o álcool e 47% para o açúcar, mas o viés alcooleiro pode superar os 55% nos próximos meses. Nas últimas safras, o mix para o combustível girava em torno de 51% a 52%.







Os dados da Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) indicam uma safra de 420 milhões de toneladas para o centro-sul, 13,2% acima do ciclo 2006/07, com uma produção de álcool de 19 bilhões de litros e 27 milhões de toneladas de açúcar. Os números de Martins Borges estão em sintonia com os da entidade. "Mas eu acredito que pelo menos 10 milhões de toneladas de cana ficarão em pé", disse. Segundo ele, o início da colheita na região foi tumultuado, por conta das chuvas e também nem todas as usinas em operação.

Até o fim de junho, 20 usinas sucroalcooleiras ainda não tinham entrado em operação no centro-sul, segundo a Unica.

Apesar da forte pressão da colheita, os preços do álcool combustível voltaram a fechar em alta na semana encerrada no dia 6 de julho. O litro do anidro fechou a R$ 0,66397 (sem impostos), com aumento de 0,27% sobre a semana anterior. Na comparação com o início de

maio, contudo, as cotações caíram 38%. O hidratado fechou a R$ 0,57801 (sem impostos), com elevação de 0,27% sobre a semana anterior e desvalorização de 37% sobre maio.
Marcelo Andrade, da Ecoflex Trading, acredita que os preços do álcool devem reduzir o ritmo de queda e se acomodarem nos patamares atuais. "Havia uma expectativa de que os preços ficassem mais firmes com a elevação da mistura do álcool na gasolina de 23% para 25% [a partir do dia 1º de julho]", disse. "Já há demanda para álcool no mercado externo", afirmou Andrade.
As perspectivas para o açúcar continuam baixistas. Na sexta-feira, a saca de 50 quilos do açúcar fechou a R$ 23,96, segundo o índice Cepea/Esalq. "Não há estimativa de elevação de preços no curto e médio prazos", afirmou Eduardo Naufal, da União Corretora.
Assim como no álcool, o ritmo de queda nos preços do açúcar diminuiu. Levantamento do Cepea mostra que as exportações têm remunerado 14% mais que as vendas no mercado interno na semana passada. (Mônica Scaramuzzo)

Alemães visitarão canavial orgânico – Valor Econômico – Agronegócios - 11/07/2007
A usina São Francisco, em Sertãozinho (SP), a maior produtora de açúcar orgânico do país, que pertence ao grupo Balbo, vai receber na sexta-feira uma comissão formada por membros do governo alemão para conhecer a unidade. O grupo Balbo, que tem duas usinas em operação e é detentor da marca Native, também é o maior produtor de cana-de-açúcar orgânica do mundo.
A missão alemã chegou ao Brasil no domingo passado e deverá ficar até o próximo dia 14. Na agenda, estão incluídas visitas à Embrapa, Bayer CropScience, à Cooplana (cooperativa de cana). Os alemães, que são importadores de açúcar orgânico do Brasil , também querem discutir oportunidades de cooperação entre os dois países para a produção de biocombustíveis.

Equipav vai investir R$ 1 bi em usinas no Centro-Oeste - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 11/07/2007
O grupo Equipav, que atua nas áreas de infra-estrutura e sucroalcooleira, vai investir R$ 1 bilhão na construção de duas usinas de álcool no Mato Grosso do Sul. A companhia pode ter a Petrobras e a japonesa Mitsui como parceiras estratégicas de peso nesses novos projetos.
"O Equipav é um dos cinco grupos que estão em análise pela Petrobras para essa parceria na produção de álcool", afirmou ao Valor o diretor de abastecimento de álcool da estatal, Paulo Roberto da Costa. A estatal tem um projeto de se tornar parceira de 40 usinas produtoras de álcool no país com a multinacional Mitsui. "Já começamos a negociar com cinco grupos, e a Equipav é um deles", disse. A estatal e a japonesa podem ter uma participação de até 20% nestas novas usinas.
A decisão do Equipav em focar seus negócios em açúcar e álcool foi tomada no início dos anos 2000, muito antes da Petrobras anunciar seu interesse em ser também um produtora de álcool. "Já tínhamos uma usina em operação [a unidade Equipav], que já foi considerada uma das maiores destilarias do país. Decidimos que o negócio de energia deverá ser estratégico para a empresa", afirmou Newton Soares, diretor de açúcar e álcool da Equipav.
No ano passado, o grupo deu início ao plano de expansão, com a construção de sua segunda usina, a Biopav, que está sendo instalada em Brejo Alegre, no noroeste paulista, e entrará

em operação na safra 2008/09, com processamento de 5 milhões de toneladas de cana em sua fase final. Esse projeto está recebendo aporte de R$ 500 milhões.
Os projetos das duas novas usinas, um investimento total de R$ 1 bilhão, serão implantados em Chapadão do Sul (MS) e em Chapadão do Céu (GO), cidades separadas pelo rio Aporé. Essas duas usinas deverão processar 5 milhões de toneladas de cana em sua fase final, mas já nascem com moagem de 2 milhões de toneladas. A unidade de Chapadão do Sul deverá entrar em operação em 2010. "Já demos início ao plantio das mudas de cana", disse Soares. O projeto de Chapadão do Céu começa a ser implantado até o fim do ano e deverá entrar em operação em 2011.
De acordo com Soares, a parceria com a Petrobras começou a ser discutida no ano passado. Inicialmente, a estatal e a japonesa Mitsui seriam parceiras no projeto da usina de Chapadão do Sul. "As negociações avançaram e podem incluir também a usina de Chapadão do Céu", disse. Essas duas usinas deverão produzir juntas cerca de 450 milhões de litros de álcool. E se a parceria com a estatal sair, terá como destino principal o Japão.
Os projetos do Mato Grosso do Sul deverão sair independentemente da decisão que será tomada pela Petrobras, segundo o executivo. Com um faturamento da ordem de R$ 800 milhões, a divisão de agronegócios responde por 50% da receita do grupo. "Temos recursos próprios para tocar os projetos, caso as negociações com a Petrobras não se concretizem".
Fundada em 1960 pelas famílias Toledo, Vettorazzo e Tarallo, que estão na sua segunda geração, mas fazem parte do conselho de administração e ocupam a diretoria da empresa, o grupo Equipav tem forte atuação em infra-estrutura, que inclui os negócios de pavimentação, recapeamento de estradas, concreto, concessão de rodoviárias, saneamento básico e coleta de lixo. Os negócios de concessão de rodoviária e saneamento básico do grupo são em parceria com o grupo Bertin. Na divisão de concreto, o grupo tem uma joint venture desde o ano passado com a construtora Camargo Corrêa. Mas o Equipav não descarta vender sua participação (50% do capital) para a construtora.

Biodiesel

Semestre positivo para preços dos grãos - Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2007
Com presença marcante de fundos de investimentos e extremamente contaminados pela febre dos biocombustíveis, o mercado de grãos encerrou o primeiro semestre deste ano com preços médios bem acima da média histórica na bolsa de Chicago.
Conforme cálculos do Valor Data (baseados nas médias semestrais dos contratos futuros de segunda posição de entrega), o milho alcançou US$ 3,9560 por bushel, 64,17% acima da média registrada entre janeiro e junho do ano passado; na mesma comparação, a soja subiu 29,76%, para US$ 7,7020 por bushel.
Os mesmos fatores - e mais o clima nos Estados Unidos, que também tornou-se referência importante nos últimos dois meses - tendem a guiar as cotações no segundo semestre. E as evidências atuais levam a crer em preços atraentes, ainda que os riscos derivados dos fundamentos dos mercados e da movimentação dos fundos não deixem espaço para projeções ambiciosas.
"A euforia com o etanol permanece nos EUA, mas já houve um desaquecimento no mercado de milho por conta da confirmação do aumento da área plantada com o grão no país. Nesse contexto, os fundos reduziram sua participação nesse mercado", diz Flávia Moura, da Fimat Futures.

A disparada do milho em Chicago no início deste ano levou a soja de carona, e que essa influência mútua, apesar de ter perdido força, é tradicional e vai perdurar.
Flávia destaca que, no início de 2006, os fundos chegaram a ter 400 mil contratos comprados de milho em Chicago, e que esse montante caiu para 230 mil. O complexo soja (grão, farelo e óleo) viveu situação semelhante, e hoje os contratos comprados somam 205 mil. Os contratos em aberto - "posições novas, dinheiro novo no mercado", segundo a analista - chegam a 532 mil, o que é um sinal positivo, mas mesmo esse total era maior há duas semanas.
Em junho, o preço médio do milho alcançou US$ 3,8921 por bushel na bolsa americana, 3,77% mais que a média de maio. No ano, a variação positiva acumulada - segundo o critério de médias mensais - chega a 2,35%, e nos últimos 12 meses a 55,91%. Para a soja, a cotação média de junho alcançou US$ 8,3174, 6,55% maior que a do mês anterior e com altas de 22,84% em 2006 e de 39,55% em 12 meses. Na sexta-feira, por causa do relatório do USDA, a soja subiu 4,8% e o milho recuou 2,9% em Chicago.
Neste segundo semestre, as cotações dependerão da decisão dos fundos de aliviar mais ou não sua presença - e isso dependerá, em grande parte, mas não só, dos chamados "fundamentos" de cada uma das culturas. E esses fundamentos ganharam novas cores na sexta-feira, após a divulgação de um relatório do Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) que trouxe estimativas que surpreenderam muitos especialistas.
No caso do milho, o vínculo com os preços do petróleo e com a demanda para a produção de etanol dá todas as mostras de que veio para ficar; no da soja, sobretudo no último trimestre as atenções também estarão voltadas para as previsões para a próxima de verão na América do Sul, principalmente no Brasil.
Mas nem só de milho e soja vive a bolsa de Chicago, e para os preços do trigo a fase é positiva devido ao baixo nível de estoques globais. O cereal encerrou o primeiro semestre com cotação média de US$ 5,0070 por bushel, 33,66% acima da média de igual intervalo do ano passado.
"A produção mundial deve crescer na safra 2007/08, mas a oferta será inferior em razão dos baixos estoques. Portanto, o cenário fundamental é altista para o segundo semestre", afirma Élcio Bento, da Safras&Mercado. Até agora, ajudaram a alavancar os preços os problemas de oferta na Austrália - que deve se recuperar, mas não totalmente -, Rússia e Canadá.
Na bolsa de Nova York, o destaque positivo na comparação entre os preços médios dos primeiros semestres de 2007 e de 2006 foi o suco de laranja. Sustentada pelo comportamento no início deste ano, a alta chegou a 23,58%, mas os preços já registraram forte declínio nos últimos meses, e de janeiro a junho a queda já supera 30%.
A relação semestral aponta ganhos também para cacau (21,01%), que deve perder fôlego, e café (4,97%), cujos fundamentos permitiriam cotações melhores. As variações negativas ficaram com açúcar (40,73%), que não enxerga sustentação consistente no médio prazo, e algodão (1,6%). Aqui, há um alento: no relatório do USDA, a área plantada prevista para os EUA em 2007/08 é a menor desde 1989 - o que, no dia, motivou o maior preço da história em Nova York.

Bioenergia e fundos direcionam milho – Valor Econômico – Agronegócios - 02/07/2007

A febre em torno do etanol nos Estados Unidos, os efeitos climáticos sobre o desenvolvimento das lavouras daquele país e os movimentos dos fundos de investimentos, que se revezaram como principais referências para a formação dos preços do milho no exterior no primeiro semestre, continuarão sendo guias fundamentais para o mercado na metade final do ano.
A última novidade envolvendo esta trinca de fatores veio na sexta-feira, quando o Departamento de Agricultura dos EUA (USDA) divulgou sua nova estimativa para a área plantada americana nesta safra 2007/08. Conforme o órgão, serão 92,9 milhões de acres (37,6 milhões de hectares), acima do que esperavam os traders da bolsa de Chicago (90,6 milhões) e 18,6% a mais do que o registrado em 2006/07 (78,3 milhões).
Para Flávia Moura, da Fimat Futures, trata-se de uma área que, na ausência de problemas climáticos relevantes, tende a pressionar as cotações. Mesmo assim, diz, uma eventual curva descendente dificilmente levará os preços de volta a seu nível médio histórico, pela influência dos biocombustíveis. Nesse caminho, também será preciso conferir se os fundos aliviarão mais suas posições em Chicago, como já começou a acontecer.

Mais biodiesel no RS – Valor Econômico – Agronegócios – 06/07/2007
A Brasil Ecodiesel inaugura hoje (dia 6), em Rosário do Sul (RS), sua quinta unidade de biodiesel. As que já estão em operação estão localizadas em Floriano (PI), Crateús (CE), Iraquara (BA) e Porto Nacional (TO).

Brasbiofuel avança – Valor Econômico – Agronegócios – 06/07/2007
A Brasbiofuel, com sede em Curitiba (PR), informou que já comercializa biodiesel no Brasil e no exterior. A empresa produz hoje 350 milhões de litros, em três fábricas arrendadas no país e por meio de uma companhia no Canadá, recém-adquirida por seu grupo controlador.

POLÍTICA BIOCOMBUSTÍVEL

Etanol

Potencial eólico do Brasil não é aproveitado para produção de energia - Natália Suzuki - Carta Maior – 03/07/2007

Pouco investimento no setor, baixos incentivos financeiros do governo e e falta de incentivos para o aprofundamento das pesquisas em tecnologia não colaboram para a exploração dessa fonte energética.

SÃO PAULO – Na última semana, o governo brasileiro optou pela construção da usina nuclear Angra 3. Mais uma vez, o investimento em outras fontes energéticas ficaram para depois. No rol das energias alternativas, a eólica é muito mencionada, mas, apesar do potencial expressivo que o país tem para o seu desenvolvimento, os investimentos e o seu alcance no Brasil são poucos.

Atualmente, o Brasil tem 200 MW de potência instalada de energia eólica, o que representa apenas 0,3% de toda a matriz elétrica do país. Se todos os projetos em andamento forem concluídos, a previsão é de que sejam implantados 1,3 mil MW de energia eólica até 2008.

"A China, um país em desenvolvimento como o Brasil, começou a implantar essa energia em 1996. Em 2006, os chineses tinham 2,6 mil MW de potência instalada. Para o próximo anos, o país prevê alcançar a meta de 2010, que é de 5 mil MW. Se comparado com a China, o desenvolvimento tecnológico e a adoção desse tipo de energia foram muito lentos aqui", compara Karen Suassuna, técnica do Programa de Mudanças Climáticas da WWF-Brasil.

"A iniciativa tem que partir do governo: é ele quem tem que gerar o primeiro sinal sobre o projeto, garantindo a energia, a cobertura [de transmissão] e criando um mercado, como ocorreu na Alemanha", lembra Ricardo Baitelo, coordenador da campanha de Energias Renováveis do Greenpeace.

Essa estratégia fez com que países com potencial menor que o do Brasil tenham uma potência de energia eólica instalada maior. A Dinamarca foi pioneira na empreitada, em 1976.

"Muitos projetos não saíram do papel no Brasil", explica Eliane Amaral Fadigas, professora e pesquisadora do Departamento de Engenharia de Energia e Automação Elétricas da Escola Politécnica da USP. Segundo ela, a situação se deve à falta de interesse dos investidores. O Proinfa (Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica) do Ministério de Minas e Energia determina que as empresas fabricantes de turbinas sejam nacionalizadas para desenvolver projetos no Brasil. Se outras empresas estrangeiras se interessassem, elas devem se instalar aqui. No Brasil, há apenas um fabricante de turbinas eólicas.

Para a técnica da WWF, o governo brasileiro não criou condições para atrair investidores no setor. Ela menciona também que os custos externos da energia eólica, quando confrontados com os valores estipulados nos leilões com outros tipos de energia, liquidam as chances de concorrência. "Quando os custos externos começam a surgir, percebe-se que o custo de produção é elevado, o que torna a eólica incompatível. Não dá para concorrer de igual para igual com outros tipos de energias. São duas coisas diferentes", observa. Uma saída seria ter leilões específicos para energia eólica.

A energia eólica chega a custar, no mínimo, R$ 180 MW/hora. Segundo a pesquisadora da USP, outras fontes têm preços mais baixos, como o gás (R$120) e a hidráulica (R$70 a 80). Para Eliane, se o governo ou setor elétrico quiserem desenvolver a energia eólica é preciso esforços para a redução dos custos a partir da nacionalização da instalação e das equipes especializadas no ramo, além da escolha dos melhores lugares para a implantação das usinas. "Está mais do que na hora de investir mais em pesquisas para baratear os preços", afirma.

Potencial natural - O litoral do nordeste brasileiro, especialmente o do Ceará, é considerado um dos lugares favoráveis para a atividade eólica, devido ao regime de ventos, segundo o Atlas do Potencial Eólico Brasileiro, produzido pelo Centro de Referência para Energia Solar e Eólica Sérgio de Salvo Brito (Cresesb).

Contudo, a pesquisadora da USP, Eliane Fadigas, alerta que a medição sobre o regime de ventos e outras condições necessárias para a implantação de usinas eólicas é ainda muito deficiente no Brasil. Por isso, atualmente, não é possível estimar qual o real potencial para a eólica no país. Para dados mais completos e exatos, são necessários uns mapeamentos mais extensos. "Antes de dizer que uma região não é um bom lugar para a eólica, é preciso fazer um estudo preliminar com a instalação de uma torre de transmissão por pelo menos um ano", explica a pesquisadora.

Eliane também enfatiza que, apesar de vantagens, a eólica tem também limitações. O fato de depender do regime de ventos faz com que seja uma fonte de energia sazonal. "Ela não vai resolver o problema de emissões de gases de efeito estufa sozinha, porque não conseguiria suprir o uso de combustíveis fósseis, como o petróleo. As fontes alternativas (eólica, biomassa solar) são fontes complementares".

De acordo com Karen Suassuna, a característica dos ventos no nordeste se conjuga com as condições naturais da energia hidráulica. "O Brasil é um dos poucos lugares do planeta que tem uma relação inversamente proporcional entre o regime de ventos e o da hidráulica, principalmente na região nordeste: quando se tem um maior potencial de ventos, há um menor volume hídrico. Essa tecnologia pode ser complementar à hidráulica", explica.

Além das condições naturais, outros fatores contam como a existência de uma rede de transmissão de energia próxima ao espaço da usina e a disponibilidade de uma área livre, distante de construções altas. O último fator limita a instalação em centros urbanos.

Segundo Karen, é necessário que haja políticas públicas, investigando as formas como cada Estado pode fazer uso e se beneficiar da energia eólica de acordo com as realidades locais.

Impactos

"Toda a fonte tem impactos", diz Eliane. No caso da eólica, ela lembra que a região da usina é afetada na sua fase implantação, quando se faz a terraplanagem e a recuperação da vegetação rasteira. Já na fase de operação, os impactos apontados são o visual, sonoro e eletromagnético. Segundo a pesquisadora, para os dois últimos, a tecnologia já vem desenvolvendo turbinas menos ruidosas e reduzindo as interferências magnéticas.

Para a obra, são exigidos o relatório e o estudo de impactos ambientais (EIA-Rima), que teria função de prever conflitos com a fauna da região. A rota de aves migratórias costuma ser uma das principais preocupações durante o estudo de impacto ambiental.

Ricardo Baitelo, coordenador do Greenpeace, afirma que, comparados com outros tipos de fontes energéticas, os impactos da eólica são ainda mais reduzidos. "É uma energia muito benéfica, porque não faz uso de combustível, do solo e nem da água. A emissão de gases é superbaixa", considera. Fotos: www.sfiec.org.br

Estado fixa limite para queimada de canaviais - EFE – Estado de São Paulo-Economia e Negócios – 07/07/2007

Passou a valer ontem a restrição imposta pela Secretaria de Estado do Meio Ambiente de São Paulo para as queimadas que visam ao cultivo de cana-de-açúcar. A medida vale até 15 de outubro. O horário autorizado será entre 20 e 6 horas. Quando a umidade do ar estiver menor que 20%, as queimadas ficam proibidas em qualquer horário.

Jank garante: a cana não vai prejudicar outras culturas - Sonia Racy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/07/2007

O presidente do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icone), Marcos Sawaya Jank, tem hoje um grande desafio pela frente. Assumindo a direção da Unica, que agrega os produtores de álcool e açúcar, assume também a tarefa de mudar a imagem do setor e de abrir caminho no mercado internacional para o etanol brasileiro. Tudo isso aliado ao conceito de sustentabilidade. "Se os países desenvolvidos aceitarem uma discussão séria sobre eficiência energética dos biocombustíveis, incluindo aí subsídios dados, estaremos totalmente abertos para debater princípios, critérios e indicadores sociais e ambientais, que poderiam ser consensualmente aplicados na produção de biocombustíveis, oriundos das diferentes matérias-primas existentes."
Aqui vão os principais trechos da entrevista:
Fala-se muito que o Brasil poderia ser centro de uma Opep do etanol. O senhor concorda?
Essa hipótese não existe. O petróleo, além de finito, é restrito a poucos países, a maioria vivendo permanentes conflitos, que tentam formar um cartel de venda. O etanol é renovável e pode, por isso, ser produzido em centenas de países. Além disso, não há possibilidade de "Opep" numa situação em que todos os combustíveis renováveis respondem, juntos, por menos de 1% da produção dos fósseis.
O Brasil tem muito a ganhar com o etanol? Teria, não fosse a visão equivocada de autoprodução que predomina no mundo. Os lobbies agrícolas têm forçado os seus governos a adotarem soluções nacionais de alto custo, a exemplo dos subsídios para a produção de etanol de milho nos EUA e de etanol de trigo e beterraba na União Européia (UE). Ocorre que os biocombustíveis deveriam ser tratados em escala mundial, como parte da solução global para os problemas de aumento dos gases de efeito estufa e mudança climática. Claramente as melhores opções se encontram na região tropical do planeta: cana-de-açúcar, no caso do etanol, e palma, no caso do biodiesel. Aliás, foi essa a tônica que o presidente Lula imprimiu no lançamento da parceria estratégica UE-Brasil, semana passada em Bruxelas: os biocombustíveis representam uma oportunidade extraordinária para dezenas

de países da América do Sul, África e Ásia, mas é fundamental que os países ricos abram seus mercados para eles.
Os empresários brasileiros estão prontos para exportar? A atual expansão da cana é basicamente motivada pelo crescimento da frota flex, que representa 80% dos carros novos. Mas a oferta de cana esta crescendo muito e precisamos agora trabalhar a abertura do mercado externo. A abertura de capital das empresas brasileiras e a internacionalização do setor serão naturais neste processo, mas o mercado mundial ainda precisa se consolidar. Vamos criar estruturas de representação do setor nos EUA, UE e Ásia, para conversar com governos e sociedade local, tentando derrubar mitos e preconceitos que ainda cercam o setor. E também participar dos debates da formulação das políticas públicas nos diversos países.
A cana vai invadir as terras brasileiras, gerando falta de outras culturas vitais? Comunicação deve ser uma das prioridades do setor. É errado temer a monocultura de cana. Dados censitários mostram justamente o contrário: uma diversificação do uso da terra graças ao incremento tecnológico nos últimos 60 anos. Como também é falso o dilema alimentos versus energia.
Como assim? Vamos lá: o Brasil poderia suprir toda a demanda de etanol dos EUA, de 136 bilhões de litros, e da UE, mais 14 bilhões de litros, em 2020, com apenas 22 milhões de hectares de cana. O que isto representa? Somente 6,5% da nossa área agrícola ou 11% da área disponível em pastagens. Se as plantas de etanol mais eficientes, que são as nossas, tivessem espaço no mercado mundial, a discussão não seria esta, e sim a de "alimentos mais combustíveis". Isso sem falar do enorme potencial da bioeletricidade de origem vegetal.
Qual o potencial do processo de geração de energia da biomassa de cana? Se o Brasil crescer mais do que 4% ao ano, vai faltar energia elétrica. A bioeletricidade é uma solução eficiente, renovável, de curto prazo, feita diretamente de bagaço e palhada da cana, amplamente disponível no coração dos centros de maior consumo, com oferta concentrada nos meses de menor hidrologia.
Por que o último leilão do governo em relação a este tipo de energia fracassou? O que falta é um mecanismo de valoração mais adequada, no formato de preços que incentivem investimentos em energia limpa e renovável, que não depende de pesados subsídios como os que estão sendo usados na produção de energias "sujas" ou de elevado risco ambiental. Falta ainda uma solução definitiva para os problemas de conexão da bioeletricidade na rede elétrica.
O setor ainda precisa de incentivos governamentais? De forma alguma. O que falta são políticas regulatórias que garantam o equilíbrio dos mercados de etanol e de bioeletricidade. No caso do etanol hidratado, é fundamental unificar as alíquotas de ICMS em todo o País, nos mesmos níveis hoje vigentes para o óleo diesel e o gás natural veicular. Em São Paulo, a alíquota de 12% permite amplo desenvolvimento do mercado de etanol. Em Minas, a alíquota de 25% inviabiliza o consumo de álcool nos veículos flex. A expansão da cana no Triângulo Mineiro deveria motivar o governador Aécio Neves a seguir o exemplo de São Paulo.
Qual a diferença entre os problemas de acesso a mercado na Europa e nos EUA? Nos EUA, o maior problema é a tarifa fixa de US$ 0,14 por litro. Os presidentes Lula e Bush se encontraram duas vezes este ano para discutir cooperação agroenergética, mas a questão comercial do etanol ainda está longe de ser resolvida e depende de ações concretas do Congresso americano. Nas reuniões desta semana, a UE mostrou-se mais receptiva do que

os EUA em aceitar maiores importações, ainda que de forma controlada. Mas a pressão dos europeus por certificações que atestem a sustentabilidade dos produtos será crescente.

Etanol não encareceu alimentos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 08/08/2007

Mais uma onda de reação ao etanol. A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO), que antes era favorável, agora mudou (por que será?). Associa-se à Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para dizer que o álcool combustível é bom, tem futuro no Brasil, mas ameaça os preços dos alimentos. Uma estranha coincidência (será?) divulgar o relatório nas vésperas da reunião sobre o tema, em Bruxelas, onde Lula foi o principal convidado. Isso confirma apenas que o lobby da Opep ganha força e agressividade. Afinal, seus integrantes embolsam dezenas de bilhões de dólares vendendo por US$ 74 o petróleo que produzem por US$ 10 o barril.

É mentira deslavada! Lula reagiu à altura. Por que não falaram no aumento do preço dos alimentos quando o petróleo pulou de US$ 28 para US$ 74? Ninguém respondeu porque não tinha o que responder.

OS PREÇOS SUBIRAM ANTES

Mas Lula perdeu excelente oportunidade para refutar a grande mentira endossada pela OCDE e pela FAO, a de que o etanol é a causa da elevação dos preços dos produtos agrícolas. Mentira, mentira deslavada e vergonhosa que precisa ser desmascarada. Por quê? Nos últimos 12 meses, os preços de todas as commodities agrícolas, metálicas e minerais explodiram! E o etanol ainda nem havia entrado no mercado! Vamos aos números.

1) Em 12 meses, o índice em dólar de todas as commodities aumentou 22,7%, com base em 2000.

2) O das commodities alimentícias subiram 28,7%.

3) Dos metais, 23,5%.

4) De todas as commodities industriais, 17,9%.

A fonte é a revista britânica Economist, que publica semanalmente a evolução dos preços.

FOI A CHINA

O que aconteceu? Ora, todos sabem. Peter Mandelson sabe, Susan Schwab sabe, Durão Barroso sabe. Mas não admitem e não dizem. Os preços de todas as commodities - e não só as agrícolas, senhores "protetores da humanidade" - explodiram quando a China entrou no mercado comprando tudo o que precisava. Alimentos, minerais, tudo. A culpa não é nossa. É dela.

Tomem nota, senhores que contestam; atente para isso, presidente: "Os preços dos alimentos aumentaram antes, muitíssimo antes de o etanol ter surgido como opção parcial para combater o aquecimento global. Ele não gera fome, gera a salvação ambiental. E essa fome consumidora dos países emergentes recém-chegados ao mercado vai continuar, pois a China cresce a 10,8%, a Índia, a 9,1%, e a Rússia, a 7,9%, sem contar outros asiáticos. Esse é um problema antigo e o etanol é novo.

EUA, TEIMOSIA IRRACIONAL

E os EUA? Esse é um caso especial de teimosia inspirada em falso geopoliticismo. Eles insistem em produzir etanol do milho a um custo de US$ 65, quando o etanol da cana não passa de US$ 35. E ainda gastam US$ 4,5 bilhões subsidiando a produção. Poderia ser compensador ante os US$ 74 do petróleo, mas não é, pois este produz uma gama de produtos essenciais, como a nafta, não só gasolina.

Argumento: não queremos depender do etanol importado. Sim, mas continuam dependendo do petróleo em US$ 74, que importam desse imprevisível Oriente Médio islâmico que fanatizou o petróleo e nos mantém como reféns?

Os americanos absorvem 21 milhões barris por dia e importam 60% do que consomem. Um dia, terão de optar entre importar etanol do Brasil ou aceitar um aumento ainda maior dos preços dos alimentos, provocado pela redução da área plantada com produtos agrícolas em favor do milho. É ilógico, é irracional, mas é isso. São cautelosos quanto à sua soberana independência, mas terão de se curvar ao etanol, como se curvam ao petróleo do Oriente Médio, entre eles o do Irã. O problema é inteiramente deles, não nosso. Estamos investindo em 86 usinas até 2012. Teremos etanol para quem quiser, sobretudo para China e Japão, que está construindo gasodutos aqui.

MAIS IRRACIONALIDADE

Os EUA taxam pesadamente o etanol de cana para proteger os produtores de milho, que subsidiam. Com isso, porém, pressionam o preço do etanol, do milho e de outros produtos que consomem internamente. E depois vêm culpar o etanol... Por que não deixar o nosso produto entrar por US$ 35 para substituir o deles, de US$ 65, e incentivar os fazendeiros para que continuem a produzir milho e outros grãos a preços menores para o mercado interno e também exportar, reduzindo as pressões inflacionárias?

E A AMAZÔNIA, HEIN?

E agora os europeus, que, como sempre dizem sim, mas agem como não, querem defender a nossa Amazônia da invasão da cana. Querem também defender os países pobres que sofrerão com a alta dos alimentos, mas pouco ou nada fazem para ajudar as antigas colônias africanas, essas, sim, necessitadas de socorro. Eles são vítimas da corrupção endêmica de seus governantes, quase sempre ditadores sanguinários que roubam ou vendem os alimentos doados.

A culpa é nossa? É do etanol? Mentira escandalosa, que precisa ser desmistificada.Quanto à Amazônia dos europeus, dos americanos, da FAO, da OCDE, também é burrice ou má-fé. Escolho a segunda opção, pois os técnicos agrícolas europeus - mundiais - sabem perfeitamente que o solo amazônico não é apto para o plantio de cana. Mas outras culturas desalojadas pela cana podem invadir a Amazônia! Certo? Errado. A cana ocupa apenas 0,4% do território nacional, 2% das terras agricultáveis, refuta Lula

POBREZA? MAS ELA DIMINUIU!

Mas aumenta a pobreza! Também não, embora haja muita exploração do trabalhador rural, o que deve ser combatido pela fiscalização, não com o fim do emprego. “A indústria do etanol já criou, diretamente, 1,5 milhão de empregos e indiretamente, 4,5 milhões, no Brasil”, afirma Lula, em artigo no Valor de quinta-feira. Mas no Brasil a pobreza diminuiu com o etanol, contra-ataca o presidente. Com a simples adição de 25% de álcool de cana reduzimos 40% do consumo e a importação de combustíveis fósseis. Mais: deixamos de emitir 120 milhões de toneladas de gás carbônico.

E OS OUTROS? HÁ SOLUÇÃO

Certo, mas os outros países produtores de etanol não estão fazendo, refutam os europeus e as eternas carpideiras, fanáticas das ONGs que são contra o óleo combustível nas termoelétricas, a energia nuclear e as hidrelétricas que ‘ameaçam” o ambiente (Ufa! Haja ignorância ou má fé!). Ora, se não estão fazendo isso, é problema deles. A solução não é acabar com o etanol, mas não comprar desses países que o produzem com custos humanos e ambientais.

*E-mail: at@attglobal.net

Fornecedores independentes se enfraquecem – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/07/2007

DA ENVIADA ESPECIAL A PERNAMBUCO E ALAGOAS

Os fornecedores independentes de cana foram enfraquecidos pelo processo de concentração da produção de açúcar e de álcool nas grandes usinas.

Até o final dos anos 90, metade da cana moída para a produção de açúcar e álcool no Nordeste vinha de fornecedores independentes. A participação atual é em torno de 30%. Especialistas temem a eliminação de milhares de pequenos produtores, que ainda formam uma classe média rural.

A extinção do IAA (Instituto do Açúcar e do Álcool), em 1990, a suspensão do pagamento do subsídio ao Nordeste, em 2001, e o aumento da produção no centro-sul levaram à concentração da produção no Nordeste. Os grupos mais capitalizados investiram em produtividade e ocuparam o espaço dos pequenos que fecharam.

Dos 12.033 fornecedores de cana de Pernambuco, 11.362 produzem até mil toneladas por ano e são 25,9% do mercado. No topo da pirâmide estão cem fornecedores com produção acima de 10 mil toneladas por ano, que respondem por 44,3% do mercado. Em Alagoas, o quadro é mais uniforme, pois 47,8% da produção está nas mãos de proprietários médios, que produzem entre 1.000 e 7.000 toneladas por ano.

Apesar da dependência econômica, a relação entre fornecedores de cana e usinas é de conflito, principalmente em Pernambuco. Os fornecedores se acham lesados na pesagem da cana e na medição da sacarose. Segundo eles, as usinas pagam mais aos grandes. "Temos uma relação melhor com os trabalhadores rurais do que com os usineiros", disse o presidente do Sindicato dos Cultivadores de Cana-de-Açúcar de Pernambuco, Gerson Carneiro Leão.

Para os fornecedores, só eles precisariam de subsídios, porque as usinas compensam o custo a mais da cana própria com os ganhos obtidos na industrialização e na exportação. Jeová Pereira dos Santos, 66, produz 1.500 toneladas de cana em Ribeirão (PE), que lhe dão um rendimento bruto de R$ 54 mil por ano.

Ele afirma que, depois de pagar mão-de-obra, frete, adubos e o crédito agrícola, fica sem dinheiro. "Aí, vou ao banco, pego outro crédito e vou comendo no inverno." (EL)

Biocombustíveis - oportunidade e riscos - Josef Barat – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 13/07/2007

A persistência de objetivos no longo prazo é virtude pouco cultivada no Brasil. Todavia o momento remete a três exceções. Primeira, a consolidação da cadeia produtiva da indústria aeronáutica a partir de um núcleo pioneiro de pesquisa que, em três décadas, culminou no poder competitivo da Embraer. Em parte com origem no mesmo núcleo houve o contínuo aperfeiçoamento do etanol e do biodiesel como combustíveis e que, também em três décadas, chegou à difusão dos motores multicombustíveis. Por fim, a estabilidade monetária, que afastou - espera-se, em definitivo - a ameaça da inflação. A desestabilização da economia por décadas degradou a capacidade de gerar inovações. Em 12 anos, a estabilidade permitiu ao País tornar-se competitivo em bens industriais, agrícolas e serviços de alta tecnologia.

Nos três exemplos, o mérito do governo Lula foi o de manter a continuidade dos objetivos e, no caso dos biocombustíveis, promover o seu resgate como política pública. Desde o abandono do Proálcool - criado no governo Geisel, em plena crise do petróleo -, o esforço de pesquisa e desenvolvimento se deu sem o apoio de políticas explícitas. De lá para cá muita coisa mudou. Com o apoio da Embrapa, cresceram significativamente os níveis de produtividade dos canaviais. A indústria automobilística percebeu a necessidade de dispor de alternativas e a Petrobrás superou a postura de empresa petrolífera, convencendo-se de que era uma produtora de insumos energéticos e combustíveis, independentemente da fonte primária.

Buscando superar limitações domésticas, os biocombustíveis acabaram por ser um trunfo do Brasil ante os problemas do aquecimento global e ameaças ao suprimento de petróleo. Adicionar etanol à gasolina e abastecer motores diesel com óleos de origem vegetal se tornaram objetivos da política energética dos Estados Unidos e União Européia. O Brasil entrou em cena como um importante "player" no mercado energético globalizado. A transformação do álcool (e, depois, do biodiesel) em "commodity" fará do País um exportador com forte poder de competição. Com elevadíssimos subsídios, o etanol de milho norte-americano representa 45% da produção mundial, mas responde por apenas 3,5% do combustível consumido no país. O etanol dos canaviais brasileiros é mais barato e mais limpo. A produção não depende de subsídios e responde por 42% da produção mundial, e 2/3 dos nossos automóveis podem funcionar com álcool.

No entanto, o vigor deste setor é alvo de enfrentamentos. Primeiro, o conflito entre as produções de biocombustíveis e de alimentos. O presidente Lula lembrou que "a experiência brasileira não compromete a segurança alimentar". O que é verdade, considerando os elevados níveis de produtividade da nossa agricultura moderna. Com um mínimo de planejamento e delimitações de áreas de expansão, pode-se impedir a redução da área para produzir alimentos. O segundo problema é mais complexo e impõe riscos. Durante a cúpula empresarial com o Brasil, os europeus indicaram a disposição de impor barreiras não tarifárias ao etanol brasileiro. As preocupações são com a certificação das empresas produtoras e a ocupação de áreas da Amazônia para produzir etanol.

Com relação ao desmatamento, os usineiros afirmam que "o risco dos canaviais invadirem a Amazônia é quase o mesmo de os produtores de vinho da região da Borgonha expandirem suas plantações de uva até a Sibéria". Mas sabemos que os riscos não se restringem à Amazônia. A tradição brasileira de ocupação desordenada do território e de predação

ambiental nos tira o conforto nas negociações internacionais. O mais seguro será o Brasil adiantar-se e adotar um processo de certificação, indispensável para dar às produções de etanol e biodiesel um selo de qualidade, e obter reconhecimento internacional. Biocombustíveis certificados são produzidos de forma sustentável e cumprem todos os requisitos de proteção ambiental e social. Ou seja, são garantia contra desmatamentos, poluição dos recursos hídricos e degradação da mão-de-obra em toda a cadeia produtiva. Os biocombustíveis podem representar uma grande oportunidade de testar a eficácia do modelo de responsabilidade social e ambiental de empresas.
*Josef Barat é economista, autor do livro Logística, transporte e desenvolvimento econômico: história, atualidade e perspectivas
Rogério L. Furquim Werneck, excepcionalmente, não escreve seu artigo hoje

"Biocombustíveis são maior ameaça à diversidade na Terra" – Cláudia Trevisan - Folha de São Paulo – Brasil – 02/07/2007
Pioneiro no movimento ambientalista prevê "disputa épica" entre os 800 milhões de donos de carros e os 2 bilhões mais pobres do planeta com a produção de álcool a partir de grãos
A AMBIÇÃO BRASILEIRA de criar um mercado mundial para o álcool em parceria com os EUA encontrou um opositor de peso em um dos pioneiros do movimento ambientalista: o americano Lester Brown, 72, com influência suficiente para ser ouvido no Congresso dos EUA, no Fórum Econômico Mundial ou na Academia de Ciências da China. Ele diz que o uso do milho por usinas de álcool desencadeou uma disputa de proporções épicas entre os 800 milhões de donos de carros e os 2 bilhões de pessoas mais pobres do planeta.
O aumento da demanda por milho para fabricação de álcool tem levado à inflação de alimentos em todo o mundo, diz Brown, com efeitos perversos para a população mais pobre.
A posição é semelhante à do ditador cubano Fidel Castro e do presidente venezuelano, Hugo Chávez, que vêem nos biocombustíveis uma ameaça à oferta de alimentos no mundo.
A tecnologia brasileira de fabricação de álcool a partir da cana-de-açúcar não escapa das críticas do ambientalista. "Se eu tivesse que identificar a mais importante ameaça à diversidade biológica da Terra, ela seria a demanda crescente por biocombustíveis", disse Brown em entrevista por telefone.
O ambientalista afirma que a Terra não terá como acomodar milhões de chineses com o mesmo padrão de consumo dos norte- americanos. Se crescer a 8% ao ano, afirma, a China terá em 2031 renda per capita igual à dos Estados Unidos hoje.
Caso os chineses do futuro consumam como os americanos de hoje, o país asiático terá 1,1 bilhão de carros em 2031, mais que os 800 milhões existentes hoje no mundo. Para alimentar sua frota e seu crescimento, precisará de 99 milhões de barris de petróleo/dia, mais que a produção mundial atual, de 85 milhões de barris/dia.
FOLHA - O sr. tem uma posição distinta da maioria dos ambientalistas em relação ao uso do álcool como combustível. Por quê?
LESTER BROWN - Muitos ambientalistas estão mudando de posição em relação a essa questão. O cenário de um ano atrás não é mais o mesmo hoje, pelo menos não nos Estados Unidos. Se utilizarmos quantidades crescentes de grãos para dar combustível aos carros, isso levará à alta no preço de alimentos e será uma ameaça à população mais pobre do planeta.

Os ambientalistas estão retirando apoio ao álcool e falando em carros híbridos [movidos a gasolina e eletricidade] que podem ser recarregados em uma tomada, vistos cada vez mais como a solução para os Estados Unidos. O Toyota Prius é o carro híbrido mais popular nos Estados Unidos.
Se for agregada a ele uma segunda bateria com tomada, será possível recarregá-la à noite em casa. Com isso, os percursos de curta distância seriam realizados totalmente com eletricidade. Se fizermos isso nos Estados Unidos, poderemos reduzir nosso consumo de petróleo em cerca de 80%.
Se, ao mesmo tempo, investirmos em centenas de usinas eólicas [movidas a vento], agregaríamos energia barata à nossa rede de transmissão, o que nos permitiria ter energia equivalente a um galão de gasolina por US$ 1. Está surgindo uma grande coalização entre companhias de eletricidade, corporações, ambientalistas e governos municipais e estaduais para encorajar a adoção desse caminho.
FOLHA - O sr. fala em um "confronto épico" entre os 800 milhões que têm carros e as 2 bilhões de pessoas mais pobres do mundo, que vêem os preços dos alimentos subirem. Os vencedores desse confronto, pelo menos até agora, parecem ser os 800 milhões de motorizados, considerando os pesados investimentos na produção de álcool.
BROWN - Por enquanto, os 800 milhões têm sido vitoriosos, porque houve enormes investimentos em usinas de álcool nos Estados Unidos. A capacidade de produção em construção é maior que a capacidade de todas as usinas criadas desde o início do programa [de fabricação de álcool], em 1978.
Até o fim do próximo ano, quase 30% da colheita de grãos irá para usinas de álcool, reduzindo a quantidade disponível para exportações. Como o mundo depende fortemente dos Estados Unidos, que é um dos maiores exportadores de milho e de trigo, isso vai criar problemas graves aos importadores de grãos, como Japão, Índia, Egito, Nigéria, México.
FOLHA - A recente inflação nos preços de alimentos no mundo pode ser atribuída ao álcool?
BROWN - Há outros fatores, como falta de água, mas a causa principal da inflação nos últimos seis meses tem sido o aumento no preço de grãos. Isso ocorre em todos os lugares do mundo: no preço do porco na China, da tortilha no México, da cerveja na Alemanha.
FOLHA - Com tantos investimentos no setor, é possível uma reversão no uso de álcool nos Estados Unidos?
BROWN - Ninguém sabe. O que começamos a ver é uma reação dos consumidores. Estamos em uma situação inusual, na qual subsidiamos a alta do preço de alimentos. Como contribuintes, estamos dando os subsídios que vão para a produção do álcool. Perdemos nas duas pontas, como contribuintes e como consumidores.
FOLHA - Além disso, a produção de álcool com milho é pouco eficiente.
BROWN - Sim, especialmente se comparado ao álcool produzido por cana-de-açúcar. Para cada 1 unidade de energia usada na produção de álcool a partir do milho, é obtida 1,3 unidade de energia, o que dá um ganho de 30%. No caso da cana-de-açúcar, para cada 1 unidade de energia utilizada, são obtidas 8 unidades de energia.
FOLHA - O álcool produzido a partir da cana-de-açúcar é uma opção viável aos combustíveis fósseis?
BROWN - Poderia ser nos países que podem plantar cana-de-açúcar. Nós não podemos plantar muito, porque estamos no hemisfério Norte. Mas, se países que já são grandes produtores, como o Brasil, tentarem satisfazer não apenas seu mercado interno mas também

exportar, haverá desmatamento, pela expansão da produção de cana-de-açúcar ou porque a expansão da cana toma espaço de outras culturas, como soja [que ocupariam outras áreas].
A preocupação que está emergindo na comunidade internacional de ambientalistas em relação aos biocombustíveis é o efeito que eles estão tendo no desmatamento na Amazônia brasileira e no sudeste asiático, onde Malásia e Indonésia são os principais produtores de óleo de palmeira, que é usado como biodiesel.
Se eu tivesse que identificar a mais importante ameaça à diversidade biológica da Terra, ela seria a demanda crescente por biocombustíveis -álcool no caso do Brasil ou biodiesel no caso do sudeste asiático.
Eu não diria que o Brasil deve interromper sua produção de álcool. A minha sugestão é que o Brasil comece a desenvolver outras fontes de energia, incluindo a solar e a eólica, em que tem grande potencial.
FOLHA - A China acaba de superar os Estados Unidos como o maior emissor de gases de efeito estufa. A Terra é grande o bastante para acomodar os milhões de emergentes consumidores chineses?
BROWN - Eu sempre escutei que os Estados Unidos, apesar de terem apenas 5% da população mundial, consumiam quase 40% dos recursos da Terra. Isso não é mais verdadeiro.
A China hoje consome mais da maioria dos recursos básicos do que os Estados Unidos, com exceção de petróleo. O consumo de carne da China hoje é o dobro do registrado nos Estados Unidos. O de aço é o triplo.
O que acontecerá se a China alcançar os Estados Unidos em consumo per capita? Se o crescimento chinês se reduzir para 8% ao ano, em 2031 a renda per capita da China será a mesma da dos Estados Unidos hoje [com valores ajustados pela Paridade do Poder de Compra].
Se os chineses tivessem o mesmo padrão de consumo dos americanos, em 2031 a população de 1,4 bilhão ou 1,5 bilhão da China consumiria o dobro da atual produção de papel de todo o mundo. Se houver três carros para cada grupo de quatro pessoas, como nos Estados Unidos hoje, a China teria 1,1 bilhão de carros. Em todo o mundo hoje há 800 milhões. O consumo de petróleo seria de 99 milhões de barris ao dia. A produção atual de petróleo é de 85 milhões de barris por dia.
O que a China está nos ensinando é que o modelo econômico ocidental, centrado em combustíveis fósseis, no uso de carros e no desperdício, não vai funcionar para o país. Se não funcionar para a China, não vai funcionar para a Índia, que em 2031 deverá ter uma população maior que a da China. Há 3 bilhões de pessoas nos países em desenvolvimento sonhando o sonho americano.
FOLHA - A questão é essa: todos sonham o sonho americano.
BROWN - Sim, e em uma economia cada vez mais integrada, na qual todos nós dependemos dos mesmos grãos, petróleo e aço, esse modelo também não vai funcionar para os países industrializados. O que temos que fazer é pensar em uma nova economia, com fontes renováveis de energia, que tenha um sistema de transporte diversificado e que reúse e recicle tudo.
FOLHA - Há disposição entre os líderes chineses para mudar o padrão de desenvolvimento do país?
BROWN - Eles publicam quase tudo o que eu escrevo. O primeiro-ministro Wen Jiabao começou a me citar em alguns de seus discursos. As coisas mais estimulantes que aconteceram em energia renovável nos últimos anos aconteceram na China. Até o fim deste

ano, 40 milhões de casas terão água aquecida por energia solar, captada por painéis colocados nos telhados das casas, e o número deve quadruplicar até 2020.
FOLHA - É possível para a China mudar o padrão de desenvolvimento e caminhar na direção de fontes renováveis de energia sem sacrificar o crescimento econômico?
BROWN - Se não reestruturarmos a economia mundial, o crescimento econômico será insustentável. Precisamos reestruturar a economia muito mais rapidamente do que a maioria das pessoas imagina.
Os números que mencionei sobre a China como nação consumidora se referem a 2031, quando eles estariam consumindo mais recursos do que o mundo possui.
Se não reestruturarmos a economia no mundo, o progresso econômico provavelmente não se sustentará.

Metas do açúcar, etanol e bioeletricidade - Marcos Sawaya Jank – Estado de São Paulo – Espaço Aberto – 04/07/2007

"A dificuldade reside não no desenvolvimento de novas idéias, mas sim em escapar das antigas"
John Maynard Keynes - Combustíveis e energia elétrica renováveis são os novos paradigmas do agronegócio mundial e têm gerado uma euforia sem precedentes. A União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) estima que serão construídas 86 plantas industriais até 2012, com investimentos da ordem de US$ 17 bilhões.
Entendo que há três pilares centrais de ação, igualmente prioritários, que se colocam para o Brasil firmar a sua liderança global neste setor: demanda, competitividade e sustentabilidade.
O primeiro desafio é o de gerar demanda para toda a oferta canavieira que vem por aí. É preciso lutar contra a ciclotimia que mantém o humor dos empresários, variando entre o desespero e a euforia em decorrência da volatilidade dos preços das commodities. Parte do problema decorre da desarmonia tributária e das enormes flutuações na taxa de câmbio real.
Uma área fundamental de ação no mercado interno é a bioeletricidade. O governo acaba de anunciar a retomada da construção da usina nuclear de Angra 3, que custará R$ 7,2 bilhões para gerar cerca de 1.350 Megawatts. A biomassa da cana já vai exportar cerca de 2 mil MW para a rede elétrica, podendo chegar a mais de 20 mil MW em 2020, o que representaria 20% das necessidades do País ou duas Itaipus. Trata-se de energia elétrica renovável, limpa, de baixo impacto ambiental, plenamente disponível no coração dos centros de consumo e complementar à sazonalidade hidrelétrica. Para tanto é fundamental definir preços que remunerem adequadamente essa nova modalidade de energia, além de melhorar o acesso e a conexão das centrais de co-geração ao sistema elétrico e simplificar o processo de outorga e licenciamento ambiental dos projetos.
Outro desafio é consolidar o mercado mundial de biocombustíveis, que ainda está engatinhando. O etanol tem todas as qualidades para se firmar como uma commodity energética global, produzida de forma ambientalmente correta e socialmente justa. É necessário lutar incessantemente contra o elevado protecionismo nos mercados de açúcar e de etanol. Nas próximas duas semanas teremos a última oportunidade para tentar fechar a Rodada Doha. Se isso não ocorrer, o sistema multilateral de comércio pode entrar em crise profunda durante vários anos. Ao mesmo tempo, as negociações com os EUA e a União

Européia (UE) se encontram estagnadas. A visita do presidente Lula a Lisboa e Bruxelas, nesta semana, é uma oportunidade ímpar para firmar uma parceria estratégica com a UE, com grande impacto sobre o comércio e os investimentos.
Na área da competitividade, o problema mais imediato é a necessidade de unificar a alíquota do ICMS em todo o território nacional, estabelecendo um tratamento para os combustíveis renováveis semelhante ao hoje conferido ao óleo diesel e ao gás natural veicular. A expansão da produção, nos próximos anos, exige esforços redobrados para melhorar a infra-estrutura do País por meio da construção de alcooldutos e da integração dos diferentes modais logísticos.
Na pesquisa agrícola, a meta é incentivar a biotecnologia, permitindo o desenvolvimento de variedades adaptadas às novas áreas de produção de cana, ao crescente uso do corte mecanizado e resistentes a pragas e doenças. Na pesquisa industrial, é preciso apoiar o desenvolvimento de etanol a partir de biorrefinarias e a hidrólise do bagaço e das palhadas da cana-de-açúcar.
Na área da sustentabilidade ambiental, as atenções se voltam para a antecipação da redução da queima de cana em São Paulo. O Protocolo Verde que a Unica assinou com o governo do Estado propõe o estabelecimento de um "selo de conformidade ambiental" para as empresas que eliminarem a queima da cana em áreas mecanizáveis até 2014 e em áreas não mecanizáveis até 2017.
Na área social, a agenda passa pelo cumprimento rigoroso da legislação trabalhista vigente, pela requalificação de trabalhadores por conta do crescimento do corte mecanizado e pela capacitação de fornecedores e profissionais de nível médio e superior.
O Brasil precisa adotar uma ação protagônica nas discussões com governos, empresários e ONGs sobre os problemas de aquecimento global, mudança climática, uso de créditos de carbono, economia de recursos naturais, biotecnologia e outras pautas globais, incluindo o debate sobre mecanismos apropriados de certificação socioambiental.
Comunicação é um item transversal que cruza os três pilares citados e merece ser trabalhado com enorme atenção, buscando combater mitos e exageros que cercam o setor sucroalcooleiro, como, por exemplo:
Convencer a sociedade de que é possível produzir alimentos, bebidas, fibras, combustíveis e energia elétrica a partir de matérias-primas agropecuárias, de forma sustentável. É preciso insistir nas vantagens comparativas de produtividade, custo e balanços energético e ambiental do etanol de cana, ante o milho, o trigo e a beterraba, que os países ricos insistem em patrocinar, baseados no falso paradigma da obtenção da auto-suficiência agroenergética.
Mostrar que, graças à incorporação tecnológica, o uso da terra no Brasil se tem caracterizado por uma crescente diversificação de culturas e integração das cadeias produtivas. Pressupostos sem base empírica, como um suposto renascimento da monocultura da cana-de-açúcar, seguindo o velho modelo das capitanias hereditárias, e o impossível cultivo dessa planta na Amazônia, precisam ser combatidos e desmistificados.
O Brasil vai certamente ocupar um papel de liderança no crescimento da agroenergia no século 21. As sábias palavras de Keynes nos incentivam a lutar pelas ações aqui propostas, com muita objetividade e coordenação. Marcos Sawaya Jank é presidente da União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Única) E-mail: msjank@unica.com.br
Fidel x Lula = Açúcar – Folha de São Paulo – Opinião – 05/07/2007
NA SEMANA passada, em Assunção, Paraguai, Evo Morales, da Bolívia, citou um editorial da revista "Economist", de Londres, e instruiu o presidente Lula quanto aos méritos da opinião de Fidel Castro sobre o etanol. A "Economist" afirmou que "Castro está

certo" ao alegar que os biocombustíveis produzidos com base em milho desviariam alimentos para abastecer "carros famintos". Fidel, na realidade, foi bastante além.
Classificou o acordo entre o Brasil e os EUA sobre o etanol como "internacionalização do genocídio". Assim, o que exatamente está acontecendo?
Dois fatos.
Primeiro, o etanol produzido do milho está mesmo sendo promovido pelos lobbies agrícolas da Europa e dos EUA, pesadamente subsidiados, protegidos por tarifas e politicamente poderosos. Mas o etanol de milho não é barato nem benéfico ambientalmente, e seu processo de produção não é eficiente em termos energéticos. E, a despeito de bilhões de dólares em subsídios, o etanol feito de milho nos Estados Unidos, que responderam por 44,5% da produção mundial de álcool combustível em 2006, continua a representar apenas 3,5% do combustível consumido no país. Segundo, o etanol feito à base de açúcar é mais barato e mais limpo.
Sua produção já não depende de pesados subsídios. Acumulando 30 anos de experiência, o Brasil hoje responde por 42,2% da produção mundial de etanol, toda ela com base na cana-de-açúcar, e três quartos dos automóveis do país podem funcionar com álcool. Além disso, como Lula lembrou corretamente a Morales na semana passada, "a experiência brasileira não compromete a segurança alimentar".
Assim, por que Fidel se preocupa com o perigo que o etanol feito de milho acarreta para o mundo? Cuba não produz açúcar? De fato o faz, mas o açúcar de Cuba não tem mercado. No entanto, a apenas 150 quilômetros de distância, do lado oposto do estreito da Flórida, o ex-governador estadual Jeb Bush é hoje co-presidente da comissão interamericana de etanol, em companhia de Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura do Brasil, e de Alberto Moreno.
Deve ser patentemente óbvio para Fidel que, se algum país estaria em posição ideal para prosperar com o etanol feito de açúcar, no século 21, seria a Cuba pós-Castro, com a restauração do acesso que desfrutava antes do comunismo ao imenso mercado norte-americano; uma Cuba sem ele, evidentemente, e que sem dúvida estaria explorando em benefício próprio o conhecimento e a tecnologia desenvolvidos no Brasil.

Biocombustível pode pressionar alimento, diz FAO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007

DA FOLHA ONLINE - A crescente demanda por biocombustíveis vem provocando mudanças nos mercados agrícolas mundiais e pode levar a aumentos de preços dos alimentos, segundo o relatório "Panorama Agrícola 2007-2016", elaborado pela OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico) e pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação).

Os atuais preços altos dos produtos agrícolas nos mercados se devem, em grande parte, a fatores temporários, como secas, diz o documento, mas a demanda da indústria do biocombustível e a redução de superávits de produção podem manter os preços acima dos níveis históricos de equilíbrio pelos próximos dez anos.

No Brasil, "com histórico de inflação alta, há o risco de que um forte crescimento das exportações faça com que os preços domésticos subam", diz o relatório. O aumento

pode afetar também a criação de animais, pois algumas das matérias-primas, como o milho, são usadas como ração.

Nordeste vê à distância explosão do álcool – Elvira Lobato - Folha de São Paulo – Dinheiro – 08/07/2007

Enquanto cultura avança no centro-sul, região produz menos do que nos anos 80 - Falta de terras propícias trava impulsão do setor no Nordeste; produtores cobram R$ 832,5 milhões de subsídio do governo federal

Trabalhador planta cana em terreno montanhoso no Nordeste; tipo de solo dificulta a mecanização e exige mais mão-de-obra

Berço da cana-de-açúcar no Brasil, o Nordeste assiste à distância à explosão de investimentos em novos projetos para a produção de álcool. "O Nordeste não é convidado na festa do álcool", diz o presidente do Sindicato da Indústria do Açúcar e do Álcool de Alagoas, Pedro Robério Nogueira, referindo-se à falta de perspectiva de crescimento do setor na região.

Enquanto no centro-sul surgem novas usinas (30, nos últimos dois anos), o Nordeste tem movimento inverso. Em Pernambuco, 18 fecharam as portas nos últimos 15 anos. Em Alagoas, foram 10 que fecharam ou foram transferidas para o Sudeste e o Centro-Oeste. A última usina aberta em Alagoas, a Agrisa, inaugurada em 2000, mal chegou a funcionar. Ocupada por movimentos de sem-terra, parou a produção.

A região dominou a produção de açúcar no país até meados dos anos 60, mas, a partir daí, foi perdendo cada vez mais espaço no mercado nacional, a ponto de responder por só 12% da cana produzida atualmente.

O retrocesso pode ser visto na comparação da safra de 89/90, quando o Nordeste produziu 60,47 milhões de toneladas de cana, com a de 2006/7, que foi de 55,34 milhões de toneladas, uma redução de 10%. Nesse mesmo período, a produção do centro-sul aumentou 127%, de 164 milhões para 372 milhões de toneladas.

Sem terra disponível

Um dos motivos para o Nordeste ficar fora da euforia do álcool é não ter mais terras disponíveis propícias para o cultivo. "Dezessete por cento do território de Alagoas está ocupado com cana-de-açúcar, e não vai passar disso", diz o governador do Estado, Teotônio Vilela Filho (PSDB), cuja família é proprietária da usina Seresta. Para ele, o crescimento só é possível com ganhos de produtividade.

Pernambuco quer instalar cinco usinas no sertão, mas depende de investimentos de R$ 2 bilhões do governo federal na construção de canais de irrigação. O governador Eduardo Campos viajou ao Japão, em junho, para apresentar o projeto à trading Itochu, que

busca fechar contratos de compra de álcool por 20 anos em parceria com a Petrobras. Por enquanto, são apenas estudos.

O Nordeste tem custo mais elevado de produção da cana, porque parte do plantio é em área montanhosa, o que dificulta a mecanização e exige mais mão-de-obra. "O Nordeste tem 12% da produção e 35% da mão-de-obra empregada. Lidamos com o homem, e o centro-sul lida com a máquina", diz o presidente do Sindicato da Indústria de Pernambuco, Renato Cunha.

Subsídios

Os usineiros nordestinos passaram a produzir açúcar e álcool no Triângulo Mineiro, em São Paulo, em Goiás e em Mato Grosso. O grupo João Lyra (do empresário e ex-senador João Lyra) já tem 60% de sua produção fora do Estado. "Ao Nordeste restará um papel residual no mercado", afirma Nogueira.

Os mesmos usineiros que são competitivos no centro-sul pedem a volta do subsídio para produzir no Nordeste. O porta-voz principal desse pleito é o senador João Tenório (PSDB-AL), ex-presidente da cooperativa dos usineiros de Alagoas. Segundo ele, o Nordeste merece uma política pública semelhante à recebida pela Zona Franca de Manaus e pelo pólo automobilístico.

O setor cobra R$ 832,48 milhões de subsídio do governo federal para compensar a diferença de custo com o centro-sul acumulada nas safras de 2002 a 2006. Quase metade do subsídio (R$ 408,9 milhões) é reivindicada por Alagoas, ficando Pernambuco em segundo, com R$ 235 milhões. O restante seria distribuído entre os produtores da Bahia, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, de Sergipe, do Ceará e do Maranhão.

"A equalização de custos é demanda permanente. Quando houver um movimento [reivindicando ajuda federal], estarei presente", diz Vilela Filho.

Usineiros e fornecedores de cana-de-açúcar têm alto endividamento com o setor público. A última relação dos devedores do INSS, divulgada em março, aponta débito previdenciário de R$ 1,01 bilhão das usinas de Alagoas e de Pernambuco. O cálculo inclui as ativas e as que faliram. Não existe dado oficial disponível sobre o débito atualizado do setor.

Desempregados rurais saqueiam caminhões em AL – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – 08/07/2007

Na entressafra, 100 mil ficam sem emprego na zona da mata canavieira; governo de Pernambuco cria ajuda emergencial

"Seis meses só na base da macaxeira e do fubá não dá", diz trabalhador; alguns jogam terra em buracos da estrada para obter trocados

A entressafra da cana-de-açúcar no Nordeste, que vai de março a setembro, significa desemprego e ameaça de fome para 100 mil trabalhadores rurais de Pernambuco e de Alagoas.
Sem alternativa de emprego na região da monocultura canavieira, eles saqueiam caminhões que transportam comida na BR-101.
No dia 28 de junho, a reportagem da Folha presenciou uma tentativa de saque em Alagoas. Por volta do meio-dia, um grupo obstruiu a pista com galhos de árvores e pneus em chamas. A fumaça tirou a visão dos motoristas, forçando-os a reduzir a velocidade. Cerca de 20 homens, com os rostos cobertos e pedras nas mãos, barraram o carro da reportagem para obrigar os caminhões que vinham atrás a parar.
A Polícia Rodoviária Federou chegou, de armas em punho, e o grupo correu para dentro dos canaviais. O fato aconteceu no município de Messias, a poucos metros da antiga usina Bititinga, hoje desativada.
Os saques na BR-101 se tornaram rotineiros. As usinas atribuem os atentados a integrantes de movimentos de sem-terra, mas entre os acampados há trabalhadores rurais do corte da cana. Em frente à usina Bititinga, há um acampamento do Movimento Terra Trabalho e Liberdade e vilas de casas de ex-empregados que continuam morando no local.
"O povo passa muita necessidade por aqui na entressafra. Seis meses só na base da macaxeira [mandioca] e do fubá não dá para agüentar. Se a usina estivesse funcionando, haveria emprego", afirma Edson Barbosa Farias, 32, pai de quatro filhos, que acompanhou à distância a tentativa de saque. Segundo ele, era a segunda tentativa de saque no dia. Na semana anterior, uma carga de margarina foi roubada no local.
Para receber uns trocados dos caminheiros, trabalhadores desempregados jogam terra em buracos da BR-101.
Chapéu de Palha
O governo de Pernambuco relançou, no mês passado, o programa Chapéu de Palha para assegurar R$ 190 por mês a 20 mil famílias de trabalhadores rurais em 52 municípios. O quadro só não é mais dramático porque, a cada dois anos, os demitidos podem se habilitar ao seguro-desemprego. No ano em que recebem o benefício, os trabalhadores permanecem na região. No outro ano, viajam para cortar cana em outros Estados. O alagoano José Cláudio dos Santos, 42, cinco filhos, vive nessa gangorra. Nessa época, no ano passado, estava em Campos dos Goytacazes (RJ), trabalhando com contrato temporário. Neste ano, como está recebendo o seguro-desemprego, trabalha "clandestino", sem carteira assinada, nos canaviais de Alagoas.
Pobreza
O governador de Alagoas, Teotônio Vilela Filho, diz que o Estado tem a terceira maior taxa de mortalidade infantil e metade da população vive abaixo da linha de pobreza. "Certamente a cultura da cana contribuiu para essa situação, mas sem ela a situação seria muito pior. Onde a usina fecha, sabe o que entra? O capim para a produção de gado, que emprega apenas um vigésimo", afirma Vilela Filho.(ELVIRA LOBATO)

Sem trabalho durante a entressafra da cana, famílias não têm o que comer – Elvira Lobato – Folha de São Paulo – Dinheiro – 09/07/2007

DA ENVIADA ESPECIAL A PERNAMBUCO E ALAGOAS - A vida da alagoana Quitéria Maria da Silva, 56, resume os problemas do trabalhador rural da zona canavieira. Analfabeta, mãe de 16 filhos -dos quais apenas 7 escaparam da mortalidade infantil-, começou a trabalhar na adolescência, envelheceu cedo, ficou doente por carregar excesso de peso e acabou descartada como mão-de-obra, com o marido.
Com a demissão, a família, que sempre havia morado em terras de usinas, mudou-se para uma casa de taipa em São Luiz do Quitunde, a 50 km de Maceió. Dois dos filhos dela estão cortando cana em Mato Grosso, com contrato de trabalho temporário, enquanto não começa a safra em Alagoas.

Ela mora com o marido, dois filhos e quatro netos. No dia em que falou à Folha, tinha arroz e feijão para cozinhar, no fogão à lenha. "Às vezes não tem nada para comer, e minha filha casada divide uma fubinha (caldo com fubá) comigo. Tem dias que a gente passa fome."

O prefeito de Quitunde, Cícero Cavalcante (PMDB), calcula que 40% dos trabalhadores de usinas tenham migrado para as cidades.

"O desemprego aqui é de 80% na entressafra, e a renda familiar cai para R$ 60 a R$ 80 por mês. Sem trabalho, eles não têm o que comer." Quitunde tem 31 mil moradores e, em junho, a prefeitura doou 5.000 cestas básicas para atenuar a fome dos desempregados.

Sítios

Bruno Ribeiro, advogado da Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco e da Comissão Pastoral da Terra, diz que 200 mil postos de trabalho foram extintos no Estado desde o início dos anos 90, principalmente em razão do fechamento de empresas. Cerca de 120 mil pessoas moravam em sítios nas terras de usinas e de fornecedores de cana, onde plantavam mandioca, milho e frutas para sobrevivência.

A convenção de trabalho dos trabalhadores na cana de Pernambuco prevê o direito de o morador plantar para consumo próprio, o que ficou conhecido como "lei do sítio". Há que registrar um avanço nas relações trabalhistas na zona canavieira do Nordeste: o desaparecimento do trabalho infantil é confirmado pelos sindicatos dos trabalhadores rurais e pelas entidades representantes do patronato. **(EL)**

Efeito etanol torna ovos mais caros - Fabiana Ribeiro - O Globo – Economia – 07/07/2007

A dúzia de ovos ficou em julho até 20% mais cara para o consumidor. É o efeito etanol — que aumentou as exportações de milho (matéria-prima do combustível) e elevou o preço do produto no atacado. O mesmo milho, aliás, é usado para rações para a granja dos produtores.
E o frio ainda reduziu a produção de ovos, ao mesmo tempo em que a demanda aumentou, tornando o produto menos farto no país.

Nos últimos 30 dias, os ovos ficaram cerca de 30% mais caros no atacado, segundo José de Sousa, presidente da Bolsa de Gêneros Alimentícios do Rio. A alta já chegou ao varejo.
Segundo levantamento do Instituto Fecomércio-RJ, o preço médio da caixa de ovos subiu de R$ 2,23 (23 de maio) para R$ 2,45 (30 de junho) — numa alta de 9,8% em menos de 30 dias.
No Princesa, por exemplo, nos últimos 30 dias, os ovos sofreram aumento de cerca de 20%. Ao longo da semana, a venda média por loja foi de R$ 2,39 a dúzia, contra R$ 1,99, em média, há 30 dias. No Prezunic, a dúzia de ovos custa, em julho, R$ 2,53 (17,6% acima do preço de janeiro).
— Essa alta já é um reflexo do etanol, que demandou mais milho no mercado internacional. E isso pode atingir o frango, que também sofre influências da carne — explicou Salomão Quadros, da FGV.
Segundo Cesar de Souza, presidente da Associação Brasileira das Indústrias do Milho (Abimilho), o etanol fez o preço do grão subir 80% no mercado interno. E, no mercado internacional, a tonelada, que chegou a ser vendida abaixo do US$ 100, é negociada na faixa dos US$ 150.
— Todos os produtos com o milho em sua composição terão uma perspectiva de alta nos próximos meses — disse Cesar de Souza.
A confeiteira Beth Gomes já sentiu o peso do reajuste. Ela prevê aumentos de preço em agosto em sua tabela: — Só ia reajustar no fim do ano. Mas, com alta de ovo e leite, terei que adiantar. (FR)

Em se plantando – Miriam Leitão – O Globo – Economia – 07/07/2007
O presidente Lula garantiu aos europeus que, na Amazônia, não dá para plantar cana. Um estudo da Esalq diz o oposto: que as áreas aptas ao cultivo da cana no Pará podem ser quase o dobro da área cultivada de São Paulo, e o estado tem potencial para ser um dos maiores produtores de etanol. Só na terra já desmatada, a área própria ao cultivo pode chegar a 9 milhões de hectares.
A notícia é de animar os produtores e apavorar os ambientalistas. Só de áreas aptas ao cultivo, depois de analisados solo, temperatura e regime de chuvas, pode ser uma vez e meia todo o espaço ocupado pela cana hoje no Brasil. O estudo foi encomendado, no ano passado, à Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq) pelo então governador do Pará, Simão Jatene.
Na época, ele queria saber exatamente qual o tipo de pressão que poderia se abater sobre o Pará com a chegada da era dos biocombustíveis. A Esalq, por sua vez, ficou restrita às terras já desmatadas e encontrou todo esse potencial.
O estudo "Produção de etanol: uma opção competitiva para o aproveitamento das áreas alteradas no Leste do Pará", feito pela equipe coordenada pelo professor Weber Antônio Neves do Amaral, chega a conclusões animadoras e assustadoras. Animadoras, porque eles argumentam que o uso do solo já desmatado pode ser uma boa opção de geração de renda para o cidadão e de riqueza para o estado e, ao mesmo tempo, pode conter o desmatamento. Assustadoras porque a dinâmica da ocupação da terra no Brasil indica que isso levará a mais desmatamento.
A cana-de-açúcar vai para a área já desmatada e hoje ocupada pelo rebanho, e os pecuaristas entram mais floresta adentro.

A indústria da grilagem vai na frente, tomando a propriedade pública, desmatando e queimando a floresta.

"O Pará possui uma vasta região de alta aptidão para produzir cana-de-açúcar: 9 milhões de hectares (o Brasil planta hoje 6,6 milhões de hectares). A produção de etanol no Pará tem boas condições em produtividade, custos de mão-de-obra, de terras e de logística para tornar-se uma das mais competitivas plataformas de exportação do Brasil", diz o estudo.

Segundo a pesquisa, as dimensões do negócio podem transformar o estado social e economicamente "contribuindo com R$ 84 bilhões de investimentos, R$ 36 bilhões de PIB e 2 milhões de empregos". O estudo conclui: "Esses recursos ajudarão a melhorar o padrão de vida do paraense e reduzir as pressões ambientais em áreas com cobertura florestal nativa, já que este trabalho somente levou em consideração as áreas aptas para cana-de-açúcar já desmatadas . " O levantamento foi feito na região hoje ocupada pela "atividade agropastoril, predominantemente pecuária extensiva". As análises de solo, clima, regime de chuvas e declividade do terreno são fundamentais porque a cana-de-açúcar sofre a influência das condições climáticas em todo o curso do ano. Ela precisa, primeiro, de muita chuva para crescer; em seguida, de um período de seca para produzir a sacarose.

As temperaturas extremas não podem ser muito distantes. O solo tem que ter as condições adequadas de retenção de água, e a declividade certa.

Tudo considerado e, descontadas todas as áreas de proteção ambiental das mais diversas modalidades, terras indígenas, e terra hoje com cobertura florestal, é que se chega ao total das terras aptas à produção de etanol.

"De modo geral, a região leste do estado apresentou predominantemente áreas de média a alta aptidão", diz o estudo. As de maior aptidão estão na região sudoeste, "onde é encontrada terra roxa estruturada, que apresenta boas condições para o desenvolvimento de cana-de-açúcar na maioria dos parâmetros avaliados".

Cerca de 16,46 milhões de hectares foram considerados como "áreas alteradas com potencial de cultivo de cana-de-açúcar", mas, de alta aptidão, foram 9,01 milhões de hectares; 54%. Destes, 374 mil hectares são de alta aptidão climática, sem necessidade de irrigação. Isso é equivalente à área hoje ocupada em Pernambuco com a cultura. Se for considerada a hipótese de irrigação apenas para aumentar a produtividade, o total com alta aptidão sobe para 4,03 milhões, superior à área hoje ocupada com a cana em São Paulo, que é de 2,7 milhões, e é o maior produtor brasileiro.

Em outros 4,98 milhões de hectares, as condições de solo, clima e relevo são boas, mas o período de déficit hídrico faz com que seja necessária irrigação.

"Deve-se ressaltar que a Usina Pagrisa (em Ulianópolis) encontra-se nesta faixa de déficit hídrico acentuado e em áreas com condições edáficas (solo e clima) e de relevo favoráveis, mostrando que mesmo nas regiões mais secas o cultivo da cana-deaçúcar no Pará mostra-se viável", diz a pesquisa.

A propósito: foi exatamente nesta usina Pagrisa que, na última semana, a fiscalização do Ministério do Trabalho flagrou a existência de mais de mil trabalhadores escravos, mostrando bem esses dois lados do Brasil. Segundo a Esalq, dos 49,15 milhões de hectares avaliados, 29,6 milhões estão com cobertura florestal, mas 50% desta cobertura estão localizados nas chamadas "áreas de consolidação e expansão produtiva". Ou seja, mais de 20 milhões de hectares já estão desmatados, e o que está com floresta está sofrendo a pressão da fronteira agrícola. O texto da Esalq diz que desmatar mais seria "injustificável".

Mas, no Brasil, o injustificável acontece.

Brasil lançará certificado para etanol – Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 05/07/2007

O Brasil criará seu próprio certificado de biocombustível para demonstrar que o etanol brasileiro é produzido de forma sustentável do ponto de vista ambiental, social e técnica e não desmata a floresta. O anúncio será feito hoje pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva na primeira Conferência Internacional sobre Biocombustível, em Bruxelas, no rastro do lançamento da parceria estratégica União Européia-Brasil, no qual a cooperação sobre mudança climática, com destaque para o etanol como alternativa energética, foi um dos pontos altos.

Com o anúncio, hoje, o Brasil procura já partir antes de outros países na elaboração de certificado para estar em melhor posição para negociar o futuro padrão global sobre a produção, utilização e comércio de biocombustíveis. De outro lado, procura reagir a suspeitas de desmatar a floresta amazônica também para a produção de biocombustíveis.

O comissário europeu de Comércio, Peter Mandelson, vai justamente insistir hoje na conferência de Bruxelas que a UE vai priorizar o "biocombustível mais verde possível", produzido na UE ou importado. "A política para biocombustível não é política industrial ou política agrícola, é uma questão ambiental", dirá.

Mandelson lembrará que há duas semana a China superou os Estados Unidos como o maior emissor mundial de gases de efeito-estufa, anos antes do previsto. Notará que, pelo menos no estágio tecnológico atual, o biocombustível é a melhor alternativa ao combustível fóssil para transporte, mas que não se trata de uma panacéia e reconhece "preocupações legítimas" com o impacto ambiental no uso da terra e da água.

Em Lisboa, o presidente Lula disse que, se a UE cumprir a meta de utilização de 10% de biocombustível no mix energético, a evolução será gigantesca. Para a UE, isso não será possível sem importação. Daí porque não favorecerá produção européia com fraco desempenho no combate de emissões se pode importar o produto mais barato, mais limpo.

O presidente da Businesseurope, a CNI da Europa, Ernest Antoine Selliere, disse que "certamente" sua entidade vai lutar pela derrubada de tarifas que pesam na entrada do etanol brasileiro. O primeiro-ministro português, José Sócrates, na presidência rotatitva da UE, insistiu na importância da cooperação bilateral nessa área, como um dos pontos prioritários na parceria estratégica. Exemplo usado da cooperação Brasil-UE foi a assinatura de acordo entre a Petrobras e a empresa portuguesa Galp Energia para a produção de 600 mil toneladas por ano de óleos vegetais no Brasil e comercialização nos mercados europeus.

O Brasil vincula o processo de certificação à criação de padrão internacional para o etanol, para tornar o produto uma commodity internacional, a exemplo do petróleo. A discussão desse padrão estará no centro da agenda do fórum internacional reunindo Brasil, Estados Unidos, União Européia, China, Índia e África do Sul, nesta sexta-feira à tarde em Bruxelas.

Para o Brasil, a discussão hoje e amanhã na capital européia é muito importante, porque a UE está muito dividida sobre etanol. A área de meio ambiente tem fortes reticências ao combustível, enquanto a área de comércio é mais liberal. A conferência poderá ser um termômetro sobre o tipo de cooperação nessa área entre o Brasil e a UE.

Os debates abordarão cinco questões fundamentais: as políticas de apoio aos biocombustíveis, o desenvolvimento do comércio internacional de biocombustíveis, os riscos ambientais e os benefícios da sua produção e utilização, os biocombustíveis e os países em desenvolvimento e atividades de investigação em matéria de biocombustíveis.

Na UE, o setor dos transportes produz quase um terço das emissões de CO2 e depende quase exclusivamente do petróleo, que é sobretudo importado e tenderá a tornar-se mais dispendioso à medida que as reservas se esgotam. A nova política energética da UE, de março deste ano, procura estimular a produção e utilização dos biocombustíveis em substituição da gasolina e do diesel, com fixação de uma cota de mercado dos biocombustíveis de pelo menos 10% até 2020.
Além disso, a Comissão Européia quer que a UE inclua uma cota-parte de 20% de energias renováveis até 2020. A UE produziu 3,9 milhões de toneladas de biocombustíveis em 2005, um aumento de 60% em relação ao ano anterior. A produção comunitária de bioetanol (a partir dos cereais) representa 730 mil toneladas desse total e o biodiesel (proveniente da colza), 3,2 milhões de toneladas. Essa quantidade é equivalente a 1% do consumo comunitário de gasolina e de diesel. Globalmente, a produção de bioetanol como combustível alcançou 26,9 milhões de toneladas em 2005, representando 2% do consumo de gasolina.
O Brasil é o maior produtor mundial de bioetanol, com produção de quase 13 milhões de toneladas em 2005, seguido pelos EUA, com 11,8 milhões de toneladas, segundo os dados de Bruxelas. (AM)

Etanol acelera e diversifica economia de Araçatuba - Sergio Lamucci – Valor Econômico – Especial - 05/07/2007
A criação de empregos na região de Araçatuba avança neste ano a um ritmo mais de quatro vezes superior ao do Estado de São Paulo. Essa expansão acelerada reflete o dinamismo de uma região que ganhou impulso pelo crescimento do setor sucroalcooleiro, mas que hoje vai muito além, apesar da febre do etanol. Empresas que vendem máquinas ou prestam serviços às usinas avançam a passos rápidos, e algumas só não elevam a produção imediatamente por falta de mão-de-obra qualificada.
O crescimento acelerado que tomou conta da região se irradia para o setor de serviços, beneficiado pela expansão da classe média. Três companhias aéreas têm vôos regulares para o município - no começo do ano, era uma só. O número de leitos na rede hoteleira duplicou desde o fim de 2004, e hoje beira 2 mil. Como resultado, o emprego formal na região cresceu 22,6% de janeiro a maio, bem acima dos 4,7% da média do Estado.
A Zanardo Válvulas e Automação Industrial é uma das empresas que têm se beneficiado do boom do açúcar e álcool. No fim dos anos 90, no ápice da crise do setor, a empresa tinha oito funcionários. Hoje, são 80, que devem aumentar para 120 até 2008. O presidente da companhia, João Cláudio Zanardo, diz que, de seus 200 clientes cadastrados, 160 são usinas. "Se houvesse mão-de-obra qualificada à disposição, eu poderia contratar 20 pessoas imediatamente."
Na Saltec, empresa que começou a operar em novembro de 2005 com três funcionários e hoje tem 32, o plano é dobrar o número de empregados até dezembro. Especializada em motores elétricos, a empresa tem 62 clientes, atendendo usinas e empresas de outros setores, como alimentos. Satisfeitos com o ritmo de expansão dos negócios, os sócios Gilberto Pighinelli e Jorge Salibe Neto fazem coro à reclamação de falta de operários qualificados.



Nesse cenário, quem tem qualificação melhor se sai bem, como ocorreu com Ronaldo Gon Bordin. Desde o ano passado, Bordin é inspetor de qualidade na Zanardo, onde ganha R$ 1,3 mil por mês. Em 2002, havia trabalhado na mesma empresa na área de usinagem, recebendo metade desse valor.

Com a demanda por trabalhadores qualificados na região, Bordin arrumou outro emprego: à noite, ele dá aulas no Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), o que eleva a sua renda para cerca de R$ 2 mil. "O momento é favorável para quem tem maior qualificação por causa do crescimento do setor de açúcar e álcool", diz ele, repetindo o que se tornou um mantra na cidade.

Conhecida como a capital do boi gordo, a cana-de-açúcar começou a ganhar terreno em Araçatuba nos últimos anos. A pecuária extensiva perde espaço pela baixa rentabilidade. O presidente do grupo Unialco, Luiz Guilherme Zancaner, diz que, mesmo num momento de preços baixos para o setor sucroalcooleiro como o atual, o plantio de cana é duas a três vezes mais rentável do que a pecuária. Para ele, o boom do açúcar e do álcool mudou a cara da cidade, o que é visível no aumento do número de hotéis, restaurantes e empreendimentos imobiliários.

Na unidade de Guararapes (cidade próxima a Araçatuba), o Unialco deve moer 2,6 milhões toneladas de cana, alta de 22% em relação a 2006. O grupo tem mais uma usina, a Alcovale, em Aparecida do Taboado, Mato Grosso do Sul, e constrói outras duas: em Suzanápolis (SP), investimento de R$ 200 milhões, e Dourados (MS), de R$ 240 milhões.

O avanço do setor no Oeste paulista é impressionante. Em 2005, 62 usinas moeram cana na região, número que pulou para 72 em 2006 e vai atingir 82 em 2007. "Até 2010, a região deve ter 100 unidades", diz o presidente-executivo da União dos Produtores de Bionergia (Udop), Antônio César Salibe.

Ele explica que Araçatuba se beneficia desse movimento por ser o centro físico de uma região com um raio de 400 quilômetros, que abrange, além de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná e Goiás. A localização torna a cidade atraente para empresas que pretendem atuar na cadeia do açúcar e do álcool. "O setor sucroalcooleiro é um baile muito grande, em que todo mundo pode dançar. Você pode entrar como usineiro, fornecedor de cana, prestador de serviços, representação ou como a microempresa que produz o parafuso da roda do trator."

Os negócios também vão bem para a ZBN Indústria Mecânica. De 2003 para cá, o número de funcionários passou de 30 para 80, de acordo com Celso Nicolete, um dos sócios da ZBN. A empresa trabalha na fabricação e recuperação de peças para as usinas, tendo se especializado em máquinas voltadas para a recepção, preparo e moagem da cana. A ZBN planeja a expansão dos negócios, pretendendo chegar a 150 funcionários em dois anos, incluindo os 30 que deverão trabalhar numa fundição. "Com ela, poderemos ampliar o leque de empresas que poderemos atender", diz Nicolete. O esforço é diversificar a atuação para outros setores, além de açúcar e álcool.

O secretário de Desenvolvimento Econômico de Araçatuba, Wilson Marinho da Cruz, diz que o bom momento econômico da cidade e da região não se baseia apenas no crescimento do setor sucroalcooleiro. Em breve, lembra, será inaugurada uma fábrica da Nestlé, a segunda na cidade, que vai produzir produtos infantis. A empresa informa que gastou R$ 120 milhões na unidade, que deverá exportar 50% da produção. A expectativa de Cruz é que a fábrica gere mais 500 novos empregos - na primeira são cerca de 300. Segundo a Nestlé, Araçatuba foi escolhida por três fatores: localização geográfica, sinergia de operação com a outra fábrica e malha viária da região.

Cruz cita outras empresas que vão atuar em Araçatuba, como a Alcalina Produtos Químicos e o Araçafrigo, um frigorífico que será inaugurado em agosto. Além disso, ele diz que a ida da Dedini Indústria de Base está "praticamente definida". A empresa informa que "estuda a possibilidade de implantar uma unidade em Araçatuba, mas ainda não há prazo nem investimentos definidos".

O crescimento da região chamou a atenção das companhias aéreas. Até o começo do ano, apenas a Pantanal atuava na cidade, voando entre Araçatuba e São Paulo, fazendo escala em Bauru. Em fevereiro, foi a vez da Air Minas passar a atender a cidade, com uma rota que liga os municípios de Belo Horizonte, Divinópolis, Varginha, São Paulo, Bauru, Araçatuba, Rondonópolis e Cuiabá. Em março, a Ocean Air entrou no negócio, fazendo a mesma rota da Pantanal. O diretor comercial da Ocean Air, Plínio Fernandes, diz que a empresa notou uma "oportunidade excelente", não só devido ao setor sucroalcooleiro, mas também pelas indústrias da região. "Esse é um mercado que tem um bom potencial para se desenvolver." A ocupação média dos vôos está em 60%.

A expansão acelerada começa a esbarrar em problemas estruturais. Na época de grandes eventos, como a Feicana/Feibio (Feira de Negócios do Setor de Energia), a rede hoteleira da cidade lota, e alguns visitantes são obrigados a se hospedar em cidades a até 100 quilômetros de Araçatuba.

O vice-presidente do Sindicato de Hotéis, Bares, Restaurantes e Similares de Araçatuba e Região, Liu Shiang Shien, estima que o número de leitos em hotéis pulou de cerca de mil,

em 2004, para os atuais 1.979. "Há dois anos, imaginei que o aumento do número de vagas provocaria uma briga de foice entre os hotéis, mas estava enganado", afirma. Neste ano, deve ser inaugurado mais um hotel de grande porte, da rede Íbis.

Depois dos EUA, jovens abrem negócio na região – Valor Econômico – Especial - 05/07/2007

O bom momento da região transformou Araçatuba em uma opção atraente para jovens empresários da cidade que estudaram em São Paulo ou em outros Estados e em alguns casos moraram fora do país. Muitos voltaram para abrir um negócio na cidade.

Sócio da Saltec Soluções Industriais, Jorge Salibe Neto morou nos EUA e se formou em engenharia elétrica na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Ele não tinha expectativa de voltar para Araçatuba, mas as perspectivas mudaram significativamente com o boom sucroalcooleiro. "Eu tinha certeza de que não haveria campo de trabalho em Araçatuba", diz ele. Ele mudou de idéia, e abriu a Saltec em novembro de 2005.

O empresário Ivan Fernandes e seu pai, Benedito Fernandes, optaram pelo ramo de restaurantes. Ivan estudou administração de empresas em São Paulo, e trabalhou como consultor. Em outubro de 2004, abriu a Donna Oliva, pizzaria com 280 lugares inspirada nas casas mais modernas de São Paulo. O faturamento tem crescido 15% ao ano e hoje a pizzaria emprega 32 funcionários.

Ivan estima que 40% de sua clientela é de fora de Araçatuba. "No sábado, eu não consigo atender a demanda", afirma ele, contando que a espera por um lugar pode durar duas horas. Além da expansão do setor sucroalcooleiro, Ivan vê o fortalecimento da classe média como responsável pelo desempenho de sua pizzaria. Eles já têm uma filial em Presidente Prudente e vão abrir um restaurante italiano em Araçatuba.

Um sinal de consolidação da classe média é o aumento dos preços no mercado imobiliário. Em alguns casos, os aluguéis subiram de 20% a 30% em dois anos, diz o subdelegado do Conselho Regional dos Corretores de Imóveis (Creci) da região de Araçatuba, Izaias Bittencourt Dias Sobrinho.

Com o cenário econômico positivo, também aumenta o número de clientes de maior renda na cidade, diz o diretor-executivo do Bradesco, Odair Rebelato. No segmento Prime (rendimento mínimo de R$ 4 mil mensais), o Bradesco viu sua carteira de clientes em Araçatuba aumentar de 1,8 mil no fim de 2005 para 2,4 mil em abril deste ano. O total de ativos administrados (como depósitos à vista, a prazo e fundos de investimento) pelo banco na cidade subiu 29% em 2006 e mais 10,2% nos primeiros quatro meses do ano.

A oferta de vagas nas universidades em Araçatuba tem crescido muito. A Unisalesiano tinha 450 alunos em 2002 e hoje está com 3,3 mil. Até 1997, oferecia apenas dois cursos - hoje são 11. Segundo o vice-diretor geral da Unisalesiano, André Ornellas, os novos cursos são pensados em função da realidade da região. Os alunos de engenharia (mecatrônica, de telecomunicações e de computação) não têm nenhuma dificuldade em encontrar emprego, diz ele.

Os números da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) ainda não captam uma alta expressiva da renda em Araçatuba. De 2003 a 2005, o rendimento médio real na cidade cresceu 2,96%, um pouco abaixo dos 3,34% registrados pela média do Estado, segundo cálculos da LCA Consultores.

Setor sucroalcooleiro cria empregos para baixa e alta qualificação – Valor Econômico – Especial - 05/07/2007

A dura rotina do corte de cana não assusta Cristiane Alves. Com 28 anos, ela enfrenta os canaviais há 11, ao lado de sua mãe e de sua irmã. Para Cristiane, o trabalho é pesado, mas o salário é bastante razoável. Ela recebe de R$ 780 a R$ 800 por mês, cortando uma média de 9 a 10 toneladas por dia. Seu dia começa cedo, às 4h30.

Na plantação, o trabalho vai das 6h30 ou 7 horas até pouco depois das 16 horas. Ela chega em casa por volta das 17h30 e às 20h30 já está dormindo. "Não consigo nem ver a novela", brinca Cristiane, mãe de três filhos, de 12, 10 e 4 anos. Sorridente, conta que gosta do trabalho, afirmando que é necessário ter mais jeito do que força para cortar a cana - além de muita resistência. Cristiane diz que estudou pouco - não fala quanto -, "porque não teve oportunidade".

Cristiane é uma das 1,1 mil pessoas empregadas pelo grupo Unialco no corte da cana para atender a unidade de Guararapes. O setor cria muitas vagas como essa - um trabalho duro para pessoas com baixa qualificação. Nos próximos anos, esse número deve diminuir devido ao avanço da mecanização, que vai se acelerar devido à intenção do governo de São Paulo de apressar o fim das queimadas de cana-de-açúcar no Estado. Cristiane, aliás, diz que teme a mecanização da colheita: "É o que eu sei fazer e não há outro trabalho como esse por aqui", afirma ela, que mora em Rubiácea, na região de Araçatuba.

Edson Costa, 25 anos, dois filhos, por sua vez, veio de Capelinha, em Minas Gerais. É um dos muitos mineiros do Vale do Jequitinhonha que trabalham nos canaviais do Oeste Paulista. Cortador eficiente, Costa ganha R$ 1,3 mil por mês. Ele diz que o salário é razoável, mas acha que merecia ganhar mais, porque o trabalho é muito duro. Ele planeja trabalhar apenas mais um ano e depois voltar para São Paulo, onde já trabalhou na construção civil. Seu objetivo, porém, é outro: quer ser cabeleireiro. Já fez o curso de corte masculino e planeja fazer o feminino.

Se gera empregos de baixa qualificação, o setor também cria alguns bastante qualificados - e com boa remuneração. Claudio Luis Nunes é atualmente superintendente-comercial do grupo Unialco. Conhece o setor desde 1979. Naquele ano, entrou no grupo Aralco como office-boy. Ao longo dos anos, foi se qualificando. Primeiro, fez um curso de técnico em açúcar e álcool, o que lhe permitiu trabalhar na parte industrial da usina. Depois, fez faculdade de administração de empresas, pós-graduação em marketing e agora faz o primeiro MBA de gestão empresarial da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em Araçatuba. Em 2004, tornou-se corretor de açúcar e álcool em São Paulo, mas a experiência durou cerca de um ano. Em 2005, surgiu o convite do Unialco, e Nunes se tornou superintendente-comercial do grupo. Um cargo como o de Nunes é bem remunerado: paga salários na casa de R$ 20 mil por mês.

Ele aproveita o bom momento de Araçatuba para investir na construção civil. Constrói e vende casas em condomínios de alto padrão, o que lhe garante uma renda adicional.

Biodiesel

Na Amazônia, sai a floresta, entra a soja - Fellipe Awii – O Globo – O País - 01/07/2007

No oeste do Pará, expansão agrícola faz surgir comunidades fantasmas e provoca grilagem de terras

Enviado especial

SANTARÉM e BELTERRA (PA). Para os moradores de Belterra, o cemitério de Tracuá representa, acima de tudo, a morte da floresta.

Abandonado, cercado de plantação de soja por todos os lados, é um retrato da expansão da fronteira agrícola de grãos na Amazônia, principal fator de desmatamento e do surgimento de comunidadesfantasmas no oeste do Pará, ao longo da BR163 (Cuiabá-Santarém).

A zona rural de Belterra e Santarém apresenta um cenário praticamente único: com a floresta ao fundo, enormes plantações de soja e arroz a perder de vista. Entre elas, casas abandonadas e árvores frutíferas de quintal, como mangueiras e jambeiros.

Seus antigos habitantes são pequenos agricultores que hoje estão, em geral, nas periferias urbanas de Santarém ou se mudam para áreas mais distantes da floresta, provocando mais desmatamento.

O panorama é usado pelo Ministério Público Federal, por grupos ecológicos e sociais, como o Greenpeace e a Comissão Pastoral da Terra (CPT), para apontar os sojeiros como maiores vilões desta parte da floresta.

Estes, por sua vez, alegam que a soja se ocupou principalmente de áreas já desmatadas e tem levado benefícios econômicos para a região.

— A chegada da soja trouxe grilagem e conflito de terra, que não existia em Santarém — diz o procurador-chefe do MPF em Belém, Felício Pontes.

Udop cria CTBio – Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 04/07/2007

A Udop (União dos Produtores de Bioenergia), que reúne as usinas da região de Araçatuba (SP), vai gerir o primeiro Centro de Tecnologia e Excelência em Bioenergia (CTBio), que será instalado na cidade de Araçatuba no início de 2009. O CTBio está sendo idealizado como centro formador de mão-de-obra especializada para o setor sucroalcooleiro. A Udop estima que nos próximos cinco anos serão criadas 1,2 milhão de vagas de trabalho, com os cerca de 100 novos projetos de usinas no país.

Assentamentos em Goiás iniciam produção de matéria-prima para biodiesel – Sítio Eletrônico do MDA – 06/07/2007

Agricultores familiares de Flores de Goiás (GO), situado no noroeste goiano, começaram a produzir matéria-prima para o biodiesel. Com um dos maiores aglomerados de assentamentos da reforma agrária do Centro-Oeste, o município possui mais de 1,6 mil famílias assentadas e uma malha fundiária de aproximadamente 51 mil hectares.

No local, há 12 Projetos de Assentamento (PAs) com grande potencial para esse novo mercado. Nesta primeira experiência, estão envolvidas três localidades: PA São Vicente, PA Bom Jesus e PA Bom sucesso, representadas por 78 produtores e uma área cultivada de

350 hectares, com garantia de compra por preço mínimo tabelado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).
No próximo dia 12, o município sediará a 1ª Colheita Simbólica de Mamona e o 1º Seminário de Avaliação da Produção da Matéria-Prima para o Biodiesel, a ser realizado na Palhoça Beira Rio, a partir das 10h. O objetivo das atividades é dar seqüência às próximas etapas do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel e firmar a importância da cidade na economia do estado de Goiás.
Participarão do evento o superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Distrito Federal e Entorno (Incra/DFE), Herbert Cavalcante de Lima, e representantes do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), do Instituto Novas Fronteiras (IFNC) e das empresas Tessal e Granol, responsáveis pela execução do projeto na região por meio de parcerias entre instituições governamentais e não-governamentais.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

PV alemão defende certificação internacional para etanol - Verena Glass - Carta Maior – 12/07/2007

Em visita ao Brasil para conhecer a cadeia produtiva do etanol, membros do Partido Verde da Alemanha defenderam a criação de regras internacionais para garantir padrões ambientais, sociais e trabalhistas.

SÃO PAULO – Energias renováveis, como os agrocombustíveis, são um instrumento fundamental para o processo de independização das populações mais pobres, e essenciais no combate ao aquecimento global. Estas foram as bases do discurso de Bárbara Höhn e Jürgen Trittin, membros do Partido Verde alemão, no debate "Álcool - Produção Sustentável e Comércio Internacional", ocorrido na última terça-feira (10), em São Paulo, e promovido pela Fundação Heinrich Böll em parceria com a **Carta Maior**.

O evento, que contou ainda com a participação de Temístocles Marcelos, secretário de Meio Ambiente da CUT, e Laura Tetti, consultora de meio ambiente da Unica (União da Agroindústria Canavieira de São Paulo), objetivou o aprofundamento da temática da expansão canavieira no Brasil, seus impactos sociais e ambientais e mecanismos de controle e saneamento dos passivos socioambientais.

Segundo Trittin, ex-ministro do meio ambiente e atual vice-líder da bancada do Partido Verde no Congresso, a Alemanha trabalha com a perspectiva de renovar 50% das suas fontes de energia, com um investimento prioritário em agrocombustíveis, que hoje atendem a apenas 2% do consumo do país.

Esta tendência, aliás, tem se afirmado nos debates sobre energia da União Européia, afirma Trittin, e, levando em conta as vantagens territoriais e climáticas dos países em desenvolvimento, a expansão do mercado de agrocombustíveis poderia ser uma oportunidade para a quebra das barreiras agrícolas dos países ricos.

Apesar de não se opor diretamente à exploração das oportunidades de mercado para o etanol, Temístocles Marcelos apresentou os questionamentos mais comuns acerca da atividade canavieira – concentração de terra, cultivo extensivo que leva à insustentabilidade ambiental, concorrência com a produção de alimento e, principalmente, os baixos padrões trabalhistas adotados pelo setor – como um fator limitante aos projetos grandiosos de expansão da cultura. Sobre a tão aclamada expertise do Brasil na área, Marcelos defendeu que o país invista mais em exportação de tecnologias do que do etanol.

Já Barbara Höhn, que, com o resto da delegação alemã, havia estado há pouco com cortadores de cana no interior de São Paulo, defendeu que os problemas socioambientais da atividade podem ser controlados através da convenção internacional de acordos e padrões trabalhistas e ambientais que regulamentem a atividade. Uma certificação internacional, acredita ela, deverá constranger as práticas ilegais e estimular a boa produção.

Por sua vez, a representante da Unica, Laura Tetti, questionou a eficácia dos mecanismos de certificação. Segundo ela, "ninguém cumpre a legislação ambiental, ela é feita para não ser cumprida", e no lugar de um sistema de certificação internacional sugeriu que fossem estipulados critérios socioambientais em cada contrato de compra e venda, para evitar a imposição de critérios internacionais sobre questões internas.

Afirmando que não é a intenção dos membros do PV nem do próprio partido interferir na regulamentação interna da atividade canavieira no Brasil, Trittin ponderou, porém, que os compradores estrangeiros do etanol brasileiro vão estar atentos às condições da cadeia produtiva, sem que isso signifique, no entanto, uma barreira não-tarifária.

Segundo os alemães, porém, é imperativo que a sociedade civil participe do ordenamento do setor, que do contrário estaria à mercê do mercado. Segundo eles, as energias renováveis são um instrumento fundamental dos países pobres para conquistar a independência e possibilitar o desenvolvimento. "A questão não é se investir nestas energias, mas como", diz Trittin, para quem as energias renováveis também são um fator gerador de paz, uma vez que seria impensável a invasão ou ocupação militar de um canavial. "As energias renováveis promovem o bem-estar, a paz e a independência", concluiu.

Lula viaja à Europa e tema dos biocombustíveis domina agenda - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 03/07/2007

Participação em cúpula Brasil-União Européia causa ciúmes em parceiros do Mercosul -Os biocombustíveis serão o tema principal da viagem que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva faz esta semana à Europa. Amanhã, ele participa da reunião de cúpula Brasil-União Européia, lançamento de uma aliança estratégica que inclui o País num seleto grupo do qual já fazem parte Estados Unidos, Canadá, Rússia, Índia e China.
Na quinta-feira, Lula será o convidado de honra de um seminário sobre biocombustíveis promovido pela União Européia, em Bruxelas. Os dois atos marcam o início da presidência portuguesa no bloco. O Brasil é o último dos 'Brics' (grupo de economias emergentes

formado por Brasil, Rússia, Índia e China) a formalizar uma aliança com a Europa. Ainda assim, a iniciativa causou ciumeira na vizinhança. O governo uruguaio enviou correspondência a Lula na semana passada pedindo detalhes sobre a parceria, preocupado com a possibilidade de o País iniciar negociações diretamente com a Europa, sem considerar as posições dos demais sócios no Mercosul.

A Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC) e a costura do acordo Mercosul-União Européia estarão na pauta de discussões mas, destacou a diretora do Departamento de Europa do Itamaraty, embaixadora Maria Edileuza Fontenele Reis, essa não será uma reunião negociadora. Da mesma forma, o chefe da delegação da União Européia no Brasil, embaixador João Pacheco, afirmou que as negociações comerciais serão com o Mercosul.

A aliança estratégica a ser lançada amanhã vai tratar de outros temas, que independam do Mercosul. Nessa pauta, que passa por meio ambiente, tecnologia e agricultura, os biocombustíveis sobressaem. A Petrobrás e a empresa portuguesa de energia Galp assinarão memorando de entendimento para a produção de óleos vegetais no Nordeste e, futuramente, na África. No mais, a declaração final deverá ser um conjunto de boas intenções políticas que, se tudo correr bem, serão concretizadas nos próximos meses. As reuniões de cúpula deverão se repetir a cada ano, e a expectativa é que isso acelere os entendimentos nessas áreas.

De reunião de cúpula, que será realizada à tarde, participarão, além de Lula, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso, o primeiro-ministro português, José Sócrates, e o primeiro-ministro da Eslovênia, Janez Jansa. Mais tarde, o presidente de Portugal, Aníbal Cavaco Silva, oferece um jantar do qual deverão participar também a chanceler da Alemanha, Angela Merkel, o presidente da França, Nicolas Sarkozy, o primeiro-ministro italiano, Romano Prodi, o primeiro-ministro da Finlândia, Matti Vanhanen, o primeiro-ministro da Hungria, Ferenc Gyurcsany, e o primeiro-ministro da Finlândia, Jan Peter Balkenende. Antes da reunião, Lula fará o encerramento da cúpula empresarial Brasil-União Européia. Nesse evento, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, fará uma apresentação sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Pelo lado brasileiro, deverão participar os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), Jackson Schneider, da Copersucar, Hermelindo Ruete de Oliveira e da Unica, Marcos Jank, entre outros. O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli, deverá ser representado pelos diretores da Área Internacional, Nestor Cerveró, e de Gás e Energia, Ildo Sauer.

Além de Dilma, Lula virá acompanhado dos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge. Também fazem parte da comitiva o assessor para Assuntos Internacionais da Presidência, Marco Aurélio Garcia, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Luciano Coutinho.

UE dá sinais de restrições ao etanol brasileiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007

Enquanto europeus e brasileiros falam em reduzir a proteção comercial em prol de um acordo econômico amplo como a Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), no mundo empresarial a conversa se dá em outro tom. Durante a cúpula empresarial Brasil-União Européia, os europeus indicaram que estão dispostos a impor barreiras não-tarifárias ao etanol brasileiro. Eles levantaram a necessidade de haver um processo de certificação das empresas produtoras de álcool.

Também se falou sobre o risco de o cultivo de cana-de-açúcar para produzir etanol ocupar a Amazônia ou reduzir a área para a produção de alimentos. Representantes do setor sucroalcooleiro reagiram à pressão européia, argumentando que os países desenvolvidos não questionam as condições sociais ou ambientais da produção do petróleo em países como Nigéria ou Iraque.

Os usineiros querem a todo custo evitar que o etanol seja tratado pelos europeus como commodity agrícola, pois nesse caso há uma variedade de barreiras não-tarifárias que podem ser impostas. Hoje, o álcool já sofre uma sobretaxa de 102 por tonelada, para ingressar no mercado europeu, o que significa uma alta de aproximadamente 40% no preço. Para os empresários do setor, o etanol deve ter o mesmo tratamento comercial dos combustíveis fósseis, que não pagam taxas adicionais.

O discurso dos países desenvolvidos de que o cultivo da cana-de-açúcar vai provocar desmatamento na Amazônia também foi rebatido. Segundo os usineiros, o risco de os canaviais invadirem a Amazônia é quase o mesmo de os produtores de vinho da região francesa da Borgonha expandirem suas plantações de uva até a Sibéria. É, mais ou menos, a mesma distância.

Enquanto a produção maciça de etanol ameaça a produção de alimentos nos EUA e na Europa, no Brasil ainda há muito espaço. Os canaviais ocupam hoje área inferior a 1% do território nacional. As projeções de aumento da área plantada até 2010, mesmo com a expansão da demanda projetada, ficam abaixo de 1% do território.

ACORDO

A Petrobrás e a empresa portuguesa Galp Energia assinaram um acordo para a produção e comercialização de 600 mil toneladas anuais de biodiesel, conforme antecipou o Estado na edição de ontem. As duas empresas formarão uma terceira companhia, com 50% de capital de cada uma.

OCDE vê etanol em alta - João Caminoto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 05/07/2007

Mas entidade alerta que debate sobre biocombustíveis vai se intensificar-Um estudo da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), divulgado ontem, prevê que a produção brasileira de etanol deve continuar crescendo a taxas cada vez maiores, atingindo cerca 44 bilhões de litros em 2016, 145% a mais do que em 2006. O trabalho também afirma que o debate sobre o uso de commodities agrícolas para produzir biocombustíveis tende a se intensificar.

'Como a produção de etanol por tonelada de açúcar deve crescer, a cana-de açúcar usada na produção do etanol vai crescer menos em termos relativos, mas, ainda assim, se expandirá 120% nos próximos dez anos', disse o documento, intitulado 'Perspectiva Agrícola 2007-2016'.
O levantamento projeta ainda que os preços dos produtos agrícolas vão continuar subindo nos próximos dez anos, beneficiando as exportações dos grandes produtores dessas commodities, como o Brasil. 'Os atuais preços altos no mercado mundial para muitas commodities agrícolas são causados, em boa parte, por fatores de natureza temporária, como carências na oferta provocadas por secas, e estoques baixos.'
'Mas mudanças estruturais, como o aumento na demanda de matéria-prima para a produção de biocombustível, e a redução de superávits causados por reformas implementadas no passado em políticas no setor agrícola, podem manter os preços acima dos níveis de equilíbrio históricos durante os próximos dez anos.'
O trabalho prevê que os preços de todas as commodities agrícolas vão subir nos próximos dez anos. 'A crescente presença dos mercados da Argentina e do Brasil é impressionante', afirmou. 'Enquanto o crescimento no Brasil é mais concentrado no açúcar, óleos vegetais e carnes, a performance exportadora da Argentina também cobre cereais e muitos produtos laticínios.'
A China, segundo o estudo, deve continuar aumentando sua fatia nos volumes globais de importações de várias commodities agrícolas.
O levantamento observa que os preços mais elevados das commodities agrícolas representam uma preocupação para os países importadores e para as camadas pobres das populações urbanas. Isso, segundo o estudo, deve intensificar o debate sobre a validade do uso dessas commodities para a produção de biocombustíveis.

Lula defende etanol e descarta risco de falta de alimentos - João Caminoto e Andrei Netto – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007

Para presidente, biocombustíveis leverão 'democracia energética' ao mundo
A Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, realizada ontem, em Bruxelas, na Bélgica, foi usada como tribuna para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, seu convidado de honra, defender o etanol das recentes críticas internacionais sobre destruição ambiental e insegurança alimentar.
Quarta-feira, um relatório da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) havia apontado que o aumento da produção de etanol e de biocombustíveis em países em desenvolvimento implicaria a elevação de 10% a 20% no preço internacional dos alimentos - prejudicando países pobres, em especial na África e na Ásia.
Ontem, diante de uma platéia de políticos, empresários e técnicos, Lula garantiu que as seguranças alimentar e energética não são incompatíveis e rebateu as críticas. "A experiência brasileira mostra ser incorreta a oposição entre uma agricultura voltada para a produção de alimentos e outra para a produção de energia", disse. "A fome no meu País diminuiu no mesmo período em que aumentou o uso de biocombustíveis."
Lula chegou de Lisboa ao centro Charlemagne, em Bruxelas, onde ocorria o evento, ao meio-dia. Posou para fotos com o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão

Barroso, e ingressou no auditório, onde era aguardado como convidado especial. Ao ser chamado a discursar, Lula fez uma contra-ofensiva de 23 minutos aos críticos do etanol. De início, garantiu que a produção de cana-de-açúcar para fins energéticos não oferece risco ambiental à Amazônia. "A produção de cana ocupa 0,4% do território nacional. Essa região fica muito longe da Amazônia, que não se presta a esse plantio."
A seguir, enumerou exemplos de como o cultivo não implica a perda de lavouras para fins alimentares. Citando São Paulo, maior produtor de cana do Brasil, o presidente afirmou que "houve um aumento da produção agropecuária nas últimas décadas".
Por fim, enumerou possíveis benefícios mundiais do biocombustível, entre os quais o que chamou de "democracia energética". "Vinte países produzem energia para cerca de 200 países. Mas, com os biocombustíveis, mais de cem países poderão produzir energia."
No início da tarde, em breve entrevista à imprensa, Lula respondeu aos economistas que elaboraram o relatório conjunto da OCDE e da FAO. "Esse estudo deveria apresentar quanto os preços dos alimentos subiram depois do aumento do barril de petróleo, de US$ 28 para US$ 70."

'Foi coincidência a divulgação de relatórios negativos?' – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007

Para diplomatas brasileiros, documentos divulgados pela OCDE e FAO contra o etanol foram propositais

A seqüência de manifestações do presidente e de ministros na defesa do etanol foi uma resposta articulada para rebater uma onda crescente de manifestações para conter o entusiasmo com o combustível alternativo ao petróleo. Segundo o Estado apurou, diplomatas brasileiros na Europa notificaram o presidente Lula, via Itamaraty, sobre uma seqüência de relatórios e declarações que destacariam os riscos ambientais e de segurança alimentar do plantio da cana-de-açúcar.
"Foi coincidência a OCDE e a FAO divulgarem em Paris um relatório negativo para os biocombustíveis na véspera de uma conferência importante sobre o tema em Bruxelas?", questionou um diplomata.
Na conferência, antes do pronunciamento de Lula, autoridades européias destacaram a necessidade de que o cultivo esteja associado à preservação ambiental. Peter Mandelson, comissário Europeu para o Comércio, destacou em seu discurso que os biocombustíveis "são mais do que uma questão de mercado, de indústria ou de agricultura". "O desenvolvimento de um mercado deve ser temperado por um mecanismo de proteção ambiental."
Minutos depois, ainda pela manhã, o presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso também defendeu "mecanismos de sustentabilidade ambiental" para o mercado de biocombustíveis.
Uma das formas com as quais o governo pretende evitar restrições ao produto brasileiro na Europa e nos Estados Unidos será antecipar-se a uma eventual legislação internacional e elaborar uma certificação própria que garanta a procedência e a qualidade do produto feito no Brasil.
Empresários do setor de usinas, entretanto, encaram com cautela a perspectiva de Bruxelas aceitar os padrões estabelecidos pelo governo brasileiro. Segundo um deles, "uma certificação básica é necessária para o processo de tornar o etanol uma commodity negociada nos mercados internacionais". Mas o excesso de critérios de certificações, seja

pelo lado brasileiro, seja pelo europeu, pode ter efeito inverso: “Não somos contra a certificação. Mas o perigo é que a União Européia faça exigências absurdas para tentar mascarar práticas de protecionismo também nesta área”, disse o diretor de uma das maiores usinas do setor no Brasil.

Lula anunciou a realização no Rio de Janeiro de uma conferência internacional sobre biocombustíveis em julho de 2008. “Não por acaso escolhemos o Rio como sede. Segundo ele, o objetivo do governo é que a conferência do Rio “constitua um marco histórico”.

'Precisamos de regulamentação', diz Gabrielli - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 06/07/2007

Para ele, medida garantiria o etanol sem afetar áreas florestais e de produção de alimentos

O presidente da Petrobrás, José Sérgio Gabrielli de Azevedo, afirma que a empresa está disposta a aceitar uma regulamentação para a expansão da produção de etanol para garantir que o combustível não afete áreas destinadas à produção de alimentos ou que prejudique o meio ambiente.

Para Gabrielli, o real problema são os subsídios americanos para a produção do etanol a partir do milho. O executivo confirma os planos da empresa brasileira de duplicar sua produção de petróleo até 2015.

Nesta semana, Gabrielli participa da cúpula de empresas de todo o mundo na sede das Nações Unidas, sobre como o setor privado pode ajudar a reduzir a pobreza e combater problemas ambientais no mundo.

Para a Petrobrás, sua parcela de contribuição está nos esforços para ampliar as energias limpas no total do consumo energético do País nos próximos anos. Em sua avaliação, a ameaça de que o combustível poderia gerar danos ambientais e aumentar o valor dos alimentos pode ser “minimizada” com regulamentações. “Temos de proteger áreas florestais e áreas de produção de alimentos. Para isso, precisamos de regulamentação governamental.”

Outra opção, segundo ele, é a certificação dos fornecedores de cana-de-açúcar. “Estamos estabelecendo contratos com os produtores de cana para garantir a proteção ao meio ambiente, às condições sociais e para evitar trabalho infantil.”

Na avaliação da Petrobrás, porém, os reais problemas provocados pelo etanol não vêm do Brasil, mas dos subsídios do governo americano para a produção de milho como base para o biocombustível. “Os Estados Unidos estão subsidiando o cultivo errado. O milho não é eficiente e a proteção aos fazendeiros nos Estados Unidos está gerando vários problemas. Para que tenhamos uma expansão da produção, precisamos de regulamento para minimizar as questões sociais e ambientais na produção de alimentos ”, disse Gabrielli.

Os subsídios ainda são considerados os principais obstáculos para a exportação do etanol brasileiro ao mercado americano. “Os subsídios são medidas protecionistas”, afirmou o presidente da Petrobrás. Há duas semanas, em Genebra, o secretário de Agricultura dos Estados Unidos, Mike Johanson, deixou claro que não haveria mudança nas leis americanas para o etanol até 2009.

Quem também ataca o uso do milho é o economista Jeffrey Sachs. Em declarações ao Estado, o americano alerta que “o modelo de desenvolvimento do etanol a partir do milho não é ideal e já está gerando uma alta nos preços de alimentos”.

Para que o comércio de etanol no mundo seja possível, a Petrobrás ainda defende “mudanças estruturais nos países consumidores”. Na avaliação de Gabrielli, os governos precisam facilitar a introdução do etanol para que o combustível possa concorrer de igual

para igual com o petróleo. Isso significaria incentivos para a distribuição e mesmo para a substituição dos motores dos carros para que aceitem o novo combustível.
Um estudo publicado ontem pela Goldman Sachs aponta que os governos terão de investir US$ 460 bilhões até 2020 se de fato quiserem atingir as metas recentemente estabelecidas de ampliação do uso do etanol. Na Europa, os governos querem que 5,75% de todo o combustível usado na região venha dos biocombustíveis.
PRODUÇÃO
Gabrielli destacou os planos da Petrobrás para aumentar a produção de petróleo até 2015. A empresa passará a extrair 3,5 milhões de barris de petróleo por dia em 2011, contra um volume atual de 2,3 milhões de barris. Até 2015, esse número deve chegar a 4,5 milhões de barris.
"Estamos entre as empresas de petróleo que mais crescem hoje no mundo." Questionado se esse aumento da produção prevista até 2015 ocorreria graças a novas áreas de exploração no Iraque e Irã, Gabrielli negou. "Temos só uma pequena exploração no Irã, e não há planos de ampliá-la."
FRASES
José Sérgio Gabrielli - Presidente da Petrobrás
"Temos de proteger áreas florestais e áreas de produção de alimentos. Para isso, precisamos de regulamentação governamental"
"Os Estados Unidos estão subsidiando o cultivo errado. O milho não é eficiente e a proteção aos fazendeiros nos Estados Unidos está gerando vários problemas sociais e ambientais"
Jeffrey Sachs - Economista
"O modelo de desenvolvimento do etanol a partir do milho não é ideal e já está gerando uma alta nos preços de alimentos"

China cria plano e busca terras para produzir etanol - Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007

País teria de importar tecnologia brasileira, mas a idéia esbarra na necessidade de produzir alimentos
O governo chinês prepara o zoneamento agrícola de seu território a fim de produzir etanol e, desse modo, diversificar a fonte de energia. O principal conselheiro de Pequim para mudanças climáticas, Zou Li, confirmou o plano ao Estado e acrescentou que o país vai plantar cana e outros produtos que possam ser transformados em biocombustível. Para isso, segundo ele, os chineses terão de importar do Brasil as tecnologias de produção, além do próprio etanol.
Pequim está sob pressão da comunidade global para que adote medidas no sentido de frear as emissões de CO2, que já seriam as maiores do planeta. Segundo a ONU, os países emergentes já emitem praticamente o mesmo volume de gases que causam mudanças climáticas que os países ricos.
Dados recentes das Nações Unidas (ONU) indicam que o aumento do consumo de energia na China nos últimos dez anos corresponde a todo o consumo anual da França. Por isso, segundo Zou Li, o etanol é, de fato, uma opção que o governo chinês leva em conta.

'Certamente, o etanol fará parte do rol dos combustíveis que vamos adotar nos próximos anos', disse Li, que é consultor e professor da Universidade Renmin.

DIFICULDADES

Mas a introdução do biocombustível na China não será fácil. 'Fizemos estudos e notamos que não podemos passar a produzir matéria-prima para combustível sem ver o seu impacto no fornecimento de alimentos. Com 1,3 bilhão de pessoas, nosso equilíbrio entre terras destinadas ao cultivo de alimentos e garantir que a fome não aumente é algo fundamental', disse.

Segundo o chinês, a falta de terras aráveis na China é um sério obstáculo para o etanol. 'Há muitos lugares onde não temos água suficiente e passar a produzir cana, por exemplo, seria uma catástrofe para muitas cidades', disse. Dados do governo mostram que a China tem só 13% de terras aráveis, 40% menos que a média mundial por habitante.

Além disso, o país vem perdendo 8 milhões de hectares por ano e um sexto da área restante já está poluído. A perda vem ocorrendo especialmente por causa da expansão da urbanização, que invade áreas da agricultura. Não por acaso, as autoridades estão preocupadas com a introdução do etanol em grande escala em um país que precisa aumentar a produção de grãos em 20 milhões de toneladas até 2010 para garantir segurança alimentar de sua população.

Para solucionar esse problema, Li revela que um plano estratégico está sendo elaborado para determinar as terras e as cidades do etanol.'Teremos, em breve, um plano que vai indicar exatamente onde poderemos e onde não poderemos produzir o etanol', disse.

O especialista ainda justifica a rejeição dos chineses em fixar o teto para emissões de gases, como querem os países ricos. 'Não temos informações científicas suficientes para tomar uma decisão como essa', afirmou. Segundo ele, os últimos dados são de 1994. 'Vimos que até os países ricos estão tendo problemas para limitar as emissões às metas', disse ele.

Para Pequim, metas impediriam o crescimento do país. 'A China está se desenvolvimento e quer dar melhor condições de vida à sua população. Isso significa que cada um deles vai consumir um volume maior de energia. Isso será natural', concluiu.

Lula ataca 'cartel dos poderosos' - Lu Aiko Otta – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 10/07/2007

Presidente questiona acusações ao etanol brasileiro

Em seu programa semanal de rádio, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva rebateu as acusações feitas dos países desenvolvidos, de que o uso mais intensivo do etanol (álcool) e do biodiesel levará à destruição da Amazônia e reduzirá a área disponível para cultivar alimentos. 'O que não vamos aceitar, outra vez, é o cartel dos poderosos do mundo tentando impedir que o Brasil se desenvolva, tentando impedir que se transforme numa grande nação', afirmou

Os comentários vieram na semana seguinte à visita do presidente à Europa, durante a qual os biocombustíveis foram a principal atração. Mas, enquanto os eventos oficiais eram pautados por gestos de boa vontade, com os europeus manifestando interesse em produzir biodiesel na África em conjunto com o Brasil, nos bastidores o que se viu foram os velhos mecanismos de protecionismo comercial em ação.

A União Européia já aplica sobretaxas ao etanol brasileiro, que encarecem o produto em cerca de 40%, e agora quer um certificado sobre as condições em que foi produzido. Já o biodiesel enfrenta resistências das montadoras européias.
'É bem possível que os nossos adversários continuem levantando coisas contra o Brasil e nós temos que estar preparados', disse Lula. No programa, ele classificou como 'uma coisa totalmente descabida' a acusação de que o etanol e o biodiesel vão reduzir a área disponível para o cultivo de alimentos.
'Ora, seria preciso imaginar que o ser humano é irracional', disse o presidente. 'A primeira energia de que o ser humano precisa é a sua própria, ou seja, é se alimentar para ter forças para produzir a outra energia.'

Contra críticas, Brasil anuncia certificação do biocombustível – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 05/07/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva anunciará hoje em Bruxelas que o Brasil vai iniciar, de forma autônoma, o processo de certificação do biocombustível, passo indispensável para dar a esse combustível alternativo um selo de qualidade que lhe permita obter reconhecimento internacional.
A certificação dirá que tipos de biocombustíveis são produzidos de forma sustentável, ou seja, cumprem todos os requisitos de proteção ambiental e social (não explora a mão-de-obra na cadeia produtiva).
O processo de certificação torna-se tão mais urgente e necessário na medida em que surgem crescentes dúvidas sobre biocombustíveis, de que dará testemunho também hoje -e na mesma conferência de que Lula participa- o comissário europeu para o Comércio, o britânico Peter Mandelson.
Mandelson dirá que "a Europa tem que agir para evitar que um boom de biocombustíveis ameace destruir florestas tropicais para produzi-lo". E acrescentará que "a União Européia (UE) não pode permitir que a mudança para os biocombustíveis se transforme em um estouro ambientalmente insustentável no mundo em desenvolvimento".
O fecho de seu raciocínio é igualmente duro: "Os europeus não pagarão um prêmio pelos biocombustíveis se o álcool que abastecerá seus carros for produzido de maneira insustentável devido a sistemáticas queimadas após a colheita ou à custa das florestas tropicais".
Esse tipo de inquietação está crescendo na Europa e nos EUA, a partir de decisões como a da UE de substituir 10% do combustível que usa para o transporte com combustíveis limpos até 2010, o que, em tese, poderia causar o boom citado.
Por isso mesmo, a certificação é indispensável. Afastará, ao menos em tese, dúvidas como as de Mandelson, além de criar o cenário para que os biocombustíveis possam ser negociados internacionalmente, com cotação em Bolsa, a exemplo das demais commodities.
O anúncio da certificação será feito no discurso de Lula na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, hoje em Bruxelas, como complemento da reunião de cúpula com a UE, que ocorreu ontem em Lisboa.
O governo brasileiro assegura que se trata do primeiro país a lançar-se no caminho da certificação, que "todo mundo quer seguir", conforme a avaliação ouvida pela Folha na delegação brasileira.

Para Lula, os biocombustíveis serão "a revolução energética do século 21". O presidente disse que "tem gente contra e a favor, mas [a adoção dos biocombustíveis] será inexorável". Lula acha que a alternativa para o mundo é ou diminuir a emissão de gases (o que tem custo econômico elevado) ou criar uma nova matriz energética. Para ele, a escolha já está feita: "Em menos de 20 anos, os biocombustíveis serão a principal matriz energética de muitos países do mundo".
Entusiasta do projeto, Lula saudou o acordo assinado ontem entre a portuguesa Galp e a Petrobras para a produção de 600 mil toneladas/ano de óleos vegetais no Brasil e a produção, comercialização e distribuição do biodiesel nos mercados português e/ou europeu.
As duas empresas criarão uma sociedade de capital dividido meio a meio, com o objetivo de produzir 300 mil toneladas de óleo vegetal para biodiesel nas refinarias da Galp e mais 300 mil toneladas destinadas também ao biodiesel, mas para exportação para Portugal e outros países europeus.
O acordo com a Galp entra no Plano Estratégico da Petrobras no sentido de ampliar a participação da empresa no mercado de biocombustíveis. Leva em conta ainda o fato de que a produção de biodiesel prevista para 2008 gera disponibilidade para exportação praticamente imediata, segundo a estatal brasileira. (CR)

Lula diz que álcool não ameaça ambiente – Letícia Fonseca – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/07/2007

Presidente defende biocombustíveis ante temores expostos em conferência global sobre o tema organizada pela UE

Lula diz que Amazônia não será usada na produção de biocombustíveis, os quais popularizariam acesso global a fontes de energia

Em sua primeira visita à sede da UE (União Européia), em Bruxelas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez tudo para convencer os europeus dos méritos dos biocombustíveis. Mas, apesar do interesse europeu, a tarefa não foi fácil. O comissário para o Comércio da UE, Peter Mandelson, fez algumas exigências ambientais.

Na abertura de seu discurso na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, organizada pela Comissão Européia, Lula afirmou que apostar no álcool e no biodiesel brasileiros garante segurança energética sem causar desequilíbrio ambiental e social. "A fome no Brasil diminuiu no mesmo período em que aumentou o uso de biocombustíveis", afirmou.

O presidente brasileiro, convidado de honra da conferência, disse que o plantio de cana-de-açúcar no país não comprometeu a produção de alimentos e está bem distante da Amazônia. Em resposta aos temores de que a região possa ser desmatada com o aumento da produção de biocombustíveis, Lula rejeitou a idéia.

À platéia, formada por ministros, empresários e ONGs do mundo inteiro, ele disse que, se a Amazônia fosse apropriada para o cultivo da cana-de-açúcar, os portugueses já teriam feito isto há séculos atrás.

O anfitrião do evento e presidente da Comissão Européia, o português José Manuel Durão Barroso, enfatizou que os biocombustíveis devem ser desenvolvidos de maneira que "protejam o planeta e que não criem novos problemas". Mandelson especificou que os biocombustíveis devem ser produzidos em áreas onde o potencial agrícola ainda não foi plenamente utilizado. "Nós temos que usar os biocombustíveis mais eficientes para reduzir o impacto total das emissões de gás carbônico", disse o britânico.

Esse impacto depende do método de produção, da natureza do biocombustível produzido e também do transporte ao mercado.

Certificação

O Brasil está desenvolvendo um programa de certificação dos biocombustíveis. Pretende assegurar que toda a cadeia de produção do álcool e do biodiesel no país respeita critérios ambientais, sociais e trabalhistas consagrados nas normais internacionais.

Para o governo brasileiro, a solução está em estabelecer um mercado internacional para o álcool e o biodiesel. Lula declarou que os mesmos governos que reiteram seus compromissos com o desenvolvimento sustentável e com a redução do efeito estufa não podem criar empecilhos para que os biocombustíveis se transformem em commodities globais.

O ministro de Comércio da Suécia, Sten Tolgfors, defendeu a posição brasileira na conferência. Tolgfors criticou o fato de que a tarifa da UE para os biocombustíveis podem chegar até 55% enquanto a tarifa para petróleo é de só 5%.

Na véspera da conferência em Bruxelas, a OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) e a FAO (agência da ONU para agricultura e alimentação) fizeram um alerta sobre a produção de biocombustíveis. Em relatório conjunto, as duas organizações afirmaram que o aumento da produção do álcool e do biodiesel vai afetar o preço dos produtos agrícolas básicos.

Na coletiva para a imprensa, o presidente brasileiro disse que o estudo não levou em conta o aumento do preço do barril de petróleo, que passou de US$ 28 para US$ 70. Lula enfatizou que a inclusão dos biocombustíveis na matriz energética internacional vai ajudar a democratizar o acesso à fontes de energia. "Hoje, só 20 países produzem energia. Com a adoção dos biocombustíveis, mais de 100 países poderão produzi-las", disse. E acrescentou que, "no mais humilde dos países, qualquer um tem a tecnologia e o conhecimento para cavar um buraco de 30 cm e plantar uma planta oleaginosa".

Outra iniciativa do governo brasileiro será a organização de uma nova Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, em julho de 2008, no Rio de Janeiro.

Começa processo para mercado de biocombustível – Clóvis Rossi – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/07/2007

A parceria estratégica entre o Brasil e a União Européia já teve um primeiro efeito concreto: serviu para lançar o processo do que o chanceler brasileiro, Celso Amorim, define como "mercado internacional de biocombustíveis".

O petróleo, hoje a fonte predominante da energia no mundo rico, tem o seu mercado, independe de normas, exceto as técnicas que diferenciam uma variedade da outra, e é tratado como uma commodity, com cotações em diferentes Bolsas de mercadorias. Ninguém pergunta o que é petróleo, mas todos perguntam o que é álcool ou o que é biodiesel, dois diferentes tipos de combustíveis alternativos -e mais limpos do que o petróleo.

O processo de certificação, ontem anunciado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva em sua palestra na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis, busca dar respostas detalhadas a essas perguntas.

Mas há um passo preliminar: antes, é preciso definir padrões. Por exemplo: qual quantidade de água pode ser adicionada ao álcool anidro? "Pode ser uma diferença importante se for 0,1% ou 0,5%", diz Marcos Jank, um dos maiores especialistas brasileiros na área agrícola, recém-escolhido presidente da Unica (União das Indústrias de Cana-de-Açúcar).

Definido o padrão, o que já está em andamento no Fórum Mundial de Biocombustíveis, de que participam Estados Unidos, União Européia e Brasil, pode-se dar o passo seguinte, que é a certificação, "uma discussão mais complicada", segundo Jank.

A União Européia, por exemplo, só quer comprar biocombustíveis que sejam ambientalmente corretos. Ontem, durante a reunião entre a comitiva brasileira chefiada por Lula e quase todos os comissários europeus, chegou-se a falar de "selo socioambiental". Receberia o selo, por exemplo, o biocombustível cujo balanço líquido em emissão de carbono, do plantio até o tanque do carro, seja positivo.

Traduzindo: se a emissão de carbono para o plantio, para a colheita e para a produção, por exemplo, da cana-de-açúcar for inferior à dos combustíveis fósseis (petróleo), teria direito ao selo ambiental.

Jank não tem a menor dúvida de que a cana passa no teste. Gera 8,3 unidades de energia renovável para cada unidade de combustível fóssil. É o melhor balanço encontrado até agora nas pesquisas.

O etanol a partir do milho, de que os Estados Unidos são grandes produtores, gera apenas 1,3 unidade renovável para cada unidade fóssil.

Falta o "social" no selo "socioambiental". Quer dizer o seguinte: produzir, em condições degradantes, cana-de-açúcar, milho, soja ou qualquer outro cultivo que possa gerar combustível alternativo não merece o selo. Trabalho escravo, por exemplo, como ainda se encontra muito no Brasil, desqualificaria o produto, que, portanto, não teria a certificação.

"A cana-de-açúcar não tem o menor temor em discutir essas coisas", jura Jank, como é inevitável que o faça, na condição de presidente da Unica.

Mas o governo brasileiro teme, sim, que a certificação possa ser usada como protecionismo disfarçado. Ou seja, algum governo interessado em proteger seus produtores poderia alegar que o álcool brasileiro, por exemplo, é fabricado usando mão-de-obra em condições degradantes. A importação seria bloqueada, mesmo que a alegação fosse incorreta.

A certificação, aceita internacionalmente, eliminaria o problema. Até porque ela não precisa, necessariamente, ser feita por uma instituição oficial. Poderia ser do setor privado, como acontece com a madeira (produtos florestais, mais exatamente).

Ao anunciar o início do processo para a certificação, o governo brasileiro toma a dianteira, sem, no entanto, pretender que as regras que vier a discutir doravante sejam as únicas.
O próprio Lula afirmou ontem que "ninguém é totalmente bom por defender os biocombustíveis nem totalmente mau porque não defende".

GRUPO QUER DEFINIR CRITÉRIO PARA PRODUÇÃO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 06/07/2007
A Mesa-Redonda sobre Biocombustíveis Sustentáveis, grupo formado, entre outros, por agricultores, empresas e organizações não-governamentais, anunciou ontem que vai realizar uma série de encontros nos próximos 12 meses para conseguir um "consenso global em relação aos princípios e critérios para biocombustíveis sustentáveis". O grupo, que tem origem em uma universidade da Suíça, disse que não é contra nem a favor da produção de combustíveis como o álcool e que o seu propósito é garantir a sustentabilidade da produção deles. Ele afirma que, ao criar critérios, quer "buscar soluções que estão dentro das capacidades dos agricultores e das empresas".

Bionegociações – Folha de São Paulo – Opinião – 07/07/2007

Certificação ambiental e trabalhista é necessária para a formação de um mercado internacional de biocombustíveis

FICA CADA vez mais claro que o desenvolvimento de um mercado internacional de biocombustíveis requer a definição de padrões globalmente aceitos, sobre características básicas, condições de produção, desmatamento, uso de agroquímicos, comércio.

A discussão desses padrões -por exemplo, a quantidade de água adicionada ao álcool anidro- esteve na agenda do Fórum Mundial de Biocombustíveis, que reuniu Brasil, EUA, União Européia, China, Índia e África do Sul. Um grupo de agricultores, empresas e organizações não-governamentais na Suíça também realizará vários encontros nos próximos 12 meses para tentar obter um "consenso global em relação aos princípios e critérios para produção de biocombustíveis sustentáveis".

Da formação desse acordo prévio depende a emissão de certificados, que validariam as condições sociais, trabalhistas e ambientais de produção aceitas. Seria uma espécie de "selo socioambiental" para os biocombustíveis, como ocorre com alguns produtos florestais.

Receberia a certificação o biocombustível cujo balanço líquido em emissão de carbono, do plantio até o tanque do carro, fosse positivo. Dessa forma, se a emissão de carbono para o plantio, para a colheita e para a produção da cana-de-açúcar fosse inferior à dos combustíveis fósseis (petróleo), o biocombustível obteria o selo ambiental.

Estima-se que a cana-de-açúcar gere 8,3 unidades de energia renovável para cada unidade de combustível fóssil. O álcool do milho, produzido nos EUA, gera 1,3 unidade renovável para cada unidade fóssil. As condições de produção também seriam avaliadas. O uso de trabalho degradante, como ainda existe no Brasil, impediria a certificação.

O governo brasileiro procura vincular o processo de certificação à criação de um padrão internacional para o etanol, para tornar o produto uma commodity internacional. O Brasil pretende lançar seu próprio certificado de biocombustível -sob a coordenação do Inmetro- para assegurar que toda a cadeia de produção do álcool e do biodiesel respeite critérios ambientais, sociais e trabalhistas consagrados nas normais internacionais.

São legítimas as preocupações com o impacto ambiental no uso da terra e da água e das condições de trabalho, inclusive porque interessa melhorar as condições de produção e de trabalho no país.

Os negociadores brasileiros devem ficar atentos, no entanto, para evitar que a certificação se transforme em protecionismo disfarçado (barreira não-tarifária). Um país interessado em proteger seus produtores de biocombustíveis poderia alegar que o álcool brasileiro seria fabricado usando mão-de-obra em condições degradantes. A importação seria bloqueada, mesmo que a alegação fosse incorreta.

Por certo, um certificado padronizado com normas internacionais reduziria esse risco.

Acordo do álcool é só "começo", afirma Rice – Folha de São Paulo – Dinheiro – 11/07/2007

A secretária de Estado dos EUA, Condoleezza Rice, afirmou que o acordo feito com o Brasil em relação ao álcool é apenas o "começo" nas relações entre os dois países. "Nós acreditamos que o acordo do álcool com o Brasil é apenas o começo de uma relação mudada que é apropriada ao tamanho e à importância do Brasil, tanto regionalmente como globalmente."

De acordo com Rice, o governo americano considera o Brasil, "pela sua liderança" na América Latina, um importante parceiro regional e também um parceiro global. Para ela, os dois países têm vários pontos em comum.

Biocombustíveis elevarão preços agrícolas, diz OCDE – O Globo – Economia – 05/07/2007

Estudo em parceria com a FAO alerta para alta de até 50%

PARIS e LISBOA. O rápido crescimento da indústria global de biocombustíveis vai manter os preços dos produtos agrícolas em alta na próxima década, devido à demanda maior por grãos e açúcar. A conclusão é de relatório divulgado ontem pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO). Segundo o estudo, os biocombustíveis terão forte impacto na agricultura entre 2007 e 2016 — argumento já usado pelo presidente de Cuba, Fidel Castro, para criticar o etanol.

— A bioenergia tornou-se um fator-chave no funcionamento dos mercados agrícolas — afirmou Loek Boonekamp, representante da OCDE, acrescentando que, a médio prazo, os preços agrícolas ficarão acima da média dos últimos dez anos.

Segundo Boonekamp, os preços de produtos agrícolas, principalmente grãos, devem subir entre 20% e 50% na próxima década. Ele disse que já haveria uma alta em decorrência da queda na produção em muitos países.
O relatório estima que essa alta terá reflexos nos preços das carnes, por causa da alimentação dos animais.
Petrobras fabricará biodiesel para empresa portuguesa De acordo com o estudo, o Brasil é um dos países onde a produção de biocombustível mais cresce, devendo atingir 44 bilhões de litros na próxima década, ou 145% a mais que em 2006.
Nos EUA, a produção de etanol, baseada no milho, deve crescer 50% este ano e dobrar até 2016. Em conseqüência, diz o estudo, o uso do milho para produção de combustível passará de um quinto da colheita em 2006 para 32% em 2016.
Já na China, que também faz etanol a partir de milho, OCDE e FAO estimam que a produção atingirá 3,8 bilhões de litros em 2016, contra 1,5 bilhão no ano passado.
O relatório também afirma que a produção e o consumo de produtos agrícolas em geral crescerão mais nos países em desenvolvimento do que nas nações ricas — principalmente carnes bovina e suína, manteiga, leite desnatado e açúcar.
Além disso, os países da OCDE perderão uma fatia das exportações de quase todas as commodities agrícolas.
Confirmando essa tendência, a Petrobras e a portuguesa Galp Energia assinaram ontem um termo de compromisso para a produção de 600 mil toneladas por ano de óleos vegetais no Brasil. Metade irá para as refinarias da Galp e a outra metade será processada pela Petrobras, que depois exportará o biodiesel resultante para Portugal e outros países da Europa.

Lula contesta críticas sobre biocombustíveis - Vivian Oswald – O Globo – Economia – 06/07/2007

Presidente diz que produção não ameaça agricultura e que países desenvolvidos não podem dificultar exportações

BRUXELAS. O presidente Lula rebateu ontem as principais críticas dos países ricos ao aumento da produção de biocombustíveis nas nações em desenvolvimento e cobrou do mundo desenvolvido o compromisso de impedir que sejam impostas barreiras às exportações desses produtos. Convidado de honra da Conferência Internacional de Biocombustíveis, organizada pela Comissão Européia, Lula garantiu que o maior consumo de etanol e biocombustíveis não representa ameaça para produção agrícola mundial.
— A experiência brasileira mostra ser incorreta a oposição entre uma agricultura voltada para a produção de alimentos e outra para a produção de energia. A fome no país diminuiu no mesmo período em que aumentou o uso dos biocombustíveis. O plantio da cana-de-açúcar não comprometeu ou deslocou a produção de alimentos — disse.
Segundo o presidente, o cultivo de cana-de-açúcar no Brasil ocupa menos de 10% da área cultivada do país, ou seja, menos de 0,4% do território: — Essa área, é bom que se diga, fica muito distante da Amazônia, região que não se presta à cultura da cana.
Em discurso destinado às principais autoridades européias, cientistas e empresários, Lula aproveitou para pedir aos países ricos que não imponham obstáculos à comercialização dos biocombustíveis: — Não podemos emitir sinais contraditórios. Os mesmos governos que reiteram seus compromissos com o desenvolvimento sustentável e com a redução do efeito

estufa não podem criar empecilhos para que os biocombustíveis se transformem em commodities internacionais. Não podem gravar suas importações com pesadas alíquotas, que não aplicam ao petróleo e ao gás.
Antecipando-se às exigências que podem vir a ser feitas pelos países desenvolvidos para importar biocombustíveis, Lula anunciou a criação do Programa Brasileiro de Certificação Técnica, Ambiental e Social dos biocombustíveis, que deverá estar pronto até o fim do ano.
A idéia é garantir que toda a cadeia de produção no país siga critérios ambientais, sociais e trabalhistas.
Essa é uma das principais cobranças dos europeus, que pretendem introduzir um mecanismo de sustentabilidade na nova lei de biocombustíveis que a comissão deve propor este ano.
Lula também criticou o estudo divulgado ontem pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), que prevê o aumento dos preços dos alimentos em virtude do crescimento da demanda por biocombustíveis: — Esse estudo deveria apresentar quanto os preços dos alimentos subiram depois que o barril de petróleo passou de US$ 28 para US$ 70.
Lula se diz otimista sobre acordo na OMC Sobre a Rodada de Doha, no âmbito da Organização Mundial
de Comércio (OMC), Lula se disse mais otimista e confiante de que os países chegarão a um acordo.
— Volto ao Brasil depois desses dois dias com a convicção de que será possível fechar um acordo. Já tivemos muitos problemas, mas hoje, com o clima tão positivo de que é necessário encontrar um entendimento, estou muito otimista.
O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, que se reúne hoje em Genebra com o diretor-geral da OMC, Pascal Lamy, além de representantes europeus, americanos e indianos, também se disse mais otimista.
Sem falar em números, afirmou que as faixas negociadas já estão mais próximas do que se quer.
Apesar do fracasso da reunião de Potsdam, na Alemanha, em que o Brasil e a Índia se retiraram das negociações atribuindo aos EUA e à UE a culpa por não se chegar a um acordo, Amorim dá a entender que o clima das negociações melhorou e afirma que não se pode fazer "o jogo das culpabilidades".
— O que estamos fazendo na OMC é um exercício da democracia comercial. E é normal que todos queiram ganhar alguma coisa. É normal que não seja um processo fácil — disse Lula.

A alternativa dos biocombustíveis - Luiz Inácio Lula da Silva – Valor Econômico – Opinião - 05/07/2007
Hoje, em Bruxelas, abrirei, juntamente com o presidente da Comissão Européia, Durão Barroso, a Conferência Internacional sobre Biocombustíveis. Será uma excelente oportunidade de chamarmos a atenção da comunidade internacional para um tema prioritário da agenda global: as fontes alternativas de energia.
Multiplicam-se catástrofes naturais, conseqüência do aquecimento climático, assim como as incertezas em torno do fornecimento dos combustíveis fósseis. O mundo está confrontado com um duplo desafio: como alcançar a segurança energética sem causar desequilíbrios ambientais? Como reduzir padrões insustentáveis de consumo nos países

desenvolvidos e, ao mesmo tempo, atender às aspirações ao bem-estar de povos em países pobres?

O programa brasileiro de biocombustíveis - testado e aprovado desde 30 anos - mostra que temos à nossa disposição uma resposta promissora para essa questão que envolve a segurança nacional e mesmo planetária.

Ao adicionar 25% de etanol derivado da cana-de-açúcar à gasolina ou utilizar álcool puro em carros "flex-fuel", reduzimos em 40% o consumo e a importação de combustíveis fósseis e deixamos de emitir, desde 2003, mais de 120 milhões de toneladas de gás carbônico.

O potencial das biomassas vai além da geração de energia limpa e renovável. A indústria do etanol já criou, diretamente, 1,5 milhão e, indiretamente, 4,5 milhões de postos de trabalho no Brasil. O programa do biodiesel, em fase inicial, já emprega mais de 250 mil pessoas, sobretudo pequenos agricultores em zonas semi-áridas deprimidas, gerando renda e ajudando a fixar a população à terra.

Esses programas reduzem migrações desordenadas e o conseqüente inchaço das grandes cidades e a marginalização urbana. Diminui a pressão de garimpeiros e agricultores sobre florestas nativas.

Contrariamente ao que alguns afirmam, os biocombustíveis não ameaçam a segurança alimentar, pois sua produção ocupa em torno de 2% das terras agricultu ráveis do país. A expansão da cana tem contribuído para recuperar áreas de pastagem degradadas, de baixo ou nenhum potencial agrícola. Ocorre em regiões distantes da Amazônia, cujo solo e clima são inadequados para o cultivo da cana.

O programa de biocombustíveis se soma assim às ações governamentais em defesa da biodiversidade amazônica: repressão ao desmatamento e à grilagem de terras, além da criação de 20 milhões de hectares em unidades de conservação. Juntamente com a concessão de terras para a exploração sustentável de madeira, esse conjunto de medidas permitiu reduzir em mais de 50%, nos últimos três anos, as taxas de desmatamento e, portanto, de emissão de gases de efeito estufa.

Os biocombustíveis não ameaçam a segurança alimentar, sua produção ocupa em torno de 2% das terras agricultu ráveis

---

Por meio de sistema nacional de certificação, vamos garantir que toda a cadeia de produção dos biocombustíveis no país respeite critérios ambientais, sociais e trabalhistas consagrados na legislação e exigidos pela sociedade.

Aí reside a grande força dos programas brasileiros de biocombustíveis: eles fazem parte de uma estratégia integrada de proteção ambiental, centrada no desenvolvimento sustentável do país em termos econômicos, sociais e ambientais.

Estou convencido de que os biocombustíveis devem ocupar lugar central em uma estratégia planetária de preservação do meio ambiente. Por isso, o Brasil defende esforço concertado para difundir essa revolução das biomassas. Acordos que assinamos com Estados Unidos e que estamos estabelecendo com países europeus prevêem a implantação de projetos triangulares na América Central, Caribe e África unindo tecnologia brasileira a condições climáticas e de solo favoráveis nessas regiões.

Todos sairemos ganhando. Países em desenvolvimento gerarão empregos e renda para populações marginalizadas, e divisas para dinamizar suas economias. Países desenvolvidos

poderão acessar fontes de energia limpas a preço competitivo, ao invés de investir em custosas inovações para tornar menos poluentes os combustíveis convencionais.
Nada disso diminui a responsabilidade dos países desenvolvidos de adotar sérias normas de controle de emissões. Não diminuirá tampouco a disposição de países em desenvolvimento em implementar políticas de redução de emissões, apoiadas por um efetivo fluxo internacional de recursos e tecnologia. É esse o sentido da proposta brasileira de incentivos aos países em desenvolvimento que desacelerarem o desmatamento.
A resposta à ameaça do aquecimento global não está, portanto, em restringir o acesso de populações pobres a padrões mínimos de bem-estar. Não é necessário forçar os países em desenvolvimento a uma escolha injusta: reduzir seu ritmo de crescimento ou adotar novas tecnologias altamente onerosas.
Ao mesmo tempo, queremos desenvolver a próxima geração desses combustíveis, que poderá ser extraída de praticamente qualquer dejeto orgânico, em qualquer parte do mundo. E será a base de toda uma alternativa orgânica à petroquímica.
Além de vultosos recursos, esses avanços requererão tempo. E tempo é o que os países mais pobres - e nosso planeta - não têm. Urge implementar políticas que ajudem a garantir que a humanidade prosperará como um todo, sem deixar ninguém para trás, nem hipotecar o futuro das novas gerações.
Essa é a mensagem que levo à Conferência de Bruxelas: estão ao nosso alcance experiências amplamente testadas e comprovadas para começarmos a responder a um desafio que se avoluma a cada dia. Por essa razão, o Brasil está organizando, em 2008, uma Conferência Mundial sobre Biocombustíveis. Juntos, poderemos construir uma estratégia verdadeiramente global, justa e duradoura.
Luiz Inácio Lula da Silva é presidente da República.

Brasil e UE juntam forças por clima e etanol - Assis Moreira – Valor Econômico – Brasil - 06/07/2007
O Brasil e a União Européia (UE) juntaram forças ontem na proteção do clima e para criar um mercado internacional de biocombustível (etanol e diesel) sustentável, que assegure produção com padrões ambientais e sociais. Sob aplausos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva reiterou na primeira conferência internacional de biocombustíveis, realizada em Bruxelas, que o produto deve ter um lugar central numa estratégia planetária de preservação do meio ambiente.
Para o presidente, o etanol e o biodiesel ajudarão a reduzir o fosso entre países ricos e pobres ao proporcionar que mais de 100 países passem a ser produtores, comparado a apenas 20 nações que hoje produzem petróleo, a principal commodity global.
"Vamos trabalhar com o Brasil no setor de biocombustível e em toda agenda em geral de proteção do clima", afirmou o presidente da Comissão Européia, José Durão Barroso. "Há alguns riscos associados ao produto e por isso foi muito importante ouvir o presidente Lula mostrar que está comprometido com biocombustíveis que sejam sustentáveis e bem aceitos do ponto de vista ambiental e social".
Um analista brasileiro observou que o Brasil e a UE estão na mesma linha, mas que o "timing" é que foi ruim, com jornais da Europa publicando a libertação de 1.106 "trabalhadores escravos" de um canavial no Pará.
A mensagem de Lula em Bruxelas foi de que os biocombustíveis sejam vistos globalmente. Insistiu que as pessoas querem sair da dependência em relação ao petróleo, mas com

solução nacional. Os Estados Unidos resolveram produzir etanol a partir de milho, com subsídios que chegam a US$ 4,5 bilhões. Cada país está tentando encontrar uma saída nacional e é isso que cria o dilema entre alimentos e energia.
Para Marcos Jank, presidente da Unica, entidade da indústria de cana-de-açúcar em São Paulo, o presidente Lula está correto. "Abordar o produto globalmente, e não sob a ótica de seu produtor nacional, mostrará que as melhores plantas estão na zona tropical. Sempre haverá vantagem comparativa nos trópicos porque a cana-de-açúcar é melhor do que a milho e beterraba, e palma é melhor que a colza. Quando se puder fazer álcool de celulose, o Brasil vai usar o bagaço da cana."
Para criar o mercado mundial, é preciso definir padrões, as características básicas do biocombustível. As discussões, principalmente entre os países com mais produção e consumo - EUA, UE e Brasil - estão avançadas. "O que não pode acontecer é os EUA terem um padrão e a Europa outro", diz Jank. "Se a Europa aceitar 0,2% de água no álcool anidro e os EUA, 0,5%, essa diferença pode ser importante e pode não ter a commodity."
A questão sobre a certificação de como o etanol é produzido é mais complicada. Jank destaca que o grande problema do etanol nos Estados Unidos é tarifa. Os americanos não demonstram boa vontade em discutir com o Brasil para dar acesso ao produto. A Europa é diferente, pois precisa importar óleo vegetal e etanol. Ocorre que os europeus querem condicionar a importação com padrão ambientalmente correto. É onde entra sua própria noção de certificação, que poderá incluir questões como desmatamento, agroquímicos etc.
Em Bruxelas, o presidente Lula propôs que a certificação seja discutida globalmente. O Brasil quer estar no centro do debate e anunciou sua própria iniciativa, que será coordenada pelo Inmetro. "O setor da cana-de-açúcar não tem nenhum temor de discutir, o que não queremos é que sejam impostas como barreiras não tarifárias", afirmou Jank. "O grande risco é que seja criada uma certificação ambiental (na UE) para defender o produto deles. Hoje, não tem certificação para petróleo, mas querem para biocombustível, porque tem lobbies importantes."
Durante o encontro, o ministro de Comércio da Suécia, Sten Tolgfors, declarou-se "convencido" de que, para se criar o mercado global para biocombustíveis, os países devem desmantelar barreiras ao produto. E conclamou imediatamente a UE a dar exemplo, abolindo as tarifas na importação de produtos como o etanol. Ele destacou que o etanol produzido no Brasil custa a metade do etanol europeu, a partir de cana-de-açúcar que é mais eficiente na redução de emissões de gases.

Lula reclama de críticas ao etanol do país - Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil - 10/07/2007
O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acusou ontem os países ricos de pretenderem formar "um cartel para tentar impedir o Brasil de transformar-se em uma grande nação". A acusação foi feita durante o programa semanal de rádio "Café com o Presidente" e foi uma reação ao noticiário negativo sobre o etanol brasileiro na Europa. Lula disse que os "adversários" tentam "levantar todo e qualquer tipo de calúnia contra a qualidade do etanol, contra a qualidade do biodiesel".
Segundo apurou o Valor, o presidente está convicto de que o noticiário europeu, que acusou o etanol de devastar áreas da Amazônia e valer-se de trabalho escravo, está influenciado pelo lobby das grandes empresas petrolíferas. O presidente criticou ainda, no seu programa

de rádio, a intenção das nações desenvolvidas de cobrar taxas elevadas de importação para o combustível brasileiro.
A chanceler alemã, Angela Merkel, telefonou ontem para o presidente para expressar "otimismo" quanto ao prosseguimento das negociações da Rodada Doha. Merkel propôs que o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, participe, no próximo dia 16, de um encontro com negociadores europeus. Segundo o porta-voz da presidência, Marcelo Baumbach, Lula aceitou a sugestão.
O presidente reclamou, no programa de rádio, da postura do governo americano e da União Européia nas negociações da OMC. Lula, segundo o porta-voz, avisou à chanceler alemã que "a boa vontade das partes não tem se traduzido em resultados concretos porque os números das propostas não têm correspondido à realidade".

Impacto de biocombustíveis ainda será pequeno – Assis Moreira – Valor Econômico – Internacional - 10/07/2007
A produção mundial de biocombustíveis - etanol e biodiesel - deve dobrar nos próximos cinco anos, com destaque para o Brasil devido à "rara vantagem competitiva em termos de custo de produção, agricultura e infra-estrutura".
É o que aponta um relatório da Agência Internacional de Energia (AIE), que no entanto levanta dúvidas sobre a viabilidade econômica da produção desses combustíveis em "certas regiões", incluindo os EUA, no médio prazo.

Produção mundial de etanol
Estimativa, em mil barris por dia

	2006	2007	2008	2009
EUA	330	417	474	533
Canadá	10	41	53	53
Alemanha	72	75	91	95
França	18	29	51	54
Itália	10	16	17	25
Holanda	1	4	14	21
Polônia	4	8	8	19
Espanha	9	22	40	59
Reino Unido	3	6	24	42
Austrália	5	15	19	23
China	29	37	61	61
Índia	10	14	27	29
Indonésia	2	12	21	21
Malásia	2	10	21	21
Tailândia	14	17	27	27
Brasil	293	316	368	421
Colômbia	4	9	12	14
Total mundial	**863**	**1.095**	**1.447**	**1.646**

A AIE estima que a produção global pode dobrar para o equivalente em petróleo a 1,8 milhão de barris por dia até 2012 - uma previsão bem "cautelosa" e bem abaixo do potencial de capacidade de produção de 2,9 milhões de barris previsto até aquela data.
No Brasil, a produção deve crescer mais rapidamente que em outros países, de 316 mil barris por dia em 2007 para 528 mil barris em 2012 (ver tabela), chegando assim a um terço do total mundial.
A agência aponta várias razões para precaução no médio prazo. Primeiro, a pressão sobre os preços de commodities como milho, açúcar, soja, trigo e óleo de palma reforça sua "preocupação" sobre a viabilidade econômica da produção de etanol e biodiesel em certas regiões, devido à concorrência entre a primeira geração de biocombustível e a cadeia alimentar.
Além disso, embora estime que o apoio político para os biocombustíveis aumentará, a AIE vê falta de engajamento de longo prazo e a possibilidade de que vários países deixem de manter subsídios para forçar os refinadores a misturar o biocombustível em seus produtos finais, e para investir na expansão de infra-estrutura e capacidade de refino.
Mesmo admitindo que os subsídios atuais serão mantidos, por exemplo nos EUA, a agência vê incertezas em ganhos para produzir etanol e biodiesel. A margem de lucro do etanol (baseado nos contratos futuros do produto na Bolsa de Chicago e tambem do milho) já caiu fortemente, de US$ 3,50 por galão no pico de junho de 2006 para cerca de US$ 0,57 recentemente, e a queda pode continuar nos próximos dois anos.
A agência nota que os EUA já enfrentam um excesso de etanol, refletido na queda de preço, por causa de produção superior a infra-estrutura e falta de incentivo para misturá-lo com a gasolina. Também chama atenção para projetos que foram cancelados, enquanto outros teriam baixa taxa de utilização por causa de condições não lucrativas. A situação ocorre também na Alemanha, onde o governo recuou na isenção de imposto na venda de biocombustível, tornando a produção não lucrativa.
A agência nota que, no momento, os preços das commodities continuam sendo mais favoráveis para sua utilização alimentos do que como combustível, e na medida que essa tendência se inverter o impacto sobre o preço da terra aumentará.
Em todo caso, a AIE prevê aumento de 50% no fornecimento de biocombustível para transporte entre 2007-2012, num ritmo mais acelerado nos EUA. O país pode alcançar sua meta de utilização de biocombustíveis já em 2012, três anos antes do previsto.
Ainda assim, os biocombustíveis continuarão marginais no suprimento global de petróleo, com 2% do total. O etanol (cerca de 78% de todo o biocombustível) e o biodiesel deverão substituir juntos 1,1 milhão de toneladas da demanda de petróleo em 2007, subindo para 1,8 milhão em 2012. O etanol deve substituir 27% do aumento de demanda por gasolina. Apesar da rápida expansão, o consumo de etanol representará só 6% da demanda mundial de gasolina, e o biodiesel ainda menos, 1%, concentrado nos países desenvolvidos (52% para etanol e 71% para biodiesel).
Enquanto nos EUA a produção já cresceu mais que o previsto, a Europa produz metade do biodisel mundial, e a produção de etanol também cresce rápido para alcançar 171 mil barris por dia em 2009. Já as dúvidas crescem em relação à concretização de todos os projetos anunciados na Ásia. A China temperou seu entusiasmo, diante da preocupação com a concorrência de etanol com alimentos e água.
Sobre a competição entre etanol e alimentos, a agência nota que 20% da terra arável nos EUA precisará ser alocada para colheitas usadas em biocombustível, para que alcance a fatia de 5,75% no combustível de transporte rodoviário no país até 2010.

A AIE estima que somente a partir de 2012 é que haverá produção de etanol de segunda geração, que necessita de enormes investimentos. (AM)

Biodiesel

Petrobrás vai exportar biodiesel para a Europa – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 04/07/2007

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva desembarca hoje em Lisboa, onde será convidado a formar uma aliança estratégica com a União Européia. No lado prático, a Petrobrás e a petroleira portuguesa Galp vão assinar um contrato que vai inaugurar a exportação de biodiesel para a Europa. Pelo acordo, o Brasil fornecerá 600 mil toneladas anuais de óleo e biodiesel.

A parcela em óleo será transformada em biodiesel pela Galp, numa usina ainda a ser construída. A comercialização e o refino ficarão a cargo de empresa formada por uma associação, meio a meio, entre a Petrobrás e a Galp. No futuro, essa empresa luso-brasileira pretende também incentivar o cultivo de sementes para a produção de biodiesel na África.

O acordo não significa que as exportações de biodiesel vão explodir. Apesar de as mudanças climáticas e a energia estarem no centro das preocupações européias, existem barreiras à utilização desse combustível, segundo negociadores. Do lado brasileiro, o problema é que o País só tem capacidade para atender à demanda interna e cumprir a meta de misturar 2% de biodiesel ao diesel até 2009.

Do lado europeu também há empecilhos ao uso mais intensivo do biodiesel. As montadoras resistem ao novo combustível e ameaçam não dar garantia aos motores que o utilizarem acima de determinadas quantidades. Além disso, há todo um emaranhando de normas que precisa ser construído.

A "agroinflação"... - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 06/07/2007

O chairman da multinacional suíça Nestlé, Peter Brabeck, afirmou ao "Financial Times" que a atual onda de aumento dos preços dos alimentos no mundo não reflete apenas fatores temporários, mas, também, mudanças estruturais de longo prazo na relação entre oferta e demanda globais. Em sua opinião, a "agroinflação" será uma preocupação por muito tempo.

...veio para ficar - Valor Econômico – Agronegócios – Curtas – 06/07/2007

De acordo com o "Financial Times", duas organizações internacionais previram, nesta semana, que os preços globais dos alimentos vão subir entre 20% e 50% ao longo da próxima década.

Biodiesel

Paraná inaugura usina para biodiesel - Evandro Fadel – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 24/07/2007

Objetivo é analisar desempenho e custos de várias matérias-primas
O governo do Paraná inaugurou ontem, no Instituto Tecnológico do Paraná (Tecpar), na Cidade Industrial de Curitiba, uma usina com capacidade para produzir de 500 a mil litros de biodiesel por dia. O objetivo é usar as mais diversas oleaginosas e gordura animal para analisar os custos de produção, além de fazer testes em motores. A usina será movida com o biodiesel produzido. Na inauguração, o governador do Paraná, Roberto Requião (PMDB), afirmou que o Estado vai investir 'pesadamente' na construção de usinas semelhantes, em associações com agricultores e pequenas cooperativas.
O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse que a idéia nasceu há três anos, quando ele ainda fazia parte da equipe do governo estadual. 'Foi uma iniciativa importante, pois deu certa dianteira para o Paraná.' O Tecpar já desenvolve pesquisas laboratoriais com biodiesel desde a década de 80. Esta é a primeira experiência em escala semi-industrial. Começa com o óleo de girassol, mas a intenção é fazer testes com outras matérias-primas.
A usina, de 130 metros quadrados, custou R$ 845 mil, com recursos do Fundo Paraná. 'Temos a estrutura mais moderna para pesquisa e produção do biodiesel', afirmou o gerente da Divisão de Biocombustíveis do Tecpar, Bill Jorge Costa. Para Requião, o mais importante na proposta é o desenvolvimento sustentável. Ele assegurou que o biodiesel produzido segue normas internacionais, possibilitando que seja utilizado nos tratores sem que o produtor perca a garantia.

Petrobrás diversifica matéria-prima do biodiesel - Leonardo Goy – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2007

Além de tentar buscar a liderança na produção de biodiesel no País, a Petrobrás aposta no desenvolvimento de tecnologias próprias para usar, na fabricação do combustível, sementes oleaginosas de plantas tipicamente brasileiras, como a mamona, o dendê e o pinhão manso. A idéia da empresa é diversificar as matérias-primas usadas na produção de biodiesel para evitar as oscilações de preços de outras sementes que estão sujeitas ao mercado de alimentos, como a soja.
O gerente de Desenvolvimento Energético da estatal, Mozart Schmitt, anunciou ontem que, do ponto de vista técnico, a empresa já está conseguindo provar que o desempenho do biodiesel de mamona não fica atrás do combustível feito a partir da soja. Ele citou dados preliminares de um estudo que está sendo feito pela empresa, em conjunto com a Ford e a Unifacs, da Bahia, que comparam o desempenho do diesel comum com misturas de 5% (o chamado B5) de biodiesel feito apenas com mamona ou com soja nos motores de seis veículos Ford Ranger. 'Até o momento, os veículos testados já rodaram 45 mil quilômetros e não houve diferença entre os combustíveis', disse Schmitt.

O repórter viajou a convite da Petrobrás

Coplacana vai fabricar biodiesel - Rose Mary de Souza – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2007

Com investimento de R$ 10 milhões, usina irá processar soja e produzir combustível para a frota dos associados

Os produtores de cana-de-açúcar vinculados a Cooperativa dos Plantadores de Cana do Estado de São Paulo (Coplacana) terão sua própria usina de biodiesel em fevereiro de 2008. O óleo será extraído da soja, cultivada em área de rotação da cana e irá movimentar colheitadeiras, treminhões, tratores e demais equipamentos da frota da cooperativa e de seus cooperados.

Os ciclos de desenvolvimento da cana e da soja são bem definidos, o que permite intercalar essas culturas em diferentes momentos em um mesmo espaço sem prejuízo a nenhuma delas, explica o engenheiro agrônomo e gerente-administrativo da Coplacana, Klever José Coral.

A semeadura da soja acontece em outubro, logo após a colheita da cana. E a usina entra em operação no fim da colheita da soja, em fevereiro, quando os produtores já se preparam para a próxima lavoura de cana.

Segundo Coral, a chamada cana de ano e meio (ciclo de 18 meses) deixa a terra livre por 6 meses entre o fim da colheita e o início do replantio. 'Podemos aproveitar a mesma estrutura de mão-de-obra e maquinários da cana, com poucas adaptações', explica. A cana de ano (12 meses) entra no rodízio.

A princípio a soja ocupará as áreas canavieiras em que a queimada é proibida, como a faixa de um quilômetro no entorno do perímetro urbano. O projeto envolve 50 cidades localizadas até um raio de 200 quilômetros de Piracicaba. E também o espaço entre redes de eletricidade e com grande declividade, de difícil acesso para as máquinas.

RODOVIA DO AÇÚCAR

A primeira unidade será inaugurada em fevereiro na Rodovia do Açúcar, km 171, em Piracicaba. A capacidade será de 45 mil litros de óleo de soja por dia (45 m3/dia) ou 13,5 milhões de litros por ano. Segundo o agrônomo e empresário, se a composição do biodiesel for B20, ou seja, 20% de óleo de soja misturada a 80% de óleo diesel, a produção será de 180 mil litros de B20 por dia (quase 50 milhões de litros por ano).

RESÍDUOS RENTÁVEIS

O resíduo da moagem do grão, o farelo de soja, subproduto muito valorizado como complemento alimentar animal 100% vegetal para bovinos, suínos e aves, também poderá gerar receita. Atualmente, os pecuaristas da região compram o farelo longe, por falta do produto em locais próximos. A usina irá gerar mil toneladas por dia de farelo, suficiente para abastecer grande parte da região segundo Coral.

No início da operação a usina irá produzir apenas 15 m3 de óleo, assimilando a soja cultivada em uma área inicialmente prevista de 10 mil hectares. Esse volume será ampliado com o tempo, até atingir a capacidade total.

A disponibilidade de área para soja é de 35 mil hectares, divididos entre os 7 mil cooperados ligados às 14 filiais da Coplacana.

O investimento na construção da usina será em torno de R$ 10 milhões, bancados em parte pela cooperativa e complementado por recursos vindos de linhas de crédito do Finame, por meio do BNDES. A usina irá empregar 30 pessoas na linha de produção e no laboratório para pesquisa e análise. INFORMAÇÕES: Coplacana, tel. (0--19) 3401-2200

Cidade do Tocantins terá usina de biodiesel – Estado de São Paulo – Caderno Agrícola – 25/07/2007

A Metacortex Consultoria e Modelação de Recursos Naturais, especializada em consultoria agropecuária e florestal, estrutura a instalação de uma usina de biodiesel em Paraíso (TO). A empresa captará recursos e será responsável pela gestão do processo agroindustrial. A usina terá capacidade para produzir 100 milhões de litros de biodiesel/ano e utilizará girassol e pinhão-manso como matérias-primas.

Agroenergia estimula safra de grãos - Márcia De Chiara e Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/07/2007

O boom na agroenergia acelerou a recuperação da agricultura de grãos no Centro-Sul do País. A disparada do preço da soja no mercado internacional abriu perspectivas favoráveis para os produtores brasileiros na safra 2007/2008, que começa a ser plantada em setembro.

A soja, cotada a US$ 14 por saca, supera hoje a média histórica de US$ 10. Com isso, recupera a rentabilidade e volta a competir com a cana-de-açúcar, que, no último ciclo de expansão, invadiu o seu território. Diante da chance de ganhos maiores, produtores reavaliam a troca do grão por canaviais.

As primeiras projeções para a nova safra indicam uma produção recorde de soja com 62,8 milhões de toneladas, segundo a RC Consultores. Para o milho, a perspectiva é de uma safra em 2008, também recorde, de 55,8 milhões de toneladas. Para ambos os produtos, a expectativa é de crescimento de 10%, diz a RC.

Apesar do aumento na produção, os preços não devem recuar tão cedo. "A agroenergia mudou o nível de preços da soja e do milho no curto prazo. Essa valorização deve durar duas safras", afirma o diretor da consultoria, Fábio Silveira. Para 2007 e 2008, ele prevê preços firmes. Em 2007, tanto a soja como o milho devem ter uma valorização na casa de 30% em dólar no mercado internacional.

O movimento de alta do milho e da soja foi desencadeado pela decisão dos Estados Unidos de ampliar a produção de álcool extraído do milho no fim de 2006. Como a área plantada com milho concorre com a de soja naquele país, a expansão na produção de milho dos EUA provocou queda de 15,1% no plantio da soja deste ano, a menor extensão desde 1996, segundo o Departamento de Agricultura dos EUA. Isso valorizou as cotações do grão e tem impacto na safra brasileira de grãos 2007/2008, a primeira depois da decisão americana.

Valorização da soja já é determinante para uma reavaliação do que produzir entre agricultores de grãos no Brasil. O avanço da agroenergia baseada na cana nos últimos anos havia sido facilitada pela baixa rentabilidade das culturas concorrentes, a soja inclusive. Mas a superprodução de cana, que neste ano deve atingir 420 milhões de toneladas na Região Centro-Sul, deprimiu os preços para os produtores.

"Quem ficou em soja vai ganhar mais do que quem foi para a cana nesta próxima safra", disse Bruno Jacintho, produtor de cana e soja da região noroeste de São Paulo. Em junho, o

preço da tonelada de cana chegou a R$ 29,34. No mesmo mês do ano passado, o preço havia sido de R$ 42,20 por tonelada, segundo dados do Consecana.
A consultoria Agroconsult acredita que a melhoria da rentabilidade da soja no mercado internacional eleve em cerca de 6% a área plantada na safra 2007/2008. A estimativa é que sejam semeados 22 milhões de hectares.

Cultura de grãos puxa venda de fertilizantes - Márcia De Chiara e Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/07/2007

Setor vendeu 9,4 milhões de toneladas no primeiro semestre, volume 62% superior a igual período de 2006
A mudança no ânimo dos produtores de grãos fica nítida no desempenho da venda de insumos até agora. No primeiro semestre, a indústria de fertilizantes, por exemplo, vendeu 9,4 milhões de toneladas de adubos, um volume 62% maior na comparação com o mesmo período de 2006.
"Este foi o melhor primeiro semestre da indústria de fertilizantes", diz o diretor-executivo da Associação Nacional para a Difusão de Adubos (Anda), Eduardo Daher. Ele observa que uma parte desse crescimento se deve à base fraca de comparação. "No primeiro semestre de 2006 havia muito ceticismo em relação ao agronegócio, quadro exatamente inverso do que ocorre hoje."
Também uma parcela desse total de adubos, entre 1,4 milhão e 1,6 milhão de toneladas, se refere à antecipação de compras de produtores para escapar do risco de aumento de preços, diante da demanda aquecida por fertilizantes. Neste ano, os preços dos adubos subiram em média entre 30% e 40%, segundo o gerente comercial de Insumos da Cocamar Cooperativa Agroindustrial, de Maringá (PR), Reinoldo Martiniano da Rocha.
Daher lembra que os problemas de transporte também contribuíram para a antecipação de compras. Mas o fator mais importante para o aumento das vendas foi o preço excepcional das commodities. A soja deve responder neste ano por cerca de 35% dos volumes comercializados de adubos, uma fatia ligeiramente maior do que em anos anteriores. Já o milho deve ficar na vice-liderança no consumo de adubos, seguido pela cana, diz o diretor da Anda.
O otimismo do campo também fez os fabricantes de máquinas agrícolas ampliarem a expectativa de crescimento de vendas para este ano de 25% para 28,5% em número de equipamentos ante 2006, segundo Milton Rego, vice-presidente da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea) e diretor da CNH.
Rego conta que a sua empresa contratou no primeiro semestre 477 trabalhadores na unidade de Curitiba (PR), onde são fabricados tratores e colheitadeiras, para atender à demanda. "A recuperação do mercado de grãos para exportação, especialmente no Sul, é um fator que puxa o crescimento na venda de máquinas", diz o diretor.
Ele pondera que a mecanização na cana é ainda muito pequena para explicar o bom desempenho das máquinas neste ano. De toda forma, ele observa que a base de comparação também é fraca. Por conta da crise da agricultura de grãos, os volumes vendidos de máquinas agrícolas em 2006 foram muito pequenos, se comparados às vendas anuais entre 2002 e 2004.

No ano passado, foram vendidas 1.030 colheitadeiras e 20,4 mil tratores agrícolas. Entre 2002 e 2004, o mercado brasileiro absorveu 30 mil tratores por ano e 5,5 mil colheitadeiras, segundo dados da Anfavea.

Soja quebra a unanimidade da cana-de-açúcar - Agnaldo Brito e Márcia De Chiara – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 29/07/2007

Superoferta de etanol e alta das cotações do grão no mercado internacional levam produtores a rever planos

A soja volta a ganhar força para disputar com a cana-de-açúcar a preferência dos agricultores da região Centro-Sul, depois de duas safras em baixa. Produtores do noroeste paulista e do Triângulo Mineiro - novas fronteiras para a expansão do setor sucroalcooleiro - já reavaliam a estratégia de ceder novas áreas para formação de canaviais. No curto prazo, a disputa entre as duas culturas voltou a existir.

Dois fatores levaram os produtores a reavaliar os investimentos em cana por enquanto. O primeiro deles é a queda do preço da cana, provocada pela demanda internacional que ainda é insuficiente para absorver a superoferta de etanol. O segundo é a recuperação de preços da soja no mercado internacional. Alguns produtores admitem que vão reduzir.

"A recuperação do preço da soja me fez avaliar melhor. Não vou desistir de plantar cana, mas neste ano vou reduzir esse investimento e desviá-lo para o aumento da área de soja", revela Marcos Cesar Brunozzi, produtor e prefeito de Pirajuba, no Triângulo Mineiro. Brunozzi tem 6,3 mil hectares de área agricultável, dos quais 4,5 mil já estão dedicados à cana. "O assédio para converter os outros 1,8 mil hectares em canavial é enorme. Mas neste ano vou manter essa área com soja e ainda arrendar outros 500 hectares para ampliar a área de grãos", diz.

Os produtores falam em senso de oportunidade. Não há grandes ilusões com a soja, afinal, os problemas com a cultura não foram pequenos em passado recente. O que voltou a existir é o "equilíbrio" entre a rentabilidade da cana e da soja. "Os bons preços da soja vão dificultar a conversão de área de grão para canaviais, o que é muito bom. Significa que os produtores têm alternativa", diz Ademir Ferreira Melo, produtor de cana e soja no Triângulo.

Melo já possui um canavial de 5 mil hectares e avalia a mudança de uma gleba de 3,5 mil hectares de grãos para produção de cana. Ainda não há uma decisão tomada. De qualquer forma, Melo afirma que, mesmo se isso ocorrer, não vai deixar de fazer o plantio de grãos. No longo prazo, a cultura canavieira - com ciclo mais longo, de 6 a 7 anos - tem perspectivas de rentabilidade maiores.

Para o diretor da RC Consultores, Fábio Silveira, a decisão de agricultores de considerar a soja mais rentável e reduzir a área com cana-de-açúcar reflete uma visão oportunista do negócio. "Um bom analista tem de considerar a perspectiva de longo prazo", pondera. Nesse caso, o cultivo da cana se configura como uma lavoura promissora em razão das perspectivas do etanol tanto no mercado doméstico como no internacional. No mercado doméstico, por exemplo, o carro bicombustível já representa 80% das vendas de veículos novos.

Segundo o economista, outra análise equivocada é que o aumento das áreas destinadas à produção de grãos para obter energia provocaria o encarecimento nos preços dos alimentos. "Essa é uma discussão mal colocada", adverte. Silveira argumenta que, diante da maior procura pelos produtos, a oferta aumenta e o mercado se equilibra.

Biodiesel pode elevar preços do sabão **– Flávia Oliveira – O Globo –Negócios e cia – 20/07/2007**

Os preços do sabão e do sabonete podem aumentar até 20% nos próximos três meses, alerta a Abisa, associação que reúne as empresas do setor. A explicação está no uso do sebo para produção de biodiesel no país. Em apenas dois meses, o quilo do insumo subiu de R$ 0,70 para R$ 1,10. Para a entidade, a falta de regulamentação faz com que o desenvolvimento de um setor da economia atrapalhe outro.

Petrobras inicia testes com biodiesel à base de mamona – Flávia Barbosa – O Globo – Economia – 25/07/2007

GUAMARÉ (RN) e NATAL. Principal parceira do Programa Nacional de Biocombustíveis, a Petrobras está muito próxima de tornar realidade a obsessão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de fazer da mamona a matéria-prima de um combustível internacional. A estatal já consegue produzir com tecnologias brasileiras — uma delas patenteada — biodiesel com padrões que atendem também os mercados americano e europeu.

Além disso, o desempenho de veículos nas estradas mostra que o óleo vegetal faz tão bem aos motores quanto o diesel comum.

Testes em parceria com a Ford e a universidade Unifacs (BA) mostraram que o desempenho do veículo usando diesel misturado a 5% de óleo de mamona (B5) é idêntico ao do motor que roda com o combustível fóssil e o B5 de soja.

— O motor não reclama — comemora Mozart Schimitt, gerente de desenvolvimento energético da Petrobras.

— Isso quer dizer que mamona dá! Para provar que não só a mamona, mas outras oleaginosas brasileiras — como dendê e pinhão manso — são viáveis, a Petrobras também já investiu R$ 20 milhões, desde 2005, em duas unidades experimentais no Pólo de Guamaré, a 180 km de Natal (RN). A primeira está fazendo adaptações na forma clássica de produção para processar o óleo da mamona e de outras sementes nacionais.

A segunda é inédita. Já extrai biodiesel de dentro da mamona.

Isso elimina a compra do óleo — que representa 80% do custo de produção de biodiesel — e permite a instalação de uma usina em qualquer rincão próximo à produção das sementes.

— Temos quase 100 milhões de hectares disponíveis no Brasil para cultivo. Isso quer dizer que o Brasil pode ser a Arábia dos biocombustíveis — aposta Carlos Khalil, do Centro de Pesquisas da Petrobras (Cenpes) e criador do processo que resultou em patente em 2003.

Usinas iniciam produção regular em 2008 Os procedimentos industriais em curso são distintos, mas têm objetivos únicos: desenvolver tecnologia própria para processar as plantas brasileiras — o mundo está voltado à soja (EUA) e à canola (Europa) como matéria-prima —, reduzir os custos e alcançar independência em relação às safras.

— Produzir biodiesel a partir de oleaginosas fora da cadeia alimentar é o ideal, para fugir de quebra de safra, ou seja, ter matéria-prima o tempo todo. A mamona nos oferece isso — afirma Mozart Schimitt.
As duas usinas entrarão em produção regular no próximo ano. A partir de janeiro de 2008, a mistura de 2% de biodiesel ao diesel será obrigatória. A Petrobras também está construindo três plantas — em Candeias (BA), Montes Claros (MG) e uixadá (RN). Elas vão produzir 171 milhões de litros por ano, 21,5% do mercado brasileiro estimado para 2008, com investimento total de R$ 227 milhões.
A estatal diz que grupos privados terão a liderança inicial do mercado, mas pretende assumir essa posição mais tarde, quando estiver com pleno domínio de suas novas tecnologias.
Em 2011, a Petrobras espera produzir 855 milhões de litros anualmente, 34% dos dois bilhões esperados para o país.
A prioridade da companhia é trabalhar com fornecedores da agricultura familiar, aproveitando o chamado Selo Social (que dá isenção fiscal às empresas que apostarem sobretudo nas regiões Nordeste e Norte). São 70 mil famílias beneficiadas com as três primeiras plantas.

Petrobras aposta em biodiesel a partir de sementes brasileiras – Diário de Cuiabá – 24/07/2007

Além de tentar buscar a liderança na produção de biodiesel no País, a Petrobras está apostando no desenvolvimento de tecnologias próprias para usar, na fabricação do combustível, sementes oleaginosas de plantas tipicamente brasileiras, como a mamona, o dendê e o pinhão-manso. A idéia central da empresa é diversificar as matérias-primas usadas na produção de biodiesel para evitar as oscilações de preços de outras sementes que estão sujeitas ao mercado de alimentos, como é o caso da soja.
Em entrevista coletiva em Natal (RN) para falar do projeto da Petrobras para o biodiesel, o gerente de Desenvolvimento Energético da estatal, Mozart Schmitt, anunciou hoje que, do ponto de vista técnico, a empresa já está conseguindo provar que o desempenho do biodiesel de mamona não fica atrás do combustível feito a partir da soja. Ele citou dados preliminares de um estudo que está sendo feito pela empresa, em conjunto com a Ford e a Unifacs, da Bahia, que comparam o desempenho do diesel comum com misturas de 5% (o chamado B5) de biodiesel feito apenas com mamona ou apenas com soja nos motores de seis veículos Ford Ranger. "Até o momento, os veículos testados já rodaram 45 mil quilômetros e não houve diferença entre os combustíveis", disse Schmitt.

Outro importante braço de pesquisas da Petrobras na área de biodiesel está no Rio Grande do Norte. A estatal montou duas unidades experimentais de produção de biodiesel em seu parque industrial de Guamaré. Ambas as unidades produzem a partir da mamona e de outras oleaginosas e podem começar a operar comercialmente já no ano que vem. Quando começarem a operar de modo contínuo, as duas plantas terão, somadas, capacidade para produzir entre 18 mil e 20 mil toneladas de biodiesel por ano, o suficiente para abastecer o mercado potiguar da mistura de 5% (B5) de biodiesel ao diesel comum, que só começará a ser obrigatória em 2013. Ao todo, a Petrobrás está investindo cerca de R$ 20 milhões nesses dois projetos.

Uma dessas plantas opera com a tecnologia tradicional de produção de biodiesel, que usa óleos vegetais para produzir o combustível. A outra planta, porém, já usa uma nova

tecnologia desenvolvida pela própria Petrobras: a de produção do biodiesel diretamente da semente. "A vantagem desse procedimento é exatamente a de pular uma das etapas da produção", disse o consultor-sênior da Petrobras responsável pela tecnologia, Carlos Khalil, explicando que, com essa nova técnica, não é necessário transformar as sementes em óleos vegetais.
A Petrobras ainda está analisando se o processo de fabricação a partir da semente é, de fato, mais eficiente do que o que usa os óleos. Mozart Schmitt destacou que uma vantagem clara da produção por sementes é a possibilidade de se instalar usinas de biodiesel em locais mais isolados, próximos dos produtores de grãos, mas distantes de unidades de fabricação de óleos. O custo também pode ser uma vantagem. Segundo Schmitt, a compra do óleo representa cerca de 80% do custo de produção do biodiesel.
As técnicas que estão sendo desenvolvidas nesses dois projetos deverão ser utilizadas pela Petrobras para adaptar as três grandes usinas que a estatal está construindo em Candeias (BA), Quixadá (CE) e Montes Claros (MG) e que devem começar a operar no fim deste ano. Para construir essas unidades, a Petrobras contratou a empresa Intecnial, que usa tecnologia americana de produção, que prioriza o processamento da soja
. A experiência no Rio Grande do Norte, contudo, servirá para adaptar esses três projetos para produzir também a partir de outras oleaginosas, como a mamona, o dendê e o girassol.
As três grandes usinas terão, somadas, capacidade para produzir 171 milhões de litros de biodiesel por ano, suficiente para abastecer cerca de 20% dos 800 milhões de litros que serão necessários para que, conforme determina a lei, todo o diesel vendido no país contenha 2% de biodiesel a partir do ano que vem
A meta principal da Petrobras é a de atingir, no longo prazo, a liderança na produção de biodiesel no país. A expectativa da empresa é a de atingir, em 2011, uma produção de 855 milhões de litros.

Etanol

Parceria põe R$ 100 milhões em pesquisa de etanol - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/06/2007

A Dedini S.A. Indústrias de Base, maior fabricante de usinas de açúcar e álcool do País, assina hoje com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) um convênio para investimento conjunto de R$ 100 milhões em pesquisa para novos processos de produção de etanol de cana.
Cada parte dará R$ 50 milhões ao longo de cinco anos. É a primeira vez que a Fapesp assina um convênio com uma empresa privada disposta a custear estes valores. A assinatura será no Simpósio Internacional e Mostra de Tecnologia da Agroindústria Sucroalcooleira (Simtec), que começa hoje, em Piracicaba (SP).
A Fapesp será a coordenadora do convênio de cooperação científica e tecnológica. O primeiro edital de chamada de projetos acontecerá nos próximos dias. Um comitê formado por membros da Dedini e da Fapesp escolherão os projetos para financiamento. Todos os pesquisadores ligados a instituições de pesquisa e ensino do Estado de São Paulo poderão apresentar propostas.
O escopo de pesquisa é amplo. Inclui as questões ambientais do avanço da economia canavieira, passa por estudos sobre logística no setor e alcança pesquisas no

desenvolvimento do etanol de segunda geração, o chamado álcool de celulose. Dedini e Fapesp já investiram no desenvolvimento de uma planta-piloto de produção de álcool de bagaço de cana. O projeto ainda não tem, porém, custos competitivos para produção em escala comercial.
Um dos objetivos do convênio será o de financiar pesquisas que possam indicar o caminho tecnológico para produção de etanol de bagaço de cana a preços competitivos. O crescimento da demanda mundial de álcool combustível para substituição da gasolina exigirá, segundo expectativa dos produtores, tecnologia capaz de expandir a capacidade de produção por hectare. Nessa seara, os Estados Unidos estão mais adiantados.

Governo prepara pacote para o etanol 'politicamente correto' - Adriana Fernandes e Renata Veríssimo –Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2007

Projeto que será enviado ao Congresso vai delimitar áreas de canavial para responder às críticas internacionais
O governo vai reagir às críticas internacionais que apontam riscos ao meio ambiente e à produção de alimentos em conseqüência da expansão dos biocombustíveis no País. Para isso, prepara o marco regulatório para o setor. Os bancos oficiais vão adotar uma espécie de financiamento politicamente correto, isto é, não darão crédito a projetos de plantio de cana e construção de usinas fora das áreas de zoneamento econômico, socioambiental e climatológico que o governo vai criar. Um projeto de lei será enviado ao Congresso definindo quem é quem no setor e as regras para produção e uso do biodiesel.
O governo quer estimular a produção de cana em áreas desativadas e degradadas de pecuária que, num cálculo preliminar, somam de 30 a 40 milhões de hectares. Com o zoneamento, o governo pretende identificar e delimitar as regiões de cana e outras culturas utilizadas na fabricação do biocombustível. Não serão permitidos plantios na floresta amazônica, no Pantanal e em outras áreas protegidas.
Um selo ambiental será criado. Só receberá o certificado, reconhecido internacionalmente, quem produzir o combustível de acordo com as regras do marco regulatório. O presidente Luiz Inácio Lula da Silva pediu urgência na coordenação dos trabalhos para que o projeto seja enviado logo no início de agosto, quando os parlamentares retornam do recesso. A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, teve reuniões na semana passada com representantes do setor para discutir o projeto.
Imagens de satélite serão usadas para identificar as áreas protegidas e as desfavoráveis para o plantio. Com o zoneamento, o governo também pretende controlar a eventual expansão de plantações em áreas tradicionalmente usadas para produzir alimentos.
Na avaliação do governo, há fortes interesses econômicos por trás das críticas internacionais. “As ONGs européias fazem essa propaganda porque, se o Brasil conseguir consolidar o biodiesel e o etanol como combustíveis de qualidade, as empresas petrolíferas vão perder”, alerta o presidente da Agência de Promoção de Exportações (Apex), Alessandro Teixeira, integrante do grupo de trabalho coordenado pela Casa Civil que prepara a política do setor. “O segundo ponto é que os europeus não deixam os nossos alimentos entrarem nos mercados deles. Então, vamos fazer uma conversa decente.”
MITOS

Para Gerardo Fontelles, secretário-executivo-adjunto do Ministério da Agricultura, tem havido muita desinformação e criação de "mitos" equivocados sobre o assunto, sobretudo com a difusão de notícias de que a Amazônia será tomada por plantações de cana e lavouras de alimentos serão substituídas para atender a demanda por biocombustível. Ele destaca que as terras amazônicas não são apropriadas para a produção de cana-de-açúcar e há terras suficientes em outras áreas.
"Não vamos permitir nada que afete o equilíbrio ambiental", diz Fontelles, que é um dos maiores especialistas do governo em crédito agrícola. O secretário ressalta que o zoneamento vai também orientar os financiamentos de projetos de construção de usinas para o processamento do combustível. "No caso da cana, a usina deve estar instalada num raio de 20 quilômetros da produção para que haja competitividade", diz.
Segundo o coordenador de Agroenergia do Ministério da Agricultura, Frederique Abreu, o selo ambiental será uma resposta aos países que apontam riscos para o meio ambiente e condições de trabalho com a expansão do biodiesel. "O produtor que não tiver o selo não vai conseguir vender o seu produto", afirma o especialista.
Para ele, também é falsa a idéia de que o programa de biodiesel ameaça a produção de alimentos. "A competição com alimentos existe em países pequenos, que têm de optar entre alimentos e energia. No Brasil, podemos aumentar a produção sem derrubar uma árvore". Ele lembra que menos de 1% do território nacional (7 milhões de hectares) é ocupado pela cana-de-açúcar.

Principais pontos – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 22/07/2007
Estratégia do governo
Geografia: Zoneamento vai orientar o crédito agrícola e os projetos de construção de usinas. Um mapa vai indicar onde a cana poderá ser plantada.
Financiamento: Bancos oficiais só darão crédito com base no zoneamento
Regulamentação: envio ao Congresso de projeto de lei definindo marco regulatório do setor
Selo: certificação socioambiental para facilitar a exportação do etanol
Mitos que o governo quer derrubar
Floresta: amazônica será tomada por plantações de cana-de-açúcar
Áreas de produção: de alimento serão substituídas por plantações de cana-de-açúcar
Condições de trabalho: vão piorar

Álcool chega a R$ 0,99. Finalmente - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2007
O preço do álcool hidratado vendido nos postos de combustível atingiu o menor valor este ano na Grande São Paulo. Alguns estabelecimentos já vendem o produto a R$ 0,99 o litro.
Ao contrário dos anos anteriores, o início da safra da cana-de-açúcar na Região Centro-Sul - embora tenha provocado forte redução dos preços nas usinas - demorou mais do que o normal para alcançar os consumidores.
Segundo levantamento da Agência Nacional do Petróleo (ANP) divulgada na semana passada, o preço médio do álcool hidratado nos postos de São Paulo foi de R$ 1,206. O preço do litro baixou quase 5% em quatro semanas.
'Este ano, a tradicional queda de preços do álcool na safra demorou mais do que nos anos anteriores. As distribuidoras não repassaram a queda obtidas nas usinas para os postos', diz

Joaquim Mesquita, diretor do Sindicato do Comércio Varejista de Derivado de Petróleo de São Paulo. A concorrência no setor deverá pressionar o preço ainda mais nas próximas semanas, avalia Mesquita.
O descompasso entre a queda de preços nas usinas e nos postos fez o governo criar um grupo de trabalho no âmbito do Ministério de Minas e Energia para discussão de novo modelo de comercialização e regulação do setor.
As mudanças, de acordo com o Sindicato Nacional das Empresas Distribuidoras de Combustíveis e Lubrificantes (Sindicom), devem ser anunciadas em setembro. Segundo Anísio Vaz, vice-presidente executivo do Sindicom, as distribuidoras aceitaram criar um contrato futuro de álcool negociado no mercado.
A União das Indústrias de Cana-de-Açúcar quer que o governo flexibilize o modelo e tire o monopólio de negociação com os postos das distribuidoras. As usinas querem também esse direito e acham que as mudanças podem dar maior estabilidade de preços na safra e na entressafra.

Goldman Sachs entra no etanol - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 27/07/2007

Banco faz um aporte de R$ 400 milhões e vira sócio do grupo Santelisa Vale, segundo maior do setor no País
O Goldman Sachs, um dos maiores bancos de investimento do mundo, responsável pela administração de aproximadamente US$ 400 bilhões em ativos, é o novo sócio da indústria de açúcar e álcool Santelisa Vale S.A., o novo nome da empresa resultante da fusão entre a Companhia Energética Santa Elisa e a Companhia Açucareira Vale do Rosário. A Santelisa passa a ser a segunda indústria do setor no Brasil, com capacidade total de processamento de 18 milhões de toneladas de cana por ano.
A participação do banco na empresa será de aproximadamente 15% do capital, o que determinou o aporte de R$ 400 milhões no negócio. O recurso já foi integralizado na nova estrutura de capital e permitiu à instituição fazer a indicação de um membro do conselho de administração que acaba de ser criado e que ficará acima da direção da nova companhia.
A família Biaggi terá cerca de 57% e será a sócia majoritário. A família Junqueira terá 28% do capital. Os Biaggi vão indicar quatro nomes para o conselho de administração e os Junqueira, dois nomes. A companhia terá uma diretoria-executiva que será presidida por Anselmo Lopes Rodrigues (ex-Santa Elisa), que contará com quatro diretores para as áreas de finanças e relações com investidores, administração, industrial e agrícola. Todos os nomes já foram escolhidos e serão anunciados nas próximas semanas.
'A participação do Goldman Sachs é um passo muito importante para a nova companhia, que tem como meta ser uma das líderes do mercado de açúcar e álcool no País', diz Rodrigues. A negociação para a atração da instituição foi acompanhada pelo Banco ING (conselheiro da operação) e pelos gestores GG Investimentos, do ex-ministro Antonio Kandir, e Gávea, do ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga.
A participação da GG e da Gávea no capital da empresa ainda não está descartada totalmente. 'Eles ainda podem participar da companhia no futuro, talvez na abertura de capital', diz Rodrigues. Esse, aliás, é o próximo passo: levar a Santelisa ao mercado de capitais. A previsão é que isso ocorra entre este semestre e o início de 2008.

A captação no mercado de ações pode ajudar a empresa no projeto de expansão da capacidade de processamento de cana. A previsão é que em três anos os seis projetos nos quais a Santelisa Vale participa entrem em operação e elevem a capacidade de produção dos atuais 18 milhões de toneladas para 33 milhões de toneladas de cana por safra.
A abertura de capital também poderá servir para garantir o alongamento da dívida de R$ 1,083 bilhão feita pela holding controladora da empresa, a B5, para o exercício do direito de preferência sobre as ações de sócios da Vale do Rosário - que queriam vender a participação para a Cosan, do empresário Rubens Ometto. A Cosan é a maior processadora de cana do País.
O banco Goldman Sachs será também sócio da Crystalsev, a empresa que fechou um acordo com a Dow Chemical para a construção do primeiro pólo integrado de produção de plásticos a partir de etanol.

Estrangeiros injetam mais de US$ 3 bi na construção de usinas – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/07/2007

DA SUCURSAL DO RIO - O potencial de crescimento do mercado mundial de álcool atraiu para o Brasil investidores estrangeiros. Com sócios como o ex-presidente do Banco Mundial James Wolfensohn e os fundadores da Sun Microsystems, Vinod Khosla, e da America Online, Steve Case, a Brenco investirá US$ 2,2 bilhões na construção de dez usinas. O megainvestidor George Soros também expande seus negócios no país.
Segundo dados da consultoria KPMG, das nove fusões e aquisições do setor em 2007, seis envolviam grupos estrangeiros. Em todo o ano de 2006, também foram nove negócios, dos quais seis foram realizados por empresas do exterior. "Há uma demanda muito forte por aquisições de usinas, que vai se intensificar", diz André Castello Branco, sócio da KPMG.
O vice-presidente de comercialização da Brenco, Rogério Manso, revelou que os quatro primeiros projetos já foram implantados. A produção começará em 2009 e cada uma demanda investimentos de cerca de US$ 220 milhões.
Cada unidade produzirá aproximadamente 380 milhões de litros/ano. A previsão é que as obras comecem no primeiro trimestre de 2008. A empresa já plantou mudas (3.500 hectares) e arrendou terras em municípios de Goiás e de Mato Grosso.
Outro megainvestidor internacional de olho no Brasil é George Soros. Ele é o maior acionista da Adecoagro, que investe US$ 900 milhões na construção de três usinas em Mato Grosso do Sul. Elas terão capacidade de produção de 900 milhões de litros de álcool - as unidades também são focadas exclusivamente no combustível. O investimento na Adecoagro foi feito pelo próprio Soros, sem a participação de seu fundo Quantum. Empresa tradicional do setor, a Companhia Energética Santa Elisa (que se fundiu recentemente com a Vale do Rosário) aplicará R$ 2 bilhões na construção de quatro usinas, numa associação com investidores internacionais.

Produto substitui petróleo em resinas plásticas – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/07/2007

DA SUCURSAL DO RIO -O interesse pelo álcool e a necessidade de aumentar sua produção fazem surgir (ou ressurgir) novas tecnologias e usos para o produto.

É o caso da indústria alcoolquímica, abandonada no país com a derrocada do Proálcool. A Braskem, maior petroquímica do país, vai produzir a resina plástica polietileno (usada em embalagens flexíveis) a partir do álcool.

Projeta investir de US$ 70 milhões a US$ 100 milhões numa unidade para produção de até 200 mil toneladas, segundo o vice-presidente de insumos da companhia, Manuel Carnaúba. Ao todo, a companhia produz 1,8 milhão de toneladas da resina.

O insumo convencional do setor é a nafta, derivado de petróleo. Com a nova técnica, o etanol substitui a nafta. Diante dos preços atuais do óleo na faixa de US$ 70, Carnaúba diz que o álcool é "bastante competitivo". Outra revolução em curso é a produção de etanol a partir de celulose. Liderados pelos EUA, estudos indicam que a produção a um custo viável será possível em 2010.

Carnaúba acredita que a produção a partir da celulose vá reduzir o preço do produto. Desse modo, impulsionará ainda mais a alcoolquímica. Diz, porém, que o projeto do "polietileno verde" será feito independentemente dessa nova tecnologia.

A Petrobras já pesquisa a tecnologia em uma unidade-piloto -no país, o bagaço e a palha da cana-de-açúcar poderão servir como matéria-prima. **(PS)**

BANCO VAI FINANCIAR GERAÇÃO A PARTIR DE BAGAÇO DE CANA – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – Vaivém de Commodities – 19/07/2007

Por determinação da ministra Dilma Rousseff (Casa Civil), o BNDES destinará recursos para financiar equipamentos de conservação de energia e de co-geração a partir do bagaço da cana-de-açúcar. Segundo o presidente do banco, Luciano Coutinho, esses são os dois mais novos alvos da política energética do governo que terão o apoio do BNDES. O governo, diz, identificou um alto potencial de geração de energia nas usinas de cana, ainda pouco explorado.

Goldman Sachs investe US$ 400 mi em álcool – JC- Folha de São Paulo – Dinheiro – 28/07/2007

Banco dos EUA entra como sócio minoritário do grupo Santelisa; união pode levar à abertura de capital

DA FOLHA RIBEIRÃO - Um investimento de R$ 400 milhões garantiu ao Goldman Sachs, um dos principais bancos de investimentos do mundo, a participação como sócio minoritário do grupo Santelisa Vale, empresa que surgiu com a fusão da Cia. Energética

Santa Elisa e a Cia. Açucareira Vale do Rosário, ambas sediadas na região de Ribeirão Preto (314 km ao norte de São Paulo).

Com a entrada do banco como novo acionista, o grupo pretende expandir o total de toneladas de cana a serem moídas para transformação em álcool e açúcar e abrir suas ações para o mercado de capitais, entre outros objetivos.

A Santelisa Vale é a segunda maior empresa de álcool e açúcar no Brasil -a primeira é a Cosan. As cinco usinas do grupo Santelisa moem atualmente 18 milhões de toneladas de cana, mas o grupo projeta, em três anos, chegar a 35 milhões de toneladas de cana por safra.
Para essa expansão, o grupo planeja abrir mais seis usinas em Goiás, Minas Gerais e outros Estados a serem definidos. Duas delas já estão sendo construídas, com previsão de começar a funcionar em 2008. Cada usina terá capacidade para moer 2,5 milhões de toneladas de cana por safra.

Abertura de capital

A abertura do capital é outra estratégia que ganha espaço com a entrada do Goldman Sachs, de acordo com o presidente da Santelisa, Anselmo Lopes Rodrigues. "A Goldman Sachs traz para a empresa todo o seu conhecimento na análise de riscos. Queremos, em um futuro próximo, abrir nosso capital para trabalhar com as ações da empresa", disse Rodrigues.

O investimento em novas formas de geração de energia e em derivados, segundo Rodrigues, é também o foco da união com o banco de investimentos.
A Santelisa detém 72% da Crystalsev, companhia que lançou na semana passada projeto para construção de um pólo alcoolquímico com a multinacional Dow Chemical para produzir polietileno (espécie de plástico) a partir do etanol. **(JC)**

Cresce fatia de grupo dos EUA na Cosan - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agroengócios - 16/07/2007
O grupo Cosan, maior produtor de açúcar e álcool do mundo, comunicou sexta-feira à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que a consultoria de investimentos americana Wellington Management, com sede em Boston, aumentou a participação acionária no grupo.
Segundo o anúncio, um dos maiores grupos de investimento do mundo, com registro na Security and Exchange Commission (SEC), passa a ter 5,06%, o que corresponde a 9.549.670 ações ordinárias. A participação desse investidor era inferior a 5%. Procuradas, a Cosan não comentou e a Wellington não retornou as ligações.
A Wellington Management possui ações da Cosan em nome de várias contas (fundos) para investimento. Ou seja, a operação não altera a composição do controle ou a estrutura administrativa da Cosan.
O maior acionista da Cosan é o conglomerado chinês Kuok, com cerca de 7%. Em junho, o grupo francês Tereos se desfez dos 6,2% de participação que possuía na gigante do açúcar.

A decisão ocorreu porque a Açúcar Guarani, controlada pelo grupo francês, deverá abrir capital na Bovespa. A venda da participação do Tereos na Cosan, que foi avaliada em US$ 230 milhões, foi realizada para evitar "qualquer conflito de interesses".

Na sexta, as ações da Cosan fecharam em alta de 1,8%. Desde que abriu capital, valorizou 103,9%. No próximo mês, o grupo lançará ações na bolsa de Nova York.

O vendedor ambulante que hoje também é dono de usina – Danielle Madureira – Valor Econômico – Empresas e Negócios - 17/07/2007

Nos anos 60, Newton Bonin arregaçou as mangas e ajudou o pai, seu Agostinho, representante de empresas de cosméticos no Paraná, a vender os produtos na região. Anos mais tarde, tomando gosto pelo negócio, Bonim começou a fazer cremes e xampus em casa. Disposto a percorrer a maioria dos salões de beleza da região Sul do país e de São Paulo, Bonin ganhou as estradas em uma Kombi, oferecendo seus produtos e conhecendo de perto as necessidades dos cabeleireiros. Não demorou para ter sucesso.

A grande tacada veio com a coloração da marca Beauty Color, lançada em 1998, quando a Bonyplus contava dez anos. Primeiro estrelada por Ellen Roche, depois por Adriane Galisteu, a tintura ganhou projeção mesmo com Ana Hickmann, a modelo-empresária que passou a anunciar a marca no ano passado. Em apenas um ano, no pequeno varejo, a marca ganhou três pontos de participação em volume.

Antes desse salto, Bonin decidiu diversificar e partiu para o agronegócio. Dono da Fazenda 4 Irmãos, no interior do Paraná, o empresário está investindo em uma usina de álcool e açúcar de 200 mil metros quadrados. (DM)

Consultoria estima aumento de 30% no consumo de álcool em 2007/08 - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 18/07/2007

O consumo de álcool deverá crescer pelo menos 30% nesta safra, a 2007/08, em relação ao ciclo anterior, de acordo com estimativas da Job Economia e Planejamento. Segundo Júlio Maria Martins Borges, presidente da Job, a demanda potencial de álcool para esta safra está estimada em 17,8 bilhões de litros. Como boa parte do consumo é para combustível, a estimativa é de que o consumo mensal fique em 1,48 bilhão de litros, ante 1,15 bilhão de litros no ciclo passado.

"A tendência é de que os preços no mercado interno fiquem em patamares baixos, o que estimula o consumo", disse o consultor. Na sexta-feira passada, o litro do do álcool anidro posto usina encerrou a R$ 0,66309 (sem impostos), com recuo de 0,13%. O hidratado fechou a R$ 0,58244 o litro (sem impostos), com alta de 0,77%, segundo levantamento semanal do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) em São Paulo. Nos postos de combustíveis, os preços médios do álcool no país recuaram 1,4% na semana passada, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

Para Martins Borges, a oferta de álcool, mesmo com o aumento de produção, deverá ficar apertada no final da entressafra 2007/08. "As usinas deverão antecipar a colheita", disse. As exportações de etanol devem recuar de 3,9 bilhões para 2,6 bilhões de litros. "As exportações diretas de alcool para os EUA não devem acontecer", afirmou.

A Job prevê que a produção de álcool no país fique em 20,7 bilhões de litros, 16% que na safra anterior. Para açúcar, a oferta deverá ficar em 25,7 milhões de toneladas, mesmo volume que na safra passada.
Segundo Martins Borges, as usinas deverão deixar cana em pé nesta safra, em torno de 10 milhões de toneladas. A previsão era de que a colheita de cana no centro-sul do país ficasse em 420 milhões de toneladas, mas pelo menos 10 milhões de toneladas deixarão de ser colhidas. Houve atraso na colheita durante o início da safra, por conta das chuvas em maio. No Norte e Nordeste, a safra está estimada em 60 milhões de toneladas.

Grupo Tonon construirá usina no Mato Grosso do Sul - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007
O Grupo Tonon deverá investir em uma usina de açúcar e álcool na cidade de Maracaju, no sul do Mato Grosso do Sul. O acordo para a construção da usina foi assinado no último dia 13, quando a prefeitura da cidade se reuniu com representantes da empresa para a formalizar o negócio.
A licença ambiental para a instalação da usina, batizada de unidade Vista Alegre, já foi liberada, segundo informou a prefeitura da cidade. O valor do investimento não foi revelado. Procurado, o grupo Tonon não retornou às ligações.
As obras para a construção da usina do grupo Tonon estão no início, com viveiros de cana já em implantação.
Com a instalação da usina, a cidade de Maracaju passa ter quatro unidades produtoras de açúcar e álcool. A região conta com duas usinas em operação, que pertencem ao grupo francês Louis Dreyfus. Outra unidade também está em construção.
A expansão do setor sucroalcooleiro no Estado tem preocupado as prefeituras de algumas cidades. Em Maracaju, a câmara dos vereadores também já começou a discutir limites para a implantação de usinas na região. Os parlamentares temem a monocultura da cana e impactos danosos ao meio ambiente.
Os investimentos em novas usinas no Mato Grosso do Sul somam mais de R$ 2 bilhões, com quase 15 projetos. O avanço da cana no Estado ocorre, sobretudo, nas áreas de pastagens, onde as terras são mais baratas, comparadas com São Paulo. Boa parte dessas novas usinas que serão implantadas estão localizadas no sul do Estado, próximo à fronteira com o Estado de São Paulo. Essa região tem a logística rodoviária privilegiada.

Aposta no Nordeste – Valor Econômico – Agronegócios – Coluna Curtas – 23/07/2007
As empresas Toyota Tsusho, Odebrecht e Queiroz Galvão assinaram, na sexta-feira, na sede da Petrobras, documento de adesão ao memorando de entendimento firmado entre a a estatal brasileira e japonesa Itochu, em junho passado. As empresas vão avaliar o potencial de produção de biocombustíveis na região denominada canal do sertão pernambucano, localizada entre os Estados da Bahia e Pernambuco.

Preços do álcool deverão seguir firmes nas usinas – Valor Econômico –Agronegócios-23/07/2007
Os preços do álcool fecharam em alta na semana passada, impulsionados pela boa demanda pelo combustível no mercado interno. A desaceleração do ritmo da colheita de cana no

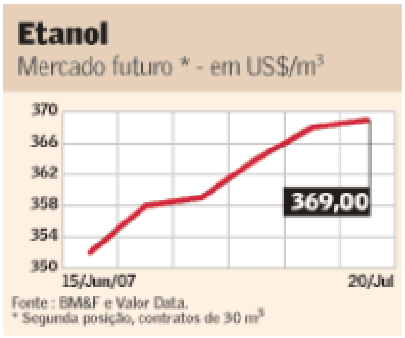
centro-sul do país, com as recentes chuvas, também ajudou a sustentar as cotações do combustível.

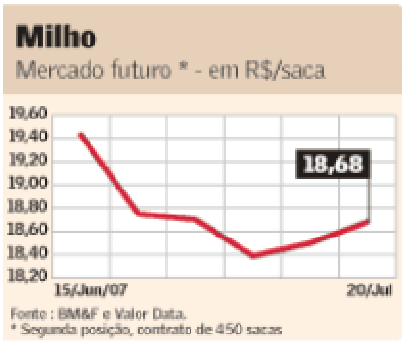
Levantamento do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea) mostra que o litro do anidro alcançou R$ 0,66919 (sem impostos) no dia 20, com alta de 0,92% sobre a semana anterior. O hidratado encerrou cotado a R$ 0,58514 (sem impostos), com elevação de 0,46% na mesma comparação.

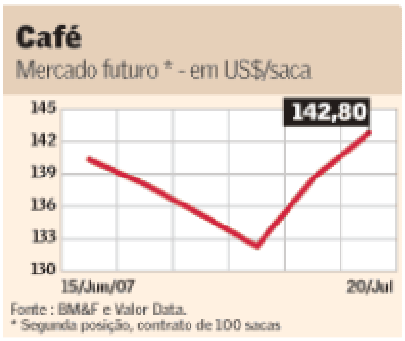
De acordo com Marcelo Andrade, da Ecoflex Trading, as cotações do álcool devem se manter firmes na próxima semana, uma vez que as distribuidoras de combustíveis vão entrar no mercado até o fim do mês para a recomposição de seus estoques.

Os preços do hidratado já estavam em alta há algumas semanas por conta da forte demanda pelo combustível no mercado interno. O anidro (misturado na gasolina), por sua vez, está com baixa procura. "Mas o atraso na colheita da cana deu suporte aos preços do produto", disse Andrade.

Conforme o analista, os preços do álcool combustível podem perder a sustentação com a retomada da colheita, após o período de chuvas nas regiões produtoras de cana. (Mônica Scaramuzzo)







Planos para o etanol ganham vulto em SC - Vanessa Jurgenfeld – Valor Econômico – Agronegócios - 26/07/2007

Embora Santa Catarina não tenha tradição no cultivo de cana-de-açúcar, os planos para incentivar o plantio começam a ganhar vulto no Estado, a partir do interesse de empresários, produtores e prefeituras em desenvolver projetos para a produção de álcool combustível. Pequenos municípios como Rio do Sul, Seara e Jaborá já começam a incentivar o cultivo principalmente por meio de microdestilarias, enquanto empresários do norte do Estado querem criar uma empresa para investir em três usinas.

Almir José de Aguiar, ex-diretor da Fundição Tupy, Júlio de Abreu, arquiteto industrial, e Herley Reinert, administrador, estão buscando empresários, com o apoio da Manchester Corretora, para constituir a Energy Sul S/A, a empresa que pretende fazer investimentos em usinas. Estão em estudo localizações como Ilhota, Imbituba, Araranguá e Sombrio. Segundo Aguiar, dois grandes investidores, que atuam em outros segmentos, mostraram interesse, mas os nomes ainda são mantidos em sigilo. A Energy Sul terá como parâmetro estudos feitos desde 1998 pela Irmãos Aguiar Projetos Industriais, empresa do próprio Aguiar, na área de produção de cana-de-açúcar, refino e biocombustível.

Os estudos projetam que a primeira usina demandaria aporte de R$ 72 milhões e faturaria R$ 310 milhões por ano. Segundo Aguiar, há negociações para que essa primeira unidade seja em Ilhota, com a compra de uma instalação que pertence à Cosan. O maior grupo sucroalcooleiro do país mantinha uma refinaria em Santa Catarina, mas desistiu da operação em 2005 sobretudo por causa do câmbio.

A idéia é que a refinaria possa ser reativada em 2008 e que a primeira produção de álcool da empresa ocorra em 2009. Aguiar diz que o projeto visa produzir combustível a partir da cana cultivada em minifúndios, com produção familiar, característica comum na agricultura do Estado. Sua intenção é agregar 2,1 mil famílias por usina, com a primeira produção de álcool atingindo 14 milhões de litros em um ano.

A investida dos empresários, embora não seja a única, é a mais ambiciosa no Estado. Em geral, assim como a Energy Sul, os novos projetos apostam em produção em áreas litorâneas e no Vale do Itajaí, onde as temperaturas são mais altas, e nos quais a probabilidade de geada é menor. No extremo oeste, onde esse clima também existe, outros projetos começam a ser debatidos.

O secretário de Agricultura de Seara, Renato Tumelero, diz que o município do oeste catarinense está apoiando a construção de microdestilarias, mas não com o foco em gerar renda com venda do álcool no mercado, "mas com o intuito de segurar recursos na propriedade, com o produtor tendo economia ao gerar o combustível do seu próprio carro", diz ele, acrescentando que com meio hectare já seria possível produzir 1,5 mil a 3 mil litros de álcool por ano.

Tumelero, que tem procurado se aproximar da Federação dos Trabalhadores Rurais (Fetaesc) para uma "parceria de recursos" junto aos governos estadual e federal para fomentar o projeto, diz que "o mercado de etanol em ebulição estimulou a prefeitura a pensar em desenvolver o cultivo". Ele destaca que para ser viável, no entanto, será necessário que os produtores se organizem em grupos para em conjunto realizar investimentos em uma microdestilaria, cujos custos estimados são de pelo menos R$ 80 mil. Tunelero, assim como alguns pesquisadores do Estado, como Jack Crispim, da Empresa de Pesquisa Agropecuária (Epagri), em Urussanga, destacam que já há inclusive variedades de cana resistentes a temperaturas mais frias, o que pode facilitar o cultivo.

Crispim destaca que a variedade CB 45-3 resistiu a 12 geadas no ano 2000. "O clima no Estado não é 100% favorável, mas isso não quer dizer que não se possa produzir". Para ele, a produção pode não ser interessante para concorrer no mercado, onde já há grandes indústrias estabelecidas em áreas de maior produção como São Paulo, mas defende a cana em Santa Catarina com outras propostas. "Cana é sempre boa opção para o pequeno produtor. Pode não ser lucrativa em pequena escala para venda ao mercado, mas representa segurança por permitir independência energética no longo prazo, por diversificar o cultivo de uma propriedade, e pela utilidade da cana inclusive na nutrição animal".

A Epagri faz testes com cana desde 1996. Nos últimos dois anos tem trabalhado com 28 variedades do banco de dados da Rede Interuniversitária para o Desenvolvimento Sucroalcooleiro (Ridesa). Estudo de Herberto Hentschel, outro pesquisador da empresa, calcula que a produtividade média no Estado é de 65 toneladas por hectare, volume inferior à produtividade média paulista, (80 toneladas), e que o custo de produção do álcool catarinense seria de R$ 0,65, praticamente o dobro do custo em São Paulo. Por haver opções de cultivo mais lucrativas do que o álcool, ele não recomenda a produção de cana aos pequenos produtores para venda no mercado.

Segundo Hentschel, atualmente existe uma procura grande por informações, em boa parte de empresários, motivada pela corrida atrás de bioenergia, mas ele acredita que dificilmente o Estado será um grande produtor de cana pelas próprias limitações naturais de clima. De abril a outubro, o Estado em geral sofre com temperaturas abaixo de 20 graus, o que inviabiliza o bom crescimento da cana, que necessita de sol principalmente neste período. "E não há nada que possa substituir o calor", diz.

Atualmente, estima-se em apenas 50 mil hectares cultivados em Santa Catarina, com a produção tendo crescido cerca de 20% nos últimos três anos. Hentschel questiona a existência de variedade resistente a temperaturas mais frias e acredita que a única forma de contornar possíveis geadas seria fazendo o cultivo de variedades precoces, pelo qual se estreita o período de colheita, de cerca de 180 dias para 120 dias, expondo a lavoura a um menor risco de geada.

Hoje marginal, cana já foi mais relevante no Estado – Vanessa Jurgenfeld – Valor Econômico – Agronegócios - 26/07/2007

O cultivo de cana, embora tenha se tornado marginal, já teve maior importância em Santa Catarina. Nos anos 40, o grupo Portobello, hoje conhecido pela fabricação de cerâmicas de revestimento, operava usinas no Estado por meio da Usati (Usinas de Açúcar Adelaide e Tijucas S/A). A cana era cultivada sobretudo em áreas das próprias usinas e houve até mesmo produção de álcool.

Segundo Hentschel, no total existiram três usinas no Estado, que conseguiram sobreviver graças a subsídios do governo federal, mas quando esses rarearam, não houve mais interesse pela atividade. A usina da Portobello foi vendida ao grupo Cosan, que chegou a operar com o refino de açúcar no Estado, mas parou em 2005, um ano após ter iniciado. Atualmente, a produção de cana em SC é feita em pequenas áreas de uma propriedade que tem cultivos diversificados, e sua produção tem mais relação com produção de açúcar mascavo, aguardente e nutrição animal. Há municípios que são reconhecidos por produção de aguardente, como é o caso de Luís Alves.

Para alguns, a cana virou moda e passou a freqüentar as rodas de discussão do Estado. Nem todos concordam com o possível sucesso do cultivo mais intenso. O vice-presidente da

Federação Agrícola de Santa Catarina (Faesc), Enori Barbieri, tem feito palestras para desestimular investimentos de pequenos agricultores no etanol. Ele não vê chances para o pequeno produtor lucrar com isso. "Não temos clima. Em boa parte do Estado dá muita geada", diz. "Tem muito pequeno produtor sendo enganado por pouco esclarecimento". (VJ)

Südzucker investe em trading no país e mira aquisições - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 31/07/2007

A gigante alemã Südzucker finalmente colocou seus pés no Brasil. A companhia, a maior produtora de açúcar do mundo, montou uma trading em São Paulo e seu próximo passo será a aquisição de usinas sucroalcooleiras para se tornar também uma das maiores do país. A estratégia do grupo como trading é abocanhar o espaço deixado pela União Européia no mercado internacional, por conta da mudança do seu regime açucareiro, que obrigou o bloco a diminuir drasticamente suas exportações depois de perder processo na Organização Mundial do Comércio (OMC) para o Brasil, Austrália e Tailândia.

Este é o primeiro investimento do conglomerado alemão fora da Europa, diz ao Valor Antonio Celso Sturion, CEO da Hottlet Sugar Trading, braço comercial da Südzucker. No país, a trading foi batizada de Hosa (Hottlet South America). Sturion atuou como trader na Stockler e Multigrain, antes de ser contratado pela gigante.

A trading alemã vai centrar foco na exportação de açúcar branco, conta Sturion. A expectativa neste primeiro ano-safra é exportar cerca de 150 mil toneladas. A matriz exporta a partir da Europa cerca de 500 mil toneladas por ano. Os principais destinos são países do Oriente Médio e parte da África.



O Brasil é considerado um país estratégico para o grupo alemão. Primeiro, por ser o maior produtor e exportador de açúcar do mundo. Também por ter pouco espaço nas vendas mundiais de açúcar branco. Dos 19 milhões de toneladas que deverão embarcadas pelas usinas brasileiras nesta safra (2007/08), apenas um terço deste volume é de açúcar branco. Hoje, o prêmio para o tipo branco no mercado internacional é cerca de US$ 60 por tonelada a mais que o VHP (Very High Polarization), exportado em larga escala pelo país.

Com a saída da União Européia do mercado internacional, após perder em 2004 na OMC um processo movido pelo Brasil, Austrália e Tailândia contra a política de subsídios ao

açúcar, o bloco europeu vai deixar um espaço de 3 milhões a 4 milhões de toneladas para que outros países exportem açúcar branco. A UE era a maior exportadora deste tipo de açúcar.
Segundo Sturion, a gigante alemã também quer se tornar grande produtora de açúcar e álcool no país. Com uma produção de 4,6 milhões de toneladas de açúcar por safra, o maior concorrente da companhia são os grupos Cosan, do Brasil, e Tereos, da França.
"A empresa reconhece que perdeu a onda do primeiro movimento de fusões e aquisições no Brasil", afirma o executivo. Sturion diz que o grupo não quer ficar de fora e já começa a se articular para fazer aquisições no país. "Quando o grupo entrar, será para competir com os maiores", diz.
Com faturamento de 5,8 bilhões de euros na safra 2006/07, o mercado de açúcar da Südzucker responde por um terço da receita do grupo. O setor de álcool também deverá ser alvo da companhia. Na Alemanha, o grupo investe em bioetanol, mas ainda não é em larga escala.
A trading opera no Brasil desde março, mas somente no final deste mês o registro da empresa no país foi efetivado. "A trading negocia açúcares especiais e também orgânico", diz Sturion. Apesar do país produzir açúcar orgânico, a gigante busca o produto do Paraguai.

Parceria põe R$ 100 milhões em pesquisa de etanol - Agnaldo Brito – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 17/06/2007

A Dedini S.A. Indústrias de Base, maior fabricante de usinas de açúcar e álcool do País, assina hoje com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) um convênio para investimento conjunto de R$ 100 milhões em pesquisa para novos processos de produção de etanol de cana.
Cada parte dará R$ 50 milhões ao longo de cinco anos. É a primeira vez que a Fapesp assina um convênio com uma empresa privada disposta a custear estes valores. A assinatura será no Simpósio Internacional e Mostra de Tecnologia da Agroindústria Sucroalcooleira (Simtec), que começa hoje, em Piracicaba (SP).
A Fapesp será a coordenadora do convênio de cooperação científica e tecnológica. O primeiro edital de chamada de projetos acontecerá nos próximos dias. Um comitê formado por membros da Dedini e da Fapesp escolherão os projetos para financiamento. Todos os pesquisadores ligados a instituições de pesquisa e ensino do Estado de São Paulo poderão apresentar propostas.
O escopo de pesquisa é amplo. Inclui as questões ambientais do avanço da economia canavieira, passa por estudos sobre logística no setor e alcança pesquisas no desenvolvimento do etanol de segunda geração, o chamado álcool de celulose. Dedini e Fapesp já investiram no desenvolvimento de uma planta-piloto de produção de álcool de bagaço de cana. O projeto ainda não tem, porém, custos competitivos para produção em escala comercial.
Um dos objetivos do convênio será o de financiar pesquisas que possam indicar o caminho tecnológico para produção de etanol de bagaço de cana a preços competitivos. O crescimento da demanda mundial de álcool combustível para substituição da gasolina

exigirá, segundo expectativa dos produtores, tecnologia capaz de expandir a capacidade de produção por hectare. Nessa seara, os Estados Unidos estão mais adiantados.

POLÍTICA DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Biodiesel

Dezesseis empresas de biodiesel já possuem o Selo Combustível Social – MDA – 23/07/2007

Atualmente, 16 empresas são detentoras do Selo Combustível Social, que identifica junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) as produtoras de biodiesel que promovem a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e de renda aos agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Juntos, esses 16 empreendimentos possuem uma capacidade instalada total de 866 milhões de litros. São eles:

Unidades Industriais	Município	UF
Granol	Anápolis	GO
Granol – Campinas	Campinas	SP
Soyminas – Cássia	Cássia	MG
Biocapital – Charqueada	Charqueada	SP
Fertibom - Catanduva/SP	Catanduva	SP
Cia Refinadora da Amazônia	Belém	PA
Brasil Biodiesel – Crateús	Crateús	CE
Brasil Biodiesel – Floriano	Floriano	PI
Brasil Biodiesel – Iraquara	Iraquara	BA
IBR Inoquímica do Brasil Ltda.	Simões Filho	BA
Barra Álcool – Barra do Bugre	Barra do Bugre	MT
Ponte di Ferro – Taubaté	Taubaté	SP
Oleoplan – Veranópolis	Veranópolis	RS
Caramuru – São Simão	São Simão	GO
Binatural – Formosa	Formosa	GO
Brasil Biodiesel – Porto Nacional	Porto Nacional	TO

Critérios e benefícios
Por meio do Selo Combustível Social, o produtor de biodiesel tem acesso a alíquotas de PIS/Pasep e Cofins com coeficientes de redução diferenciados, acesso a melhores condições de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e

Social (BNDES) e a instituições financeiras credenciadas – Banco da Amazônia (BASA), Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco do Brasil (BB) – ou, ainda, outras instituições financeiras que possuam condições especiais de financiamento para projetos com o Selo.
O Selo somente é concedido aos produtores de biodiesel que comprem, por meio de contratos, a matéria-prima da agricultura familiar em percentual mínimo de: 50% na região Nordeste e no Semi-árido; 10% nas regiões Norte e Centro-Oeste; e 30% nas regiões Sudeste e Sul.
Os contratos das empresas são negociados com os agricultores constando, pelo menos, prazo contratual; valor de compra e critérios de reajuste do preço contratado; condições de entrega da matéria-prima; salvaguardas de cada parte; e identificação e concordância de uma representação dos agricultores que participou das negociações. É exigida, ainda, assistência técnica e capacitação dos agricultores familiares por parte dos produtores de biodiesel.

Etanol

Para presidente, biodiesel é questão de soberania - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007

Lula garante que biocombustíveis serão uma realidade em 20 anos

O presidente Lula fez ontem uma defesa veemente do programa de biocombustíveis brasileiro. 'Podem chorar, brigar, contestar, contar mentiras contra o Brasil, inventar o que quiserem, nos próximos 20 anos os biocombustíveis serão uma realidade no Planeta Terra', disse Lula, em discurso no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).
Dois dos mais freqüentes críticos do programa brasileiro são os presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e de Cuba, Fidel Castro, além de entidades européias. No discurso, o presidente disse que pretende tornar a questão dos bicombustíveis 'ainda mais séria, dando status de soberania nacional à questão do biodiesel'.
Lula queixou-se de que, 'até agora', as pessoas tratavam do etanol 'com certo desdém' por ser uma coisa só brasileira. Mas lembrou que, 'na década de 90, produzimos 90% dos carros a álcool, que depois também desprezamos'. E comentou que é preciso encontrar um denominador comum para aperfeiçoar o programa do álcool, 'que nasceu no sufoco, em 1975'.
Lula reiterou que investir no biodiesel não significa que o petróleo vá acabar. 'Pelo contrário, também não queremos acabar, até porque a Petrobrás investe, cada vez mais, para o Brasil ser auto-suficiente', comentou. 'O que queremos mostrar é que a utilização do biodiesel é a forma mais eficaz de diminuir a emissão de CO2 (gás carbônico, responsável pelo aquecimento da atmosfera) e possibilita uma verdadeira distribuição de riqueza.'
'É preciso ter uma estratégia para que a gente se consolide não apenas pelo status de termos sido pioneiros, mas deter a estratégia correta para que a gente possa não apenas ajudar o Brasil, mas ajudar os países em desenvolvimento, os africanos e, obviamente, contribuir para o Planeta', disse Lula.
O CDES criou ontem um grupo de trabalho para discutir o assunto. A primeira reunião será em 16 de agosto. Para o presidente, o CDES terá 'um pepino nas mãos', pois precisará

discutir a propriedade da terra. 'Teremos que discutir se essas terras poderão ser vendidas para estrangeiros ou terão de ficar nas mãos de brasileiros', disse.
Lula rechaçou as críticas de que os biocombustíveis provocarão a falta de alimentos. Segundo ele, se 850 milhões de pessoas passam fome no mundo não é por falta de alimentos, mas por falta de renda. Ainda em relação às críticas ao programa, Lula disse que os portugueses foram tão inteligentes que trouxeram a cana para o Brasil, mas não a levaram para a Amazônia.
O presidente disse ainda que é preciso vivenciar os dois lados da moeda para saber 'quanta coisa a gente fala sem ter informação'. Ele contou que, na sua época de sindicalista, falava coisas porque estavam na moda, mas não tinham substância. 'Porque, no concreto, a discussão não pode ser ideológica.'

Serra critica política externa para o etanol – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 18/07/2007

No centro da pauta comercial brasileira, a política externa para tornar o álcool uma commodity mundial foi alvo de críticas do governador de São Paulo, José Serra (PSDB). 'Acho que a política externa poderia ser mais forte. Além de discursos, poderíamos ter ações mais efetivas e uma campanha mundial para isso', disse Serra, ontem, na abertura do Simpósio Internacional e Mostra de Tecnologia da Agroindústria Sucroalcooleira (Simtec), em Piracicaba (SP).
Serra lembrou que, quando era ministro da Saúde, o governo fez uma campanha nos principais jornais americanos à época da quebra das patentes dos medicamentos contra a aids. 'Fizemos até anúncios no 'New York Times', no 'Washington Post' e no 'Financial Times' defendendo nossa causa, porque era uma causa para o bem da humanidade. Acho que no caso do álcool temos de ter uma ofensiva maior do que temos agora', disse.

Frei Betto ataca biocombustíveis - Lisandra Paraguassú – Estado de São Paulo – 24/07/2007

Ex-assessor especial da Presidência se alinha com Chávez, Fidel e Evo ao atacar um dos principais projetos de Lula - Uma das idéias mais caras ao presidente Lula, o projeto de biocombustíveis é o mais recente alvo do Conselho Nacional de Segurança Alimentar. Usando um e-mail planalto.gov.br, o Consea distribuiu ontem para seus correspondentes um artigo de Frei Betto, que foi assessor especial da Presidência e um dos conselheiros, chamando o programa de "necrocombustíveis" - necro é o prefixo de origem grega para morte.
O artigo de Frei Betto não foi nem mesmo escrito para o conselho ou para avaliação de seus integrantes. Foi publicado na sexta-feira pela Agência de Notícias da América Latina e Caribe. A assessoria do Consea o distribuiu por considerar que trata de tema que pode ser analisado pelos conselheiros.
O texto é duro com a política de biocombustíveis. Frei Betto usa os mesmos argumentos dos presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, de Cuba, Fidel Castro, e da Bolívia, Evo Morales, que acusam os interessados de transferir a produção de comida para a de combustíveis. Evo, aliás, afirmou no domingo que seu país deve sofrer escassez de

alimentos porque empresários brasileiros estariam comprando arroz e outros produtos bolivianos para produzir biocombustíveis. Ele classificou de imoral dar esse uso a alimentos.
No artigo, Frei Betto vai nessa linha. "Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas. Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica", diz. "O entusiasmo de Bush e Lula pelo etanol faz com que usineiros alagoanos e paulistas disputem, palmo a palmo, cada pedaço de terra do Triângulo Mineiro."
Frei Betto foi assessor especial de Lula até dezembro de 2004. Saiu dizendo que não tinha vocação para o serviço público. Recentemente tem feito críticas ao governo, especialmente à área social.
COBRANÇA
Em junho, ele lançou o livro Calendário do Poder, uma espécie de diário de sua passagem pelo governo, em que cobra Lula e aponta, com mágoa e rigor, mazelas da administração. Diz, por exemplo, que o Programa Fome Zero foi enjeitado pelos ministros na época: José Graziano, seu comandante, nunca liberava dinheiro, Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação barrava as iniciativas para divulgá-lo e José Dirceu (Casa Civil) não queria discuti-lo. O livro acusa o próprio Lula de abandonar as promessas de mobilizar os grupos sociais.
No livro, Frei Betto ironiza d. Mauro Morelli pela pressa em ter um cargo e reclama de invasões do publicitário Duda Mendonça sobre sua área. Também bate duro em Antonio Palocci (Fazenda) pela política econômica e critica a visão "excessivamente estatizante" do ministro Patrus Ananias no Desenvolvimento Social.

ACORDO NO ÁLCOOL – Mauro Zafalon – Folha de São Paulo- Dinheiro – Vaivém de Commodities – 17/07/2007
A Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo e a Dedini vão investir R$ 100 milhões em pesquisa e desenvolvimento de novas tecnologias para a produção de álcool. O acordo, que será assinado hoje, prevê estudos voltados ao aperfeiçoamento de tecnologias industriais para a transformação da cana em álcool.

Investimento em álcool chega a US$ 19 bi até 2012 – Pedro Soares – Folha de São Paulo – Dinheiro – 17/07/2007

BNDES analisa 70 pedidos de empréstimos, no valor de R$ 10 bi, e pode virar sócio

Ipea critica pretensão do banco de financiar setor, pois instabilidade nos preços eleva riscos e mercado ainda é incerto

Com o "boom" do álcool no mundo, o setor sucroalcooleiro do Brasil recebe novos investimentos, que contarão com forte financiamento estatal. Serão aplicados US$ 19 bilhões até 2012 em pelo menos 86 novas usinas e ampliações, e os empréstimos do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) somarão até R$ 10 bilhões no período.

De 2002 a 2005, o setor investiu menos de um terço do valor previsto para os próximos anos -US$ 6,2 bilhões. Se saírem do papel, os projetos vão gerar 400 mil empregos e aumentar em 114% a produção de álcool até 2012, segundo a Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar).

Essas cifras serão alcançadas somente pela expansão do mercado interno, com o uso crescente do carro flex -que já representa 83,6% das vendas de novos e 12% da frota. "Independentemente de qualquer cenário, esses investimentos vão acontecer. O mercado brasileiro é bastante demandante", disse Carlos Gastaldoni, assessor da presidência do BNDES para o tema.

Os investimentos podem ser maiores se caírem as barreiras comerciais ao álcool brasileiro nos EUA e se aquele país levar adiante a proposta de adicionar à gasolina 20% do produto em 2017, prevê Gastaldoni.

Ele estima a necessidade de 700 usinas e uma exportação de 70 bilhões de litros de álcool só para atender essa eventual demanda norte-americana. O cálculo considera que o Brasil abocanharia metade do mercado criado com a adição de apenas 10% nos EUA, percentual que não demanda adaptações em motores e postos.

"Serão US$ 200 bilhões em investimento. É algo colossal, mas não há motivo para não acontecer. O Brasil produz o etanol mais barato e mais competitivo do mundo", diz. O BNDES analisa 70 pedidos de empréstimos, no valor de R$ 10 bilhões. Algumas operações já foram aprovadas. O banco estuda ainda tornar-se sócio de alguns empreendimentos, segundo Gastaldoni.

Segundo a Unica, além dos 86 projetos de usinas em fase de desenvolvimento (seja na de plantio ou na de construção), existem mais 61 com potencial de serem implantadas. O BNDES identificou 51 empreendimentos em andamento -todos no centro-sul e parte deles destinados à exportação.

Alfred Szwarc, consultor da Unica, afirma que "as questões ambientais são determinantes" para a expansão futura do consumo de etanol no mundo. Elas já fazem a União Européia estudar a adoção de lei que determina a substituição de 10% dos combustíveis fósseis por biocombustíveis, diz.

Tal cenário, segundo Szwarc, abre "ótimas perspectivas" de exportação. É preciso, porém, "calibrar bem o aumento de produção e os investimentos", diz, já que a expansão do mercado externo depende de "decisões políticas". Cita o fim dos subsídios e da tarifa de importação nos EUA e do protecionismo na UE.

Outro entrave às exportações -"típico de um mercado que está nascendo", afirma Szwarc- é que o álcool ainda não é uma commodity, com uniformidade de preço e diversos produtores. "Não há um mercado global."

Gastaldoni, do BNDES, afirma que "existe um número mágico no setor": US$ 40 o barril, piso para o preço do petróleo. Abaixo disso, o álcool deixa de ser competitivo. Hoje, com o óleo na faixa de US$ 70, todos os projetos e perspectivas de exportação são viáveis, segundo ele. "Só não houve uma explosão por causa das barreiras."

Críticas

Gervásio Castro de Rezende, pesquisador do Ipea (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), órgão ligado ao Ministério do Planejamento, critica a pretensão do BNDES de financiar o setor, pois os preços do açúcar e álcool são "muito instáveis", o que eleva o risco dos empréstimos.

Diz ainda que existem muitas incertezas sobre um possível mercado internacional de álcool. "Se o petróleo cair, acaba com toda essa farra."

Cita também o risco dos constantes refinanciamentos de empréstimos do setor público à agropecuária. O BNDES, por sua vez, disse que é "fundamental o financiamento do banco para viabilizar os investimentos" em razão da quantidade de capital necessária.

Governo veta plantio de cana na Amazônia – Iuri Dantas e Pedro Dias Leite – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/07/2007

Proibição, que também incluirá o Pantanal, é adotada após pressão internacional sobre efeitos do boom sucroalcooleiro no país - Também haverá incentivo federal para a plantação em áreas degradadas; Lula aponta tema como assunto de "soberania nacional"

Numa mudança de tom para responder a questionamentos internacionais, o governo decidiu proibir em lei o plantio de cana-de-açúcar na floresta amazônica e do Pantanal.

O impedimento será publicado na forma de um mapa de zoneamento agrícola específico para a cultura de cana, mas ainda não há detalhes sobre eventual fiscalização ou punições a infratores. O mapa deve ficar pronto em até um ano.

Aproveitando a presença de correspondentes estrangeiros em uma entrevista coletiva sobre exportação de carne para a Europa, o ministro Reinhold Stephanes (Agricultura) anunciou a decisão, acrescentando que outras áreas também deverão ser protegidas.

"É uma decisão de governo. Vamos ter um zoneamento de plantação de cana com um mapeamento restritivo. Este mapa vai proibir qualquer possibilidade de plantação de cana no bioma amazônico e no bioma do Pantanal", disse.

Outro pilar do futuro mapa de zoneamento estabelecerá incentivos do governo federal para a plantação de cana-de-açúcar em áreas degradadas, como pastagens.

Além disso, o governo pretende finalizar até dezembro os modelos de certificação ambiental e social do álcool e do biodiesel para facilitar a aceitação do produto no mercado internacional.

"Temos os documentos básicos prontos para as certificações que serão dadas aos produtores", disse o ministro da Agricultura.

Discurso presidencial

O anúncio de Stephanes modifica o tom que o governo vinha imprimindo às dúvidas internacionais sobre produção de álcool versus proteção do meio ambiente brasileiro.

Entusiasta do assunto, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sempre argumentou que não havia clima favorável para a cultura da cana nessas áreas e por isso não haveria motivos para preocupação.
Ontem, Lula voltou a responder às críticas sobre o impacto dos biocombustíveis na produção de alimentos comida e as complicações ambientais com o mesmo enfoque. O presidente descartou, por exemplo, prejuízos à Amazônia, com a expansão do plantio. "Os portugueses eram tão inteligentes que trouxeram a cana para cá há 470 anos e não foram para a Amazônia, porque sabiam que o solo e o tipo de umidade que tem na Amazônia não permitem que se produza cana-de-açúcar como se produz em São Paulo, como se produz no Centro-Oeste brasileiro", afirmou o presidente.
De prioridade de sua gestão, Lula tentou alçar o tema a assunto de "soberania nacional".
"Esse debate sobre biocombustíveis é uma coisa extremamente séria, e eu estou pensando até em torná-la ainda mais séria, para que a gente possa dar o status de soberania nacional à questão do biocombustível. Não podemos brincar com isso e não podemos permitir que aconteça conosco o que aconteceu com a borracha", disse ontem.

Grupo discute manual para biocombustível – Eduardo Geraque – Folha de São Paulo – Dinheiro – 18/07/2007

Ao redor da mesma mesa virtual, representantes governamentais -como Holanda e Suíça-, do setor privado -por exemplo Shell e Toyota-, das universidades e das ONGs. Tudo isso para no máximo até meados de 2008 um manual do biocombustível sustentável internacional ficar pronto.

"A minuta do documento está acertada. A intenção é abordar toda a cadeia de produção dos biocombustíveis, incluindo os aspectos ambientais, sociais, econômicos e também políticos", disse à **Folha** o ambientalista Roberto Smeraldi.

Ele, representando o Brasil, é um dos 20 membros do seleto grupo que vem se reunindo há alguns meses por meio de teleconferência para a montar a cartilha.

Ildo Sauer, diretor da Gás e Energia da Petrobras, é o outro brasileiro que também participa dos encontros.

"Nós acreditamos que esse documento, como está sendo negociado por vários atores, de diversos países, terá um peso importante. Ele deverá servir como um balizador do comércio dos biocombustíveis", disse Smeraldi.

De acordo com o relato feito pelo representante brasileiro, a mensagem que tem saído das reuniões é bem clara. "Toda a cadeia precisa ser analisada. Qual é o impacto ambiental? E o social? Determinado produtor, por exemplo, usa trabalho escravo? Não contamina nada?"

Todos os princípios básicos do texto que voltará a ser discutido nas próximas reuniões, segundo Smeraldi, estão definidos. "Essa unanimidade chegou a ser surpreendente", diz.

De forma resumida, os parâmetros essenciais do texto já discutido estão agrupados em quatro conjuntos.

Todo o biocombustível comercializado, portanto, vai precisar respeitar as leis nacionais (terras ilegais, por exemplo, são vistas como um problema), a baixa emissão de gases-estufa, os impactos ambientais locais (poluição da ar, da água e do solo) e os impactos sociais (transferência de recursos para as comunidades rurais precisa ser uma realidade).

A partir dos princípios, os critérios e os indicadores dentro dos grupos serão então desenvolvidos, segundo Smeraldi. "Esse detalhamento será feito pelos especialistas. Haverá formas claras de medir se os princípios estão ou não sendo respeitados. Essa é a nossa intenção".

Um dos exemplos já prontos é o caso do uso sustentável da água. Dentro desse princípio entram os critérios da contaminação e do desperdício. Uso de pesticidas e produtos químicos em geral, de forma indiscriminada, é um dos critérios que será usado para certificar, ou não, a sustentabilidade hídrica da produção do combustível. "Todas essas regras precisam ter uma validade mundial", lembra Smeraldi.

Governo reage a pressões e decide proibir plantio de cana na Amazônia e no Pantanal - Eliane Oliveira e Luiza Damé – O Globo – Economia – 18/07/2007

Biocombustível será realidade inexorável em 20 anos e terá status de soberania, diz Lula

BRASÍLIA. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, disse ontem que o governo vai proibir o plantio de cana-de-açúcar na Amazônia e no Pantanal. A restrição faz parte do novo zoneamento agrícola, que ficará pronto em um ano e cujo objetivo é disciplinar a cadeia produtiva de álcool, desde o cultivo da cana até a instalação de usinas. Além disso, é uma resposta do governo às pressões de governos e empresas de diversas partes do mundo por causa da forte expansão do mercado de etanol, que o Brasil lidera.

— Vamos proibir qualquer possibilidade de plantação de cana na Amazônia, no Pantanal, e em outras regiões que ainda estamos analisando.

Essa é uma decisão de governo — disse o ministro.

Segundo Stephanes, o mapeamento trará também incentivos fiscais aos produtores que derem preferência ao plantio de cana em áreas de pastagem degradadas.

A proibição, no entanto, não terá caráter retroativo. Isso significa que usinas já instaladas na Amazônia e no Pantanal tendem a permanecer. São exemplos uma usina construída no Acre e três em Mato Grosso.

Mesmo assim, os empresários deverão ter dificuldades para obter o certificado socioambiental, acredita o ministro da Agricultura.

Outra medida diz respeito ao controle de toda a cadeia produtiva: só ficará no mercado quem apresentar um certificado socioambiental, comprovando que os negócios não afetam o meio ambiente nem são alimentados por trabalhadores escravos ou que exerçam suas funções na lavoura em condições insatisfatórias. O documento será exigido em todas as etapas de produção e também na exportação.

Lula quer evitar repetição dos erros da exploração da borracha

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva afirmou ontem que o biocombustível será uma realidade inexorável em 20 anos, e que o Brasil estará na liderança desse processo, apesar dos protestos de outros países. Segundo Lula, o governo deverá transformar a política de biocombustíveis numa questão de soberania nacional, para evitar o que ocorreu no auge da exploração da borracha, quando apenas a elite se beneficiou dos lucros.
— Estou pensando até em dar o status de soberania nacional à questão do biocombustível. Não podemos brincar com isso, nem permitir que aconteça conosco o que aconteceu com a borracha — disse. — Como não tinha um projeto estratégico de nação, era apenas uma coisa momentânea daqueles que querem ganhar dinheiro com muita rapidez, a borracha foi embora, e o Brasil perdeu importância, perdeu hegemonia, e ficamos sem tirar proveito daquele momento extraordinário.
O presidente lembrou que apenas a elite se beneficiou do ciclo da borracha, no final do século XIX. E ainda brincou com a situação: — Era uma chiqueza! Hoje ninguém dá importância, mas entre o final do século XIX e o começo do século XX, a elite brasileira, que saía do Sul para tomar conta da borracha no Amazonas, mandava lavar a roupa em Paris. Eram seis meses para ir e para voltar. Imaginem o cidadão ficar esperando uma cueca seis meses, e naquele tempo era ceroulão, era mais complicado, imaginem isso.

Bahia à espera do PAC do Cacau – Flávia Oliveira – O Globo – Negócios e Companhia – 18/07/2007

A Bahia espera ansiosa o cumprimento de uma promessa feita pelo presidente Lula em sua última visita a Salvador: o PAC do Cacau. A região cacaueira do estado receberia R$ 2 bilhões para investir na modernização produtiva e diversificação da atividade agrícola. O plano envolveria, inclusive, a renegociação das dívidas dos produtores de cacau, de aproximadamente R$ 700 milhões.
O próprio governador Jaques Wagner (PT) teria pedido a Lula a prorrogação do prazo de pagamento das dívidas dos cacauicultores afetados pelas pragas. As linhas de financiamento teriam juros anuais de 7% e carência de sete ou oito anos.
A região, em crise há mais de duas décadas, está entre as prioridades do governo petista. A meta é duplicar a produção de cacau, por meio da recuperação e modernização dos atuais 150 mil hectares de área cultivada.
Além disso, há intenção estimular outras culturas na região, tendência que tem sido defendida por outros estados brasileiros, como o Rio de Janeiro. A Bahia receberia mais cem mil hectares de seringueiras e outros cem mil hectares de dendê.
A produção dos seringais, segundo o governo local, será absorvida pelas quatro indústrias de pneus do estado.
Já o dendê poderá ser usado na produção crescente de biocombustíveis.

Frei Betto critica 'necrocombustíveis' – Gerson Camarotti – O Globo – Economia – 24/07/2007

Segundo amigo de Lula, programa brasileiro de etanol é predador de vidas
BRASÍLIA e LA PAZ. Depois dos ataques feitos por líderes internacionais, como os presidentes de Cuba, Fidel Castro, da Venezuela, Hugo Chávez, e da Bolívia, Evo Morales, o programa de biocombustíveis do governo começa a ser criticado no Brasil pelos próprios aliados.

Num artigo intitulado “Necrocombustíveis”, Frei Betto, ex-assessor especial da Presidência da República e amigo do presidente Lula, fez um ataque à bandeira de produzir combustíveis renováveis, como o etanol.
Ele diz que concorda com Fidel, quando diz que o ciclo encarece os preços dos alimentos.

O artigo, cujo título tem uma referência direta à morte (necro), era divulgado ontem na página do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea), que fica no site da Presidência da República.

“Vamos alimentar carros e desnutrir pessoas.

Há 800 milhões de veículos automotores no mundo. O mesmo número de pessoas sobrevive em desnutrição crônica. O que inquieta é que nenhum dos governos entusiasmados com os agrocombustíveis questiona o modelo de transporte individual, como se os lucros da indústria automobilística fossem intocáveis”, afirmou o dominicano e escritor.

Em outro trecho do artigo, ele é ainda mais contundente na crítica: “Com a expansão das áreas de cultivo voltadas à produção de etanol, corre-se o risco de ele se transformar, de fato, em necrocombustível — predador de vidas”.

Segundo Frei Betto, a expansão dessa lavoura no Sudeste empurrará a produção de soja para a Amazônia, provocando desmatamento. Ele também lembrou que a produção de cana no Brasil é historicamente conhecida por superexploração do trabalho, destruição ambiental e apropriação indevida de recursos públicos.

E ironiza a parceria de Lula com o presidente dos EUA, George W. Bush: “O entusiasmo de Bush e Lula pelo etanol faz com que usineiros alagoanos e paulistas disputem, palmo a palmo, cada pedaço de terra do Triângulo Mineiro”.

Ele conclui o artigo com um recado ao governo brasileiro: “Antes de transformar o país num imenso canavial e sonhar com a energia atômica, deveria priorizar fontes de energia alternativa abundantes no Brasil, como hidráulica, solar e eólica. E cuidar de alimentar os sofridos famintos, antes de enriquecer os heróicos usineiros.” No Palácio do Planalto, o artigo foi ignorado. Um ministro ressaltou que Frei Betto não integra mais o governo e que tem todo o direito de ter opinião igual à de Fidel, Chávez e da indústria petrolífera. Outro ministro foi irônico: disse que não costumava ler artigos de especialistas no assunto.

A assessoria de imprensa do Conselho Nacional de Segurança Alimentar (Consea) informou que o artigo foi distribuído pela Agência de Notícias da América Latina e Caribe. Segundo o Consea, é tradição divulgar todas as tendências sobre o tema.

A polêmica se mantém na Bolívia. Ontem, um dia após Morales ter afirmado que há “escassez de alimentos” em seu país porque trigo, açúcar e arroz estão sendo desviados para a produção de biocombustíveis no Brasil, o ministro do Planejamento, Gabriel Loza, disse que o setor “nunca foi auto-suficiente” e o país é vulnerável nessa área.

Não recuar – O Globo – Opinião - Editorial – 28/07/2007

Há um misto de ideologia, irrealismo e simples desconhecimento técnico na oposição aos biocombustíveis. Fala-se, por exemplo, em competição entre o plantio de cana-de-açúcar e a produção de alimentos, quando, na realidade, nunca houve no Brasil, em tempos modernos, falta de alimentos: fome e subnutrição sempre foram conseqüência da escassez de renda, não de comida.

A despeito das afirmações a esse respeito de Fidel Castro, Hugo Chávez e Evo Morales — repetidas por Frei Betto em seu artigo no site da Presidência da República —, os biocombustíveis não ameaçam encarecer os alimentos no Brasil, em decorrência de uma suposta redução na oferta; nem vão produzir desmatamento na Amazônia, onde o solo seria usado para outras lavouras que, nessa visão, seriam expulsas para lá. Há disponíveis no território brasileiro dezenas de milhões de hectares de terra sem uso para abrigar essa fronteira em expansão do agronegócio.

É importante que a postura contra o desenvolvimento da produção de etanol não vingue. O Brasil está na vanguarda da produção de biocombustíveis, com pleno domínio da tecnologia em virtude da experiência acumulada desde o lançamento do Proálcool, na década de 70. Temos uma grande vantagem comparativa em relação aos outros países, notadamente os Estados Unidos, que são nosso principal rival nessa área.

O etanol americano é produzido a partir do milho — elemento de grande importância na cadeia alimentar, matéria-prima vital para rações —, de forma que naquele país é realmente válida a idéia de que a produção de alimentos será prejudicada; não há risco real de escassez, mas é provável um aumento de preços.

Não podemos abandonar o know-how que desenvolvemos a duras penas, ou imaginar que os ventos ou as marés sejam capazes, no futuro previsível, de substituir o petróleo. Há lugar para todas essas fontes alternativas na matriz energética brasileira. O etanol também não vai expulsar o petróleo, mas será um importante complemento — uma fonte de energia mais limpa, que temos condições de produzir em abundância e sem sérios efeitos colaterais.

O Brasil não pode perder a sua liderança na tecnologia do etanol

Etanol na floresta – Liana Melo – O Globo – Economia – 29/07/2007

Dados oficiais mostram que cana avança na Amazônia apesar de governo federal negar

Aeuforia do etanol já chegou à região amazônica. Projetos sucroalcooleiros instalados no Acre, Maranhão, Pará e Tocantins estão vivendo um momento de expansão acelerado, apesar da afirmação peremptória do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que a Amazônia não se presta à cultura da cana-de-açúcar e da proibição de plantio anunciada este mês pelo Ministério da Agricultura. A região não só é fértil como é competitiva. Não bastassem os projetos de expansão confirmados pelo setor privado, dados oficiais indicam que Lula estava equivocado quando afirmou, recentemente, que a cana "fica muito distante da Amazônia".

O comentário foi feito em Bruxelas, no início do mês, na Conferência Internacional de Biocombustíveis.

Segundo o último levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, a safra de cana na Amazônia Legal — que compreende estados como Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará e Tocantins —, aumentou de 17,6 milhões de toneladas para 19,3 milhões de toneladas no período 2007/2008. Em Mato Grosso, por exemplo, foi registrada expansão da área plantada de 10%, enquanto no Tocantins esse aumento foi de 13% e no Amazonas, de 8%.

O balanço da Conab não inclui a previsão de safra do Acre, em 2008. É como se o estado estivesse fora do alcance da cana. Segundo o pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) Judson Ferreira, porém, a produtividade média local é de 80 a 100 toneladas de cana por hectare, igual a de tradicionais estados produtores, como

São Paulo e Pernambuco. Dados da Embrapa indicam ainda que 3% do estado são propícios à plantação de cana.
Hoje, 11% do Acre estão totalmente desmatados, sobretudo devido ao avanço da pecuária no passado.
É nesse potencial econômico do Acre que o grupo pernambucano Farias está apostando. Tradicional plantador de cana e responsável por uma produção anual de nove milhões de toneladas, o grupo pretende quintuplicar esse volume até 2015. O objetivo de Eduardo Farias, presidente do grupo, é lançar mão do projeto Álcool Verde, instalado no município Capixaba, no Acre, para atingir essa meta.
— Vamos colher nossa primeira safra no Acre em maio de 2008. Será uma safra tímida, de 400 mil toneladas, mas já estamos prospectando novos mercados para expandir ainda mais nossa produção na região da Amazônia Legal. Estamos de olho no Maranhão e no Tocantins — afirmou Eduardo Farias, sócio majoritário da Álcool Verde.
O grupo detém 70% do capital da empresa, empresários locais ficaram com 25% e os 5% restantes estão nas mãos do governo do estado. Farias mantém segredo sobre o investimento feito na Álcool Verde. Sem derrubar uma única árvore, já que a área está degradada, é possível, segundo ele, atingir uma produção de 3,5 milhões de toneladas num futuro próximo.
Como o estado não tinha clones de cana em grande escala nem variedade, o grupo importou mudas de Pernambuco, onde fica a sede da empresa.
— A Álcool Verde vai viabilizar um combustível limpo para uma população de 32 milhões de pessoas que vivem na região e também nos países vizinhos, Peru e Bolívia — comentou Eduardo Farias, afirmando que a queima de óleo diesel é uma prática corriqueira na Amazônia.
A Álcool Verde é o que restou da falida Alcobrás (Álcool Brasileiro, S/A), iniciativa financiada há quase 20 anos com recursos públicos para produzir álcool combustível na região. Só que o projeto acabou se tornando um dos maiores escândalos financeiros da historia do país, cujo rombo, junto à extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), foi estimado, na época, em R$ 150 milhões
Investidores estão de olho na região
A movimentação de executivos e investidores, nacionais e estrangeiros, pela Amazônia Legal joga por terra o falso mito de que "se a Amazônia fosse importante para plantar cana-de-açúcar, os portugueses que introduziram a cana no Brasil, há tantos séculos, já o teriam feito na Amazônia", como disse Lula, em sua viagem à Bruxelas.
"Nós estávamos produzindo cana na Amazônia Legal quando achavam que isso não era possível", declarou a um jornal do Pará, o presidente da Pagrisa (Pará Pastoril e Agrícola S.A.), Marcos Villela Zancaner. A empresa tem hoje uma área plantada de canadeaçúcar de 11,6 mil hectares. Na safra passada, produziu 720 mil toneladas.
No início do mês, a Pagrisa recebeu a visita de fiscais do Ministério do Trabalho, que chegaram à empresa por denúncias de trabalho escravo. A própria Petrobras tinha a Pagrisa como fornecedora de álcool e cancelou o contrato que tinha com a usina por não se relacionar com empresas acusadas, condenadas ou investigadas por trabalho escravo.
A região vem atraindo até investidores estrangeiros. O fundo de investimento Cooper Fund, de aposentadas americanas, virou sócio do grupo TG Agro Industrial/Costa Pinto, que produz álcool em Aldeias Altas, no Maranhão. No município de Campestre do Maranhão, o empresário Celso Izar, da Maity Bioenergia, tem quatro projetos engavetados, cada um

orçado em US$ 130 milhões, para produzir 1,2 milhão de tonelada de cana e já negocia com investidores estrangeiros.
A empresa produz atualmente um milhão de toneladas.

Ministro nega evidências e insiste que cana não chegou à Amazônia – Liana Melo – O Globo - Economia – 29/07/2007

Potencial para cultivo no Pará é superior à área total plantada no país

Apesar das evidências em contrário, apresentadas pela própria Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada à sua pasta, o ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, insiste em afirmar que a cana-de-açúcar ainda não chegou à Amazônia.

. Não existe cana na Amazônia.

Não temos conhecimento de nenhum projeto na região, nem recente nem antigo . disse o ministro, dando respaldo à tese de que a cana se mantém longe da floresta, como quer fazer crer o presidente Lula.

Interessado em transformar o etanol numa futura commodity, o governo decidiu proibir por lei o plantio em território amazônico, para responder a questionamentos internacionais. Em um ano, deverá ficar pronto o mapa do zoneamento agrícola para a cultura de cana. O país será dividido em três regiões: onde é possível plantar cana, onde o plantio está terminantemente proibido e onde o governo pretende criar incentivos federais específicos para estimular à plantação em áreas degradadas, com pastagens.

. O zoneamento vai proibir qualquer possibilidade de plantação de cana no bioma amazônico e no bioma do Pantanal . afirmou Stephanes.

O governo está trabalhando com o conceito de bioma amazônico, já que, segundo o ministro, a Amazônia Legal é apenas uma mera figura administrativa para viabilizar financiamento da Superintendência de Desenvolvimento Amazônico (Sudam) à região.

Estudos confirmam vocação econômica do Pará Perguntado se o zoneamento iria incidir sobre projetos já existentes, Stephanes negou, mais uma vez, a existência de cana na Amazônia. Não bastassem os dados oficiais da Conab indicarem crescimento do plantio em áreas de floresta, pesquisas acadêmicas confirmam a vocação de estados, como o Pará.

O estado tem potencial para ser um dos maiores produtores de etanol do Brasil, concluiu a Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (Esalq), da Universidade São Paulo (USP). Só na terra já desmatada, a área própria ao cultivo pode chegar a nove milhões de hectares. A título de comparação, o país possui hoje 6,6 milhões de hectares plantados de cana.

. A produção no Pará tem boas condições de produtividade, custos de mão-de-obra, de terras e de logística, com potencial para tornar-se uma das mais competitivas plataformas de exportação. O Pará, com um única usina, apresenta uma produtividade de cana mais compatível com o CentroSul do que com o Nordeste, o que evidencia o potencial do estado . analisou Catarina Rodrigues Pesso, coordenadora geral da pesquisa .Produção de Etanol: Uma Opção Competitiva para o Aproveitamento de Áreas Plantadas no Leste do Pará..

Cana-de-açúcar da Amazônia é para exportação A cana do Pará tem condições de aumentar a produção brasileira de álcool em 136%. Não é à toa que a era dos biocombustíveis chegou com força total na Amazônia Legal.

A quantidade de distribuição das chuvas foi apontada como um dos fatores mais relevantes para a avaliação do potencial de desenvolvimento da cultura da cana no estado.

. Não temos dúvidas de que o Pará provavelmente terá a plataforma de exportação do etanol mais competitiva do Brasil, que propiciará os maiores lucros para os investidores . concluiu a pesquisa da Esalq.
Não temos conhecimento de nenhum projeto de cana-de-açúcar na Amazônia.
Os dados oficiais indicam que a cana ainda não chegou a essa região. REINHOLD STEPHANES Ministro da Agricultura

Proibir é fácil, difícil é fiscalizar – Liana Melo – Entrevista com Paulo Adário – O Globo – Economia – Corpo-a-Corpo – 29/07/2007

O avanço da cana sobre a Amazônia Legal está deixando os ambientalistas em estado de alerta. A preocupação do coordenador da Amazônia do Greenpeace, Paulo Adário, é que o governo vem negando a existência de canaviais na região só para evitar pressões internacionais ao etanol verde-amarelo.

O GLOBO: O governo federal insiste em negar a existência de cana na Amazônia. Como o senhor avalia esse tipo de estratégia?
PAULO ADÁRIO: O temor do governo Lula é de que o mercado internacional levante barreiras não-tarifárias ao etanol brasileiro, caso o produto seja confundido com a Amazônia, considerada a jóia da coroa ambiental do planeta. Isso é totalmente equivocado.
Mas não é isso que os países ricos fazem para proteger suas economias?
ADÁRIO: Só que a afirmação de que não existe plantio na Amazônia demonstra uma intenção precipitada de dissociar a cana e, conseqüentemente, o etanol, do desmatamento.
Com isso, o presidente Lula acabou incorrendo em dois erros ao mesmo tempo. O primeiro deles foi demonstrar total falta de conhecimento da realidade brasileira. O segundo é que ele deveria estar preocupado em evitar o avanço, não em negá-lo.
Mas o senhor considera que a cana já é hoje uma ameaça à floresta amazônica?
ADÁRIO: Ainda não é, mas pode vir a ser muito rapidamente até porque estamos falando de um país com sérios problemas de governança. Hoje, a cana é apenas uma ameaça indireta. A febre do etanol vai, num primeiro momento, provocar uma expansão mais acelerada na região Centro-Sul. Com isso, será inevitável que a pecuária migre ainda mais para a Região Norte aumentando a pressão sobre a floresta. O desmatamento hoje já é de 70 milhões de hectares. Nosso desmatamento já é do tamanho de países como a França.
O senhor acredita que a expansão da cana pode provocar problemas de segurança alimentar?
ADÁRIO: Não tenho a menor dúvida. O Brasil está correndo o sério risco de virar um país dividido entre a soja e a cana. A intenção do governo é proibir a plantação de cana no bioma amazônico.
O senhor acha que esse tipo de medida é suficiente?
ADÁRIO: Não sei se o governo tem condições de fazer valer a proibição do plantio de cana. Criar leis novas é fácil, difícil é fazêlas serem cumpridas. Como ele pretende fiscalizar? Não basta proibir, é preciso inibir o plantio. Acredito que seria bem mais eficiente se o governo fechasse a torneira dos bancos públicos e parasse de liberar financiamentos.

Só assim seria possível inibir novos projetos. Além do mais, como nega a existência de cana na Amazônia, o governo não disse ainda o que pretende fazer com a cana que já está lá.

Cassel representa governo brasileiro em seminário sobre biocombustíveis na África – MDA – 31/07/2007

O ministro do Desenvolvimento Agrário, Guilherme Cassel, representa o governo brasileiro nesta semana, em Adis-Abeba, na Etiópia, no Primeiro Seminário de Alto Nível sobre Biocombustíveis na África. Com o tema Desenvolvimento e Sustentabilidade dos Biocombustíveis na África – Oportunidades e Desafios, o encontro, que ocorre desde segunda-feira (30) e se prolonga até quarta-feira (1º), é promovido pelos países da União Africana.

Durante seus três dias de realização, o seminário explora toda a complexidade dos biocombustíveis, mostrando as experiências de diversos países. Cassel participou da abertura, nesta segunda-feira. Na manhã desta terça-feira (31), palestra sobre o Programa de Produção e Uso do Biodiesel, do Governo Federal. O governo brasileiro foi convidado a participar pelo desempenho positivo em seu trabalho com fontes renováveis de energia.

O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, lançado em dezembro de 2004, já inclui na cadeia de produção do biocombustível 70 mil famílias. A expectativa é de que, até o final da safra 2007/2008, 210 mil agricultores familiares estejam agregados à cadeia, produzindo matérias-primas em área superior a 600 mil hectares. Atualmente, mais de 5,5 mil postos comercializam esse biocombustível no Brasil.

Política estratégica

De acordo com a organização do evento na Etiópia, o seminário se insere no âmbito global do Planejamento Estratégico 2004-2007 da Comissão da União Africana, que prevê, entre outras metas, o desenvolvimento de uma política estratégica em matéria de energias novas e renováveis.

Entre os principais objetivos do evento estão: a exploração dos biocombustíveis na África; a reunião das partes interessadas na questão dos biocombustíveis para a elaboração de um plano estratégico comum sobre a valorização das fontes de energias renováveis; facilitar o desenvolvimento das políticas e estratégias viáveis sobre a indústria dos biocombustíveis na África; além de informar aos participantes sobre as decisões políticas que estão sendo tomadas no continente africano sobre as fontes de energia renovável.

Com a realização do seminário, a União Africana espera uma adoção de diretrizes políticas e uma estratégia de desenvolvimento continental em matéria de biocombustíveis, a definição das diversas responsabilidades das partes interessadas na valorização das energias renováveis e a elaboração de uma estratégia a seguir com vista ao desenvolvimento da indústria de biocombustíveis na África. Os resultados do seminário serão apresentados na próxima Conferência dos Ministros Africanos da Energia.

Participantes do evento

Além de especialistas brasileiros em biocombustíveis, foram convidados a participar do seminário especialistas dos estados-membros da Comissão da União Africana, representantes do governo africano do setor privado e das instituições acadêmicas e de pesquisa, bem como especialistas em energia, transporte, agricultura e meio ambiente das organizações da União Africana.

Organizações internacionais do setor de energia, representantes do Banco do Desenvolvimento Africano, do Banco Mundial, da Comissão Européia e das indústrias de biocombustíveis na África; associações dos países de produtores e não-produtores de óleo na África (APPA & NAOPC); a Cooperação Técnica Alemã (GTZ); e os organismos das Nações Unidas, como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), também participarão.

Selo Combustível Social

Com o objetivo de estimular a participação da agricultura familiar na cadeia do biodiesel, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) criou o Selo Combustível Social. O Selo é um componente de identificação concedido pelo Ministério aos produtores de biodiesel que promovam a inclusão social e o desenvolvimento regional por meio da geração de emprego e de renda para os agricultores familiares enquadrados nos critérios do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf).

Para receber o Selo, o produtor de biodiesel terá de adquirir da agricultura familiar pelo menos 50% das matérias-primas necessárias à sua produção de biodiesel, no caso do Nordeste e do Semi-árido brasileiro. Nas regiões Sudeste e Sul, esse percentual mínimo é de 30%; e nas regiões Norte e Centro-Oeste, de 10%.

Entre os benefícios concedidos pelo Governo Federal a esses produtores estão a redução nas alíquotas de PIS/PASEP e Cofins, o acesso a melhores condições de financiamento junto aos bancos públicos e a possibilidade de participar dos leilões de biodiesel.

Agrocombustíveis: plantio em pequena escala é a alternativa – Pedro Carrano – Brasil de Fato – No Sítio Eletrônico do MST – 17/07/2007

Produção conduzida por pequenos produtores é a alternativa para a produção de energia de matriz vegetal. Pelo menos essa é a idéia defendida por muitos pesquisadores e pelos movimentos sociais que compõem a Via Campesina. O assunto é tema do ciclo de debates "Agroenergia no Brasil, suas potencialidades e desafios", que pretende levar esse tema para algumas regiões do país.

Para Frei Sérgio Antônio Görgen, da Via Campesina, a agroenergia traz uma mudança estrutural para a sociedade, por isso o assunto não pode ser encarado sem a apresentação de alternativas práticas. Segundo ele, o Brasil conta com as quatro características que o fazem protagonista na produção de bioenergia: solo fértil, mão-de-obra e reservas de água bem distribuídas, e clima, já que o Brasil é o país tropical de maior território atingido pelo sol.

Para Görgen, é preciso levar em conta algumas questões. Uma delas é não deixar que o cultivo para a produção de agrocombustíveis venha a substituir a produção de alimentos. Para ele, o controle dos trabalhadores do campo sobre a produção deve ser completo. "O agricultor não pode produzir matéria-prima sem um valor agregado, é preciso controlar o máximo possível da cadeia produtiva, agregando outras forças", diz.

Como mediador do debate, que aconteceu em Cascavel, na quinta-feira, dia 12, João Pedro Stedile, do MST, expôs que a urgência da agroenergia surge da compreensão de que as reservas de petróleo estão cada vez mais escassas. Hoje, o valor do barril de petróleo está na casa dos U$ 70 dólares (cerca de R$ 150 reais), mas pode subir para U$ 100 dólares em um futuro próximo. Ele ressaltou também o processo de conscientização da opinião pública de que o atual modelo de produção e consumo de energia é ecologicamente inviável.

Stedile fez uma leitura dos projetos que estão em disputa em torno da agroenergia. Alguns deles trazem riscos para a produção dos pequenos agricultores, outros podem explorar o

potencial e a viabilidade desta forma de produção. Por exemplo, a produção de energia pode se dar em parceria entre os pequenos agricultores e a Petrobrás. Outra proposta seria uma pequena usina sob o controle dos camponeses, organizados em cooperativas.

Acrescentou também a possibilidade de a produção feita a partir de micro-usinas familiares, nas quais a geração de energia elétrica se dá ali mesmo, de modo racional e integrado com os cultivos e com a produção de óleos vegetais. Por fim, Stedile apontou uma demanda simbolizada pelo engenheiro físico Bautista Vidal. Esta proposta dá conta da criação de uma empresa estatal de agroenergia. Ficou claro ao longo de todas as exposições que a agricultura familiar possui um modelo de produção alternativo para a agroenergia, mas isto só vai acontecer se houver programas governamentais de apoio a esta produção, que não pode estar submetida às leis do mercado.

De acordo com o representante da Petrobras, Cláudio Dode, também presente no debate, o programa da estatal para o biodiesel está focado em parcerias com a agricultura familiar, a partir da decisão das comunidades. Os projetos da empresa estão pensados para os policultivos, e não para a monocultura. Segundo Dode, a agroenergia incentivada pela estatal tem que se dar dentro de um projeto de emprego e renda, e a produção de óleo vegetal não pode estar afastada do pequeno produtor. O representante da Petrobras afastou a possibilidade de trabalhar com os cultivos transgênicos. “Nos programas em que o agricultor fornece matéria-prima para ser industrializada, a base do projeto é a agroecologia”, comentou.

Os riscos do canavial

Já o engenheiro agrônomo e pesquisador Horácio Martins, falou sobre a expansão da cana-de-açúcar no Brasil. De acordo com o pesquisador, o número de projetos de usinas atualmente é de 189, sendo que 77 delas já estão autorizadas.

A preocupação ressaltada pelo engenheiro agrônomo é a de que a produção agrícola para a matriz vegetal seja feita voltada para a exportação. Segundo ele, a safra de 2007/2008 vai produzir R$ 20 bilhões de litros de álcool, com o objetivo de fornecer a mistura de 25% de álcool exigido na gasolina. Mesmo assim, a maior parte da produção será destinada para a exportação.

Para Martins, a inviabilidade do atual modelo de sociedade exige formas alternativas de produção e consumo. “Necessitamos uma nova concepção de sociedade, romper com esta concepção individualista, temos que mudar o modelo de referência europeu e norte-americano. Precisamos de governos populares e, na base, os camponeses podem produzir a sua autonomia, por meio de pequenas e médias usinas. O camponês tem que acreditar que ele é viável como produtor”, afirma Martins.

O ciclo de debates “Agroenergia no Brasil, suas potencialidades e desafios” é uma iniciativa da Via Campesina em parceria com o jornal Brasil de Fato, com patrocínio da Petrobras. O segundo evento está agendado para o dia 18 de julho, em Belo Horizonte (MG). O objetivo é levar até às bases dos movimentos sociais no campo e também para a sociedade o tema da agroenergia, os projetos e a disputa de classes que caracterizam o assunto. Fonte: Pedro Carrano – Brasil de Fato

Dedini investirá em destilaria para produzir álcool a partir do bagaço - Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios - 17/07/2007

A Dedini Indústria de Base, de Piracicaba (SP), e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) anunciam hoje, em Piracicaba (SP), que vão investir juntas cerca de R$ 100 milhões para desenvolver tecnologias para a produção de álcool a partir da celulose e para o uso da palha da cana-de-açúcar na co-geração de energia.

Uma destilaria para a produção industrial de álcool a partir da celulose deverá ser implantada pela Dedini para que a companhia dê continuidade ao seu projeto de DHR (Dedini Hidrólise Rápida), tecnologia que permite a produção de álcool por meio do bagaço da cana. Esse processo, desenvolvido pela Dedini, utiliza uma tecnologia chamada rota hidrólise ácida, que permite o reaproveitamento do bagaço para a produção de álcool, afirmou ao Valor Sérgio Leme, vice-presidente da companhia.

Segundo o executivo, a Dedini já tem uma planta-piloto em operação na usina São Luiz, que pertence ao grupo Dedini Agro, em Pirassununga (SP). "Essa planta deverá ser implantada em um ano". Essa tecnologia começou a ser pesquisada pela empresa em 2003 e permite dobrar a produção do álcool com a mesma área plantada, com a utilização do bagaço adicionado à cana.

No início deste ano, a Petrobras anunciou um projeto similar. A estatal também vai investir em uma planta para a produção de álcool celulósico. A rota tecnológica desenvolvida pela companhia consiste na quebra das moléculas de celulose e de hemiceluloses em açúcares para a produção do álcool.

Leme explicou que a parceria com a Fapesp abordará também desenvolvimento de tecnologia para melhorar o processo de produção de álcool, aumentando a produtividade dos equipamentos, e também acelerar o processo de fermentação para a produção do álcool. "Esse convênio prevê pesquisas para os próximos cinco anos", disse.

Nessa parceria público-privada, a Fapesp deverá entrar com 50% dos recursos e a Dedini com a outra metade, segundo Leme. O acordo de cooperação será assinado durante a Simtec (Simpósio Internacional e Mostra de Tecnologia da Agroindústria Sucroalcooleira), que está em sua quinta edição.

No caso da palha, as duas parceiras querem desenvolver equipamentos para o aproveitamento total da palha da cana, que hoje pouco é utilizada no processo produtivo da cadeia sucroalcooleira. "Boa parte da palha é desperdiçada. Queremos reaproveitar essa palha na co-geração de energia", disse o executivo.

Dados da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica) indicam que a utilização da palha pode aumentar em um terço o volume da matéria-prima para a queima nas caldeiras das usinas, aumentando a geração de energia.

Com o fim da queima da cana no Estado de São Paulo, a palha poderá ser 100% aproveitada. No Estado de São Paulo, as usinas assinaram um protocolo se comprometendo a antecipar o fim da queima de 2021 para 2014 nas áreas mecanizáveis e de 2031 para 2017 nas áreas não-mecanizáveis. Cerca de 30% dos canaviais do Estado são mecanizados.

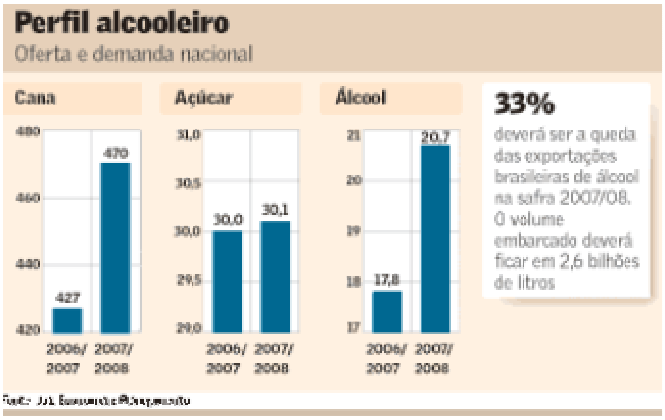
Governo vai proibir o plantio de cana na Amazônia e no Pantanal - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 18/07/2007

O governo anunciou ontem que passará a controlar a expansão da cana-de-açúcar no país para evitar acusações de agressão ambiental e reduzir a pressão sobre áreas dedicadas à produção de alimentos. A medida também incluirá uma certificação socioambiental obrigatória de lavouras de cana e de usinas sucroalcooleiras.

O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, informou que a intervenção estatal buscará proibir o plantio da matéria-prima em regiões consideradas inadequadas pelo governo. "Um mapa de restrições vai proibir o plantio de cana-de-açúcar nos biomas da Amazônia, do Pantanal e de outros que ainda estamos estudando, mas não divulgaremos agora", disse. "Será totalmente proibido [nesse locais]. É uma decisão de governo". As outras áreas podem ser regiões específicas do cerrado e do pampa gaúcho.

Em entrevista no ministério, Stephanes anunciou, ainda, que o zoneamento ecológico-econômico (ZEE) do governo estará pronto em um ano e indicará as áreas onde será permitido cultivar cana e as localidades onde haverá a concessão de incentivos ao plantio, como um adicional de crédito rural oficial e isenções fiscais. "O mapa vai dizer onde será permitido [plantar] e as áreas com incentivos onde teremos plantio, como áreas de pastagens degradadas", disse. O ZEE levará em conta as condições de clima e solo em cada microrregião do país.

O secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo do ministério, Marcio Portocarrero, calcula que, somente em Mato Grosso do Sul, há 10 milhões de hectares de pastagens degradadas que poderiam ser utilizadas e onde seriam incentivados o plantio de cana. "É uma maneira de ordenamento territorial para evitar denúncias de avanço em áreas protegidas, como Amazônia, e a ocupação de áreas produtoras de alimentos pela cana", afirmou.



A decisão do governo federal reproduz medidas já adotadas em administrações estaduais e municipais. Em Mato Grosso do Sul, há restrições para o plantio de cana na bacia do rio Paraguai. Em Rio Verde (GO), a prefeitura debate regras para conter a explosão do cultivo de cana e proteger áreas de plantio de soja, milho e algodão.

A certificação socioambiental para as lavouras e as usinas será um fator restritivo para a comercialização da produção. "Haverá uma certificação socioambiental do Inmetro para todo o processo, desde as lavouras até a qualidade do álcool. Isso está sendo tratado com extremo cuidado", afirmou Stephanes. O ministro disse também que as medidas não

incluirão as plantas já em atividade. "As usinas que já estão implantadas não serão atingidas. Mas possivelmente terão problemas de certificação". Os estudos estão sendo conduzidos pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Etanol não será tema ideológico, diz Amorim - Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 25/07/2007

O ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, reagiu com condescendência a mais um ataque do presidente da Bolívia, Evo Morales, ao programa de biocombustíveis brasileiro, um dos temas preferidos na ação internacional do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. O governo brasileiro não vai transformar a discussão sobre etanol e outros biocombustíveis em tema "ideológico", disse Amorim, que atribuiu as críticas do boliviano à "liberdade de expressão".

Na segunda-feira, Evo Morales previu desabastecimento de alimentos na Bolívia e culpou os "brasileiros" que exportam safras bolivianas e a ocupação de terras férteis por cana e milho destinados à produção de etanol. O presidente boliviano acusou "comerciantes do Brasil" de planejarem exportar o arroz produzido em território da Bolívia. A acusação foi contestada por associações locais de produtores e recebida pela diplomacia brasileira como demonstração retórica, sem ameaça real aos interesses de brasileiros no país.

Amorim disse não ter ouvido o discurso de Morales. "Mas ouvi um outro", disse, ao minimizar as críticas de Morales ao biocombustível brasileiro. "Não poso transformar o biocombustível ou qualquer outra fonte de energia em uma coisa ideológica", comentou. "Cada país faz suas opções, cada país tem sua situação." Amorim lembrou que "até pouco tempo atrás", o governo boliviano se mostrava muito interessado em desenvolver programas de biodiesel com assessoria tecnológica do Brasil. "Fizemos até uma acordo", comentou.

A aversão de Morales ao etanol começou logo após críticas semelhantes aos programas de biocombustíveis feitas pelos presidentes da Venezuela, Hugo Chávez, e de Cuba, Fidel Castro, todos os três associados à Alternativa Bolivariana para os Povos da América (Alba), iniciativa do venezuelano.

Amorim comentou as declarações de Morales logo após um almoço com o ministro das Relações Exteriores de El Salvador, Francisco Esteban Laínez Rivas, cujo país é um dos beneficiados pelo programa de cooperação entre Brasil e Estados Unidos para incentivar a produção de biocombustíveis na América Central. Para Laínez Rivas, a produção de etanol não ameaçará o cultivo de alimentos e dará uma nova fonte de receita em moeda forte para o país. Se existem riscos para a produção de alimentos, deve-se buscar maneiras de eliminá-los, "sem eliminar alternativas de produção de combustível", como o etanol, argumentou o chanceler salvadorenho.

Etanol

UE quer só 20% de etanol importado **- Jamil Chade – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 25/07/2007**

Estudos indicam que europeus tentarão usar o produto como a grande oportunidade para a agricultura do bloco

Por mais que o Brasil se esforce para abrir mercados para exportar etanol, estudos da União Européia (UE) apontam que o bloco somente importará um volume de biocombustíveis equivalente a 2% de seu consumo de combustíveis para transporte até 2020. As estimativas indicam que a UE tentará introduzir o etanol como a grande oportunidade para a agricultura do bloco, hoje sob pressão. Por isso, fará de tudo para manter seu mercado fechado por vários anos e usará os próximos anos para construir um setor competitivo antes de enfrentar a concorrência.

'A produção de bioenergia é uma das maiores oportunidades para a agricultura européia no médio prazo', afirma o levantamento feito por Bruxelas, que explicita a estratégia do bloco para a próxima década no setor. O projeto da UE é ter 10% de seu consumo baseado no etanol até 2020, o que significaria 10,8 milhões de toneladas. Desse total, 20% seriam importados e o restante seria garantido por uma produção baseada em novas tecnologias, maior produtividade da terra e áreas deixadas por setores que já perderam a competitividade, como o da carne.

Segundo o levantamento, nem mesmo os 20% de etanol que serão importados poderão vir só do Brasil. Até 2020, a UE espera que 30% de seu consumo de etanol venha de um novo biocombustível, que não usaria cana e seria até 40% mais eficiente. Parte viria de madeira e mesmo de cereais, produção típica de zonas temperadas. Essa segunda geração do etanol entraria no mercado em 2014.

Segundo as estimativas, a produtividade da terra no bloco poderá aumentar, principalmente porque a segunda geração do combustíveis exigiria terrenos menores para produzir quantidade maior de energia. Outro fator que contribuiria seria a estagnação e até queda na população, o que reduziria o consumo de alimentos.

Além disso, a concorrência externa em setores como o de carne está levando muitos fazendeiros à falência, abrindo áreas para o biocombustível. 'Como resultado do aumento da produtividade e dos mercados de alimentos estagnados, a capacidade para etanol será maior em 2020', diz o texto.

Os europeus acreditam que até 2020 precisarão de 17,5 milhões de hectares - 15% da terra arável do continente - para produzir etanol. Novos empregos seriam criados e 18% da produção de cereais iria para o etanol, ou seja, cerca de 59 milhões de toneladas de milho e trigo. Nesses setores, as exportações diminuiriam significativamente e grande parte da produção seria para uso doméstico.

No exterior, etanol tem imagem comprometida – Liana Melo – O Globo – Economia – 29/07/2007

Governo tenta blindar o produto contra possíveis acusações O governo Lula tem pressa em limpar a imagem dos canaviais brasileiros. A cana-deaçúcar está associada a trabalho degradante, de um lado, e a desmatamento, de outro.
Com predicados como esses, o temor do governo é de que os países ricos inviabilizem o projeto nacional de transformar o Brasil num dos maiores celeiros de biocombustíveis do mundo. O cenário internacional é propício para isso: petróleo caro, temor com a segurança energética e preocupação com o aquecimento global.
Ao afirmar que a cana não chegou à Amazônia, o governo tenta blindá-la contra possíveis barreiras não-tarifárias — limitações impostas por alguns países para brecar a entrada de produtos no seu mercado.
As primeiras barreiras já começam a ser levantadas. A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) afirmou recentemente que a segurança alimentar será ameaçada com o avanço da cana no território nacional. (Liana Melo)

FMI constata alta de preços dos alimentos associada a etanol – Sítio Eletrônico do MST – 20/07/2007

O Fundo Monetário Internacional (FMI) anunciou nesta quinta-feira, dia 19, que está sendo constatado um forte aumento de preços dos produtos alimentares no mundo, por causa do incremento da demanda e do desenvolvimento da produção de etanol nos Estados Unidos.
"É uma novidade desde a primavera" boreal - data das últimas previsões econômicas do FMI, destacou o economista chefe do Fundo, Simon Johnson, durante uma conversa com jornalistas. "A demanda por alimentos aumenta", explicou, "o que reforça a pressão sobre os preços das matérias-primas" relacionadas. "Simultaneamente, isto leva a um choque relacionado com o etanol nos Estados Unidos", acrescentou.
Ele também revelou que o FMI irá rever para cima suas previsões de crescimento, devido ao que chamou de um "boom mundial". “Os Estados Unidos continuam dando sinais de enfraquecimento, tal como havíamos adiantado, mas as demais economias do mundo estão operando muito bem”, ponderou, citando os bons desempenhos da Europa (em particular da Alemanha) e de países emergentes como Índia e China. “Trata-se de um boom mundial”, afirmou.
Em relação à economia americana, Johnson estima que o crescimento “deve ser retomado rapidamente à medida que o dólar se desvalorize - o que favorecerá as exportações - mas também porque acreditamos que os investimentos das empresas vão aumentar (...) e porque o consumo parece estar bastante sólido”.
Sobre as moedas, Johnson não compartilha nem os temores de uma supervalorização do euro ou o contrário, nem da desvalorização durável do iuane. Em relação à moeda européia, “há alguns exageros e má percepção”, estimou. Hoje, no entanto, o euro evolui a curta distância de seu recorde histórico de 1,3833 dólar, chegando pela manhã, na Europa, a 1,3831 dólar.

Em relação ao iuane, Johnson mostrou-se mais conciliante sobre a política monetária chinesa, cuja "orientação pode ser considerada boa a partir de um determinado momento". “Devemos reconhecer que a China saiu-se muito bem”, destacou: “enchê-los de críticas não é boa idéia”. “A China é argumento excessivamente utilizado por políticos" para defender posições protecionistas, geralmente eleitoreiras, lançou ele.
Só a ausência de inflação no Japão o deixa "perplexo".Fonte: AFP

Banco da UE apoiará projetos no Brasil - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 19/07/2007
O Banco Europeu de Investimentos (BEI), braço financeiro da União Européia (UE), decidiu financiar projetos de etanol e biodiesel no Brasil, dando uma guinada em sua estratégia para o país. Além de continuar a emprestar para expandir a presença da UE na região, o banco quer estimular projetos de "sustentabilidade ambiental" que atenuem as mudanças climáticas e assegurem o fornecimento energético para o bloco.
A assessoria do banco informou que uma condição prévia "crucial" para crédito para biocombustiveis no Brasil é o compromisso de conservação das florestas, além de passar por critérios de avaliação de solidez financeira, econômica e técnica. O BEI é o maior banco de desenvolvimento do mundo, com operações totalizando US$ 60 bilhões, o dobro do Banco Mundial. Mas é sobretudo uma instituição de integração européia, com 85% de suas operações nos 27 estados-membros.
Os financiamentos destinados à América Latina podem alcançar vários bilhões de dólares no período 2007-2013. O orçamento tradicional vai aumentar 53% no período, totalizando 2,8 bilhões de euros, boa parte para projetos ambientais.
Além disso, o banco criou uma linha de crédito especial de 3 bilhões de euros, para apoiar projetos fora da UE que contribuam para sustentabilidade energética e fornecimento para o bloco. Ela pode ser usada apenas quando o banco não precisa da garantia da Comissão Européia para atenuar riscos políticos nos países de origem dos projetos. Para o BEI, esse programa pode favorecer investimentos em biocombustíveis e em outros projetos de energia renovável no Brasil, mas não tem ainda nenhum projeto específico no país.
A UE tem meta de reduzir emissões de gases de efeito-estufa em 20% até 2020 comparado a 1990. Para isso, uma das medidas será aumentar a participação de biocombustíveis de 1% no consumo para 10%. Bruxelas constata, porém, que não consegue produzir tudo o que necessita e terá de importar etanol "verde" (que respeite critérios ambientais e sociais).
Enquanto o BEI promete financiar projetos ambientais cada vez mais também no exterior, parlamentares europeus apontam contradição na política européia. Por exemplo, o Fundo de Coesão da UE vai subsidiar os 10 novos países-membros, no leste europeu, com 177 bilhões de euros entre 2007-2013. Mas apenas 1% desse dinheiro será gasto com eficiência energética e energia sustentável, enquanto metade será destinada à expansão de infra-estrutura para transportes.
O BEI faz uma aproximação com o BNDES, que pode atuar como o intermediário nos financiamentos dos projetos. Além disso, não será mais obrigatória a presença de empresas européias para que os empréstimos possam ser feitos.

Biocombustível importado, saída para a UE - Assis Moreira – Valor Econômico – Agronegócios - 25/07/2007

A União Européia estima que precisará importar 20% de seu consumo de etanol e biodiesel para cumprir a meta de misturar essas alternativas aos combustíveis utilizados no bloco em um percentual mínimo de 10% a partir de 2020. Isso significa que a UE terão de importar 2 milhões de toneladas de etanol (cerca de 2 bilhões de litros) e 5 milhões de toneladas de biodiesel, de um total de 35 milhões de toneladas de biocombustíveis previstas para consumo em seus 27 países-membros.

De olho nessa tendência, nas negociações para um acordo de livre comércio entre UE e Mercosul o Brasil pede uma cota para exportar 1 milhão de toneladas (1 bilhão de litros) de etanol para o bloco europeu com tarifas preferenciais. Mas, mesmo com as perspectivas de déficit, Bruxelas vê a produção de bioenergia como oportunidade para seu setor agrícola no médio e longo prazos e não dá sinais de reduzir a proteção, baseada em elevadas tarifas de importação, contra a importação.

Nessa conjuntura, a UE prefere importar commodities para a produção de combustíveis no próprio bloco. Atualmente, a Europa abre suas fronteiras para a importação de biodiesel - de soja e de outros óleos vegetais. Em análise divulgada ontem, a UE alega que é o alto custo de transporte, e não as tarifas, que limita as importações de etanol, e aposta que grande parte da produção de biocombustíveis deverá permanecer na UE - graças aos subsídios.

A iniciativa de que os biocombustíveis representem 10% do consumo europeu de combustíveis em 2020 implica aumentar a demanda de etanol e biodiesel em 10,8 milhões de toneladas até lá. Mas esses produtos continuarão marginais no suprimento europeu de combustíveis. Sua fatia deverá se aproximar de 2% do total, ante 55% do diesel e 40% da gasolina. Bruxelas fez seus cálculos levando em consideração o barril do petróleo a 48 euros, a tonelada do trigo a US$ 175, a tonelada da cevada a US$ 130 e o mesmo volume de milho a US$ 180 até 2020. Cerca de 59 milhões de toneladas de cereais, ou 18% do uso doméstico, deverão ser destinadas à produção de etanol e biodiesel.

Essa demanda, principalmente de milho e trigo, derrubará as exportações. No longo prazo, o impacto nos preços dessas commodities é estimado em 3% a 6% na comparação com preços de 2006.

A União Européia faz uma maior aposta na importação de etanol de segunda geração após 2012, principalmente de etanol a partir de restos de madeira. Nesse cenário, os preços agrícolas podem ficar significativamente mais altos. Com a demanda por biodiesel, Bruxelas avalia que os mercados de oleaginosos terão um aumento de preços de 15%, por causa da pequena produção. O óleo de soja, por exemplo, deverá subir em razão do desenvolvimento de biocombustíveis no Brasil e nos Estados Unidos. Mas o preço de farelo de soja poderá cair até 25%, beneficiando suínos e aves.

Brasileiros em disputa na Jamaica - Bettina Barros – Valor Econômico – Agronegócios - 26/07/2007

Duas empresas brasileiras estão pré-qualificadas para o processo de privatização de seis usinas sucroalcooleiras da Jamaica. Coimex e Infinity Bioenergy disputam com outras seis concorrentes dos EUA, Índia, Bahamas, Trinidad e Tobago e da própria Jamaica a aquisição das plantas, vistas como estratégicas do ponto de vista comercial e geográfico.
A divulgação da pré-qualificação ocorre duas semanas antes da visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao país, durante viagem à América Central e Caribe. Lula retribuirá duas visitas do governo jamaicano ao Brasil. E discutirá energias renováveis, encerrando sua passagem pelo país com um seminário sobre etanol.
Em entrevista ao Valor, a cônsul honorária da Jamaica no Brasil, Maria Pia Bastos-Tigre, disse que a intenção do governo jamaicano é atrair investidores externos para investir em um setor considerado pouco competitivo. Desde 2005, a Coimex já possui uma destilaria de desidratação de álcool no país, em parceria com uma estatal jamaicana.
Segundo ela, há muito interesse na tecnologia e know-how do setor sucroalcooleiro brasileiro. Informações de mercado indicam que outras empresas brasileiras poderiam ainda fazer parcerias com as pré-qualificadas, dado o interesse na região.
A Jamaica é especialmente atraente porque tem acordo de exportação preferencial com dois mercado fechados para o açúcar e álcool brasileiros. A União Européia importa açúcar de ex-colônias pagando quase o dobro do valor do produto no mercado internacional. Com os EUA, a Jamaica desfruta da Caribbean Basin Initiative, pela qual o açúcar entra no mercado americano isento de impostos.
A Jamaica tem 11 plantas processadoras. Cinco são privadas. A produção total do país está estimada em 200 mil toneladas por ano. De acordo com Maria Pia, o país tem disponível cerca de 40 mil hectares para expandir o plantio de cana-de-açúcar.

Etanol impulsiona exportações do setor – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 27/07/2007

A febre do etanol continuará a beneficiar as exportações brasileiras do agronegócio em 2007 já que segue em alta a demanda internacional por milho e soja brasileiros em razão da maior utilização desses grãos na produção de biocombustíveis nos Estados Unidos. Assim, mesmo com a forte valorização do real sobre o dólar, a elevação dos preços médios dos produtos do setor deve levar os exportadores brasileiros a bater novamente o recorde de vendas, avaliou ontem a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA).
As exportações totais do agronegócio devem somar US$ 57 bilhões em 2007, segundo a CNA. Isso significaria desempenho 15,4% superior aos US$ 49,4 bilhões de 2006. Se confirmadas as projeções, o saldo positivo da balança comercial chegaria a US$ 49 bilhões neste ano - ou 14,75% acima dos US$ 42,7 bilhões de 2006. "O agronegócio segue afetado pelo câmbio, mas os preços médios dos nossos principais produtos subiram bastante neste ano", analisa Antônio Donizeti Beraldo, especialista em Comércio Exterior da CNA. No complexo soja, os exportadores ganharam 17% a mais neste primeiro semestre do que no mesmo período de 2006. Nas carnes, foram 10% - com destaque para o frango (18%). E no milho, o preço subiu 38%. Na contramão, o açúcar teve queda de 11% no período.

Em suas projeções, a CNA avalia que as vendas do complexo soja devem atingir US$ 12 bilhões em 2007. Assim, os produtos de soja devem manter a liderança no ranking das exportações do setor, iniciada em 1997. O complexo carnes deve embarcar US$ 10 bilhões. E o setor sucroalcooleiro deve trazer US$ 6 bilhões. As importações do setor devem subir de US$ 6,7 bilhões para US$ 8 bilhões.(MZ)

Etanol também gera disputa política – Sergio Leo – Valor Econômico – Brasil - 30/07/2007

A campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo biocombustível começa a exigir do governo uma séria atenção às manhas da política regional. Na Bolívia, por exemplo, como praticamente toda ação do governo Evo Morales, existem razões internas, mais que influência do venezuelano Hugo Chávez, para os recentes e constantes ataques do presidente boliviano aos biocombustíveis. No continente, um dos grupos empresariais mais engajados com as perspectivas do etanol é a Câmara de Indústria, Comércio e Serviços de Santa Cruz de la Sierra (Cainco), uma das entidades mais vocais na oposição a Morales.

O Itamaraty já recebeu sinais de que empresários bolivianos contrataram, no Brasil, a compra de equipamentos para montar usinas de álcool em território da chamada media-luna boliviana - a região rica da Bolívia, onde estão as reservas de gás e vicejam rumores de separatismo.

Fala-se em algumas centenas de milhões de dólares, e em embarques apenas adiados pela enorme demanda sobre os fabricantes brasileiros, que obrigam os bolivianos a esperar na fila para suas usinas. Morales, ao bradar contra o etanol, não repete Hugo Chávez e Fidel Castro em uma campanha bolivariana; anuncia uma briga com a elite econômica da Bolívia. E sobrarão reflexos, claro, para o Brasil.

Lula, em compensação, ganhou novo aliado na defesa das alternativas biocombustíveis na América Latina. O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Inzulza, alistou-se entre os defensores do etanol e das alternativas renováveis de energia. Tornou-se mais uma voz, além de Lula e do ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, a cantar as vantagens do etanol combustível e dos carros flex fuel; e a negar que essa opção ameace a produção de alimentos ou a pequena agricultura.

Inzulza fez sua última manifestação em defesa das teses de Lula durante seminário sobre agricultura promovido pelo IICA, na Guatemala, na semana passada. Os elogios de Inzulza às vantagens do etanol de cana sobre o etanol de milho chegaram a provocar uma manifestação queixosa, dos representantes dos Estados Unidos, cujo etanol de milho subsidiado tem sido apontado como vilão nas críticas aos biocombustíveis.

Evo Morales ataca o etanol; OEA defende

Além da OEA, Lula tem ganho aliados na América Central, e é apoiado por outro organismo internacional, a FAO, organização para agricultura e alimentação das Nações Unidas. Representado na organização pelo seu ex-braço direito José Graziano, Lula tem, na FAO, um aliado e um bom conselheiro.

Um relatório da organização e da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal) dedicou-se aos riscos e vantagens dos biocombustíveis, e a divulgação do estudo na imprensa, em maio, deu-se pelo seu lado contrário aos interesses do Planalto, o dos riscos e perigos de um crescimento excessivo e demasiadamente rápido do cultivo de culturas

destinadas a substituir os derivados de petróleo. O estudo é favorável às causas defendidas por Lula, porém, se o governo brasileiro não tratar o tema com a mesma inapetência gerencial que o deixou refém do caos aéreo.

O que a FAO afirma, contra o senso comum, é que não foram esgotadas as áreas agricultáveis, o que permite uma expansão do cultivo de vegetais destinados à produção de biocombustíveis, sem necessidade de redução da produção de alimentos, ou de invasão da mata virgem - e o Brasil, aponta a FAO, está em situação privilegiada nesse aspecto; assim como, vejam só, a Bolívia.

Mas a FAO e a Cepal também dizem que um crescimento muito rápido, sem fiscalização oficial e sem medidas de precaução - para proteger e beneficiar os pequenos produtores, e evitar avanço danoso sobre as fontes de água, por exemplo - pode trazer mais problemas que vantagens com a guinada para a produção de biocombustíveis.

As constantes denúncias de trabalho escravo em plantações de cana, e as condições sub-humanas a que estão sujeitos trabalhadores em algumas fazendas mostram que o Estado brasileiro não tem sido tão eficiente em combater as mazelas do setor quanto tem sido bem-sucedido em propagar ao mundo o êxito do etanol no Brasil.

Outro indício de autismo na retórica oficial é a reportagem de Liana Melo no jornal "O Globo" deste domingo, em que se revela com riqueza meticulosa o avanço dos projetos sucroalcoleiros sobre o território da Amazônia Legal - o que tem expandido a plantação de cana no Acre, Pará, Maranhão e Tocantins, em contradição flagrante com a repetida afirmação de Lula, de que não se planta cana-de-açúcar na Amazônia. Planta-se, sim; por enquanto, aparentemente, apenas nas áreas anteriormente degradadas pela pecuária, que, deslocada pela cana e culturas mais lucrativas (soja, além de alimento, também é biocombustível), ameaça expandir-se por territórios de floresta nativa.

Se, como afirma a Embrapa na reportagem de "O Globo", 3% do território acreano é propício à plantação de cana, não surpreende que haja, também, terras favoráveis ao plantio na Bolívia, ao lado. A Bolívia tem mais de 15 milhões de hectares cultiváveis e explora apenas 3 milhões, argumenta o gerente de promoção do Instituto Boliviano de Comércio Exterior (IBCE), Miguel Ángel Hernández Quevedo, citando o estudo da FAO e da Cepal. O IBCE, respeitado centro de estudos, vem promovendo estudos alentados em defesa do etanol na Bolívia. O que só torna mais dramática a oposição de Evo Morales às alternativas do biocombustível - que, ao contrário do que se poderia supor, não são uma ameaça econômica, mas uma potencial fonte de riqueza (e poder) no país.

A situação boliviana, ao lado dos alertas da FAO, mostram que o Planalto aponta na direção correta ao defender a criação de diretrizes e normas de sustentabilidade ambiental para a produção do etanol combustível. O impacto político dessa alternativa mostra também, que, nesse caso, não basta anunciar; é preciso mostrar competência na realização das intenções palacianas. Sergio Leo é repórter especial em Brasília e escreve às segundas-feiras sergio.leo@valor.com.br

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf e Lauro Mattei

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio